

RELATÓRIO DAS AÇÕES DA CRPJ

Período compreendido entre 23/02/2022 e 19/12/2024

O presente relatório advém dos esforços implementados pela Comissão de Relação com o Poder Judiciário, com a finalidade de diagnosticar os problemas vivenciados pela advocacia no dia a dia forense, a fim de apresentar sugestões, reclames e pugnar por implantação de medidas voltadas na melhoria da prestação jurisdicional, em um diálogo construtivo com as autoridades do Judiciário.

Abaixo colacionamos quadro informativo das ações desenvolvidas pela Comissão:

1 – No dia 23 de março de 2022, a Comissão fora devidamente empossada, tendo como presidente o advogado Thiago Brandim, vice-presidente, o advogado Alex Noronha, secretário geral, o advogado Edson Araújo e secretária adjunta Francysllane Ferreira.

2 – Como primeira medida da Comissão, **no dia 24 de março de 2022**, a diretoria da comissão em conjunto com o presidente Celso Barros, deliberou pelo **ingresso imediato de um procedimento de controle administrativo (Processo nº 0001071-95.2022.2.00.0000) no Conselho Nacional de Justiça, visando a retomada das atividades presenciais no Tribunal de Justiça**, face o recrudescimento da pandemia da Covid-19 à época, sem olvidar a essencialidade do serviço advocatício;

3 – No **dia 04 de março de 2022** a Comissão se reuniu com o Presidente do TJ-PI, Des. José de Ribamar oliveira, solicitando providências em relação a **3ª Vara de Família de Picos**, sendo determinado pelo presidente do TJ, na mesma oportunidade a criação de um grupo de sentenças e um esforço concentrado para dar vazão ao acervo processual represado na unidade. Também se requereu a retomada integral do atendimento presencial do tribunal e a **nomeação de um juiz titular para a Comarca de Cocal**, restando deliberado que isso ocorreria em dois meses, o que de fato ocorreu. No mesmo dia também nos reunimos com o então Corregedor, Des. Fernando Lopes, **pugnando por mais presença dos juízes nas Comarcas**;

4 – No dia **08 de março de 2022** a Comissão se reuniu com o **juiz titular do Juizado Especial de Campo Maior**, Sérgio Marinho, sendo requerido na oportunidade que o magistrado, bem como sua assessoria aperfeiçoasse o atendimento dispensado as partes e advogados, bem como que houvesse menos rigor na aferição dos comprovantes de endereço, vez que muitos hipossuficientes não são servidos pelas concessionárias, não

tendo, portanto, endereços registrados, pleitos devidamente atendidos pelo juízo;

5 – No dia **09 de março de 2022** a Comissão se reuniu com o então presidente do TJ, Des. Ribamar Oliveira, solicitando a retomada de 100% dos atendimentos presenciais, que à época estavam em 50% com previsão de aumento para 70% no dia 04 de abril, recebendo o informe de que até o fim do mês de abril 100% dos atendimentos presenciais seriam retomados. Na espécie também **restou deferido o pleito de realização de esforços concentrados em todos os juizados especiais**, como já vinha ocorrendo no **Juizado da Redonda**, sem o trabalho do **grupo de sentença em todas as unidades do estado que estiverem com um acervo processual represado**. Também se requereu a **designação** de um juiz titular para a **Vara Cível de Valença e Comarca de Manoel Emídio**, tendo sido **deferido o envio do grupo de sentença para o Juizado Especial de Campo Maior**;

6 – No dia **09 de março de 2022** ocorreu a primeira reunião institucional entre os membros da CRPJ;

7 – No **dia 11 de março de 2022** a Comissão se reuniu com o Diretor do Foro da Justiça Federal no Piauí, juiz federal Nazareno César, onde se pugnou na oportunidade: 1 - tratamos sobre a necessidade de retorno do atendimento presencial em 100% dos serviços; 2 - a necessidade de realização de mutirões na 6ª, 7ª e 8ª Varas, a fim de desafogar as demandas reprimidas existentes, principalmente as previdenciárias; 3 - melhoria nos canais de atendimento alternativos das Varas, com especial atenção ao Balcão Virtual; 4 - Andamento dos trâmites processuais nas varas (marcação de audiências, perícias, RPVs e atos ordinatórios como citações, intimações e conclusões, entre outros) e agilidade nos cumprimentos de alvarás de soltura de presos.

Ouvindo atentamente aos pleitos apresentados, **o Diretor do Foro se comprometeu a observar a mesma dinâmica mínima de atendimento disposta na Justiça Comum pelo Tribunal de Justiça**, vez que segundo o mesmo é de bom tom haver uma uniformidade no atendimento, visto se tratar de uma só região. **De modo que o Juiz Federal se comprometeu a diligenciar no sentido de normatizar o atendimento na Justiça Federal por 50% do quadro de pessoal, bem como o horário deste mesmo atendimento até às 14 horas, diferente do que ocorria na data, visto que o Foro funcionava com apenas 25% dos servidores atendendo presencialmente, em um horário de 09 às 13 horas**;

8 – No dia **15 de março de 2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu

com o Juiz da Central de Mandados à época, Dr. Leonardo Brasileiro, com o fito de discutir a ausência de cumprimento de mandados de notificação e intimação das autoridades coatoras, principalmente em processos de mandado de segurança. Na oportunidade, também fora requerido uma maior celeridade na intimação e citação de atos processuais em geral, vez que em alguns casos, o retardo no cumprimento tem impedido o regular andamento processual dos feitos.

Na oportunidade, levando em conta que o Juiz da Central, também acumulava a condição de Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses - AMAPI, se tratara sobre a regulamentação mais concreta do Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário, disciplinando às unidades judiciárias metas e ações de cumprimento, bem como que fossem efetivamente fiscalizadas, a fim de garantir um bom atendimento aos advogados e jurisdicionados. Atento aos pleitos **o Dr. Leonardo se comprometeu a sanar os problemas relatados de forma imediata, mediante a realização de expediente interno informativo e reunião com os oficiais de justiça, restando acertado uma nova reunião com a OAB/PI, para dar cabo a regulamentação do Teletrabalho na Justiça Piauiense;**

9 – No **dia 15 de março de 2022**, a CRPJ fez uma campanha, no sentido de obter sua informações sobre o atendimento dispensado pelos Balcões Virtuais do TJ/PI e da Justiça Federal, a fim de apresentar pedido de providências nas Corregedorias;

10 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu no **dia 16 de março de 2022**, com o Juiz Titular da Comarca de Canto do Buriti, Dr. Mário Soares, e com o Secretário Geral da Subseção de São Raimundo Nonato, Dr. Yuri Valente, e as advogadas Silvânia Leal e Maraiza Aguiar, Conselheira Estadual da OAB e Vice-presidente da Comissão de Fiscalização de Publicidade Irregular, respectivamente. Na pauta foram discutidos o retardo no cumprimento dos atos ordinatórios determinados pelo juízo, a exemplo de citações, intimações, liminares, ofícios, entre outros; Cronograma para conclusão das obras do Fórum da Comarca, obra está que se encontrava paralisada há meses, muito embora sua conclusão tivesse prevista para agosto de 2021. **E em razão do empenho da Comissão, o prédio foi inaugurado no dia 30/10/2024;** Necessidade de realização de mutirão na secretaria da vara e obediência da ordem cronológica de julgamento.

Após a explanação da pauta, o magistrado destacou que a Vara se encontrava em Correição até o dia 31 de março, tendo iniciado os trabalhos no dia (15/03), e **que**

empreenderia todos os esforços junto à Secretaria, para que a mesma consiga dar cabo dos atos ordinatórios de processos mais antigos, sempre com o compromisso de melhorar a prestação jurisdicional como um todo.

Ressaltou que seu quadro de pessoal é bem inferior à demanda da Secretaria, bastando ver os números do acervo no gabinete que conta hoje com 289 processos pendentes, enquanto a Secretaria possui 4.162 processos. De modo que se faz mister a nomeação de novos servidores na comarca. Quanto a conclusão do Fórum, destacou que a obra está paralisada, ante a rescisão do contrato com a construtora que deu início a construção, mas que o Tribunal está diligenciando a contratação de uma nova construtora. Assim, o Presidente da comissão se colocou à disposição de encampar junto ao Tribunal a nomeação de novos servidores para a Comarca, conforme já solicitado pelo juízo ao TJ-PI, e de pleitear também um esforço concentrado a ser realizado na Secretaria da Vara, sem olvidar na busca de informações e providências quanto a conclusão das obras do novo Fórum de Canto do Buriti;

11 – No **dia 17/03/2022** a Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu com a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a convite do Presidente desta Comissão, Dr. Rogério Almeida e da Coordenadora Adjunta das Comissões, Dra. Juliana Soares, com o intento de discutir a criação de um Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), no âmbito da Vara da Infância e Juventude da Capital, face o número exorbitante de processos existentes nesta Vara especializada, sendo que muitos destes processos poderiam ser alvo de mediação e conciliação, o que conduziria na redução da demora da prestação jurisdicional e mitigação do sofrimento das famílias;

12 - No **dia 18/03/2022** o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Dr. Thiago Brandim, representara a OAB/PI, na **solenidade que marcou o início das atividades do Plenário Virtual das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Piauí**, nos termos do Provimento Conjunto 56/2021 da Presidência do TJ/PI e Corregedoria. Tal implantação representou uma melhora inequívoca na prestação jurisdicional e consequentemente na resolução dos conflitos de menor complexidade, mas que são de imensa importância aos jurisdicionados e advocacia;

13 – No dia **22 de março de 2022**, o presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Thiago Brandim, juntamente com o Presidente da OAB-PI, Celso Barros, e o prefeito de Curimatá, advogado Valdecir Júnior, se reuniram com o Desembargador Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí e o juiz auxiliar da presidência, Lirton

Nogueira, a fim de tratar sobre a possibilidade de reativação da Comarca daquela cidade.

Para a OAB a desagregação das comarcas é medida essencial para o acesso à justiça pelo jurisdicionado, que hoje muitas vezes tem que viajar mais de 100 quilômetros para ter um informe sobre seu processo ou realizar um ato processual que exija sua presença. De modo que o Presidente da OAB-PI, salientou a necessidade de desagregar a Comarca de Curimatá, a qual tem uma grande pujança econômica, sem prejuízo das demais comarcas, a exemplo de Alto Longá, Redenção, Angical, entre outras, para que o Judiciário se aproxime mais ainda da sociedade, destacou Celso Barros, fala referendada pelo Prefeito da cidade, que destacou que a presença do juiz na cidade, transmite ao cidadão uma sensação de segurança, trazendo mais tranquilidade nas relações.

O presidente do TJ-PI destacou a importância da reativação da Comarca como forma de levar a justiça para mais perto das pessoas daquela região, garantindo que está empenhado nesta medida.

Na oportunidade, o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário indagou ao Presidente do TJ quanto ao retorno do atendimento 100% presencial, tendo o Des. Oliveira destacado que o cronograma anteriormente dado à OAB em reunião ocorrida no dia 09 de março de 2022 estava mantido, e que provavelmente até o fim da próxima semana o ato normativo será expedido pelo Tribunal, constando o retorno de 70% do atendimento presencial em 04 de abril e em meados do mês de abril até o seu fim, o retorno da 100%.

Também fora tratado sobre **a conclusão das construções dos Fóruns de Canto do Buriti**, onde foi informado que uma nova empresa já está sendo contratada e sobre o **Fórum de Demerval Lobão**, que já está em vias de ser concluído o processo de registro em cartório;

14 – No **dia 23 de março de 2022**, A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada por seu Presidente, Thiago Brandim, participou da solenidade de **abertura dos trabalhos da Correição Ordinária Anual relativo ao ano de 2021, do Juizado Especial Cível e Criminal Zona Sul I - Bela Vista - Sede e dos Anexos I e II**. Durante a solenidade o novo magistrado titular da Unidade Judiciária, Dr. Luiz de Moura, destacou que assumiu o desafio há pouco mais de dois meses e que tem empreendido grandes esforços no sentido de dar cabo no julgamento do acervo processual, tendo já proferido 1.058 sentenças de mérito e a baixa de 2.042 processos em Secretaria.

Destacou que não existe mais nenhum processo anterior ao ano de 2021, salvo apenas 08 processos de ordem criminal do ano de 2019, os quais possuem condições impostas em transações penais, que demandam o cumprimento no decurso do tempo para serem extintos.

Em aparte o Presidente Thiago Brandim parabenizou o magistrado pelo empenho já demonstrado em pouco tempo de gestão na unidade judicial, ressaltando o feito exitoso do mesmo ao tempo em que fora Juiz da Central de Mandados, considerada Vara modelo nos dias atuais. Dito isto, fora salientado que o Juizado do Bela Vista era historicamente alvo de muitas reclamações por parte da advocacia e jurisdicionado, inclusive, de dificuldade no atendimento com o magistrado. De modo que as mudanças empreendidas na gestão da unidade, nos deixaram muito esperançosos quanto a melhoria na prestação jurisdicional.

Neste momento **o magistrado ressaltou seu comprometimento em designar audiências de instrução em até 45 dias, e que nos 60 dias posteriores proferirá sentenças nos autos; que será feita a conclusão da migração de todos os processos do PROJUDI para o PJE; e que nenhum processo ficará mais de 100 dias sem movimentação, o que já ocorria naquela data, segundo destacado pela autoridade;**

15 – No **dia 24 de março de 2022**, o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Dr. Thiago Brandim, se reuniu com o Presidente do Conselho Estadual da Jovem Advocacia da OAB - PI, Dr. Allex Castro, com vistas a alinhar ações conjuntas entre as pastas.

Dentre as ações, **um cronograma de visitas em todos os Juizados Especiais da Capital, com o intento de se avaliar in loco a qualidade e as condições do atendimento dispensado para a advocacia e jurisdicionado.**

16 – No **dia 29/03/2022** a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente, Thiago Brandim, e os membros Edyane Macêdo, Francisco Júnior e Têssio Torres, visitaram a Presidente do TRT/22, Des. Liana Ferraz, e o Juiz Auxiliar, Dr. Adriano Craveiro, bem como ao Desembargador Corregedor, Meton Marques. Em tratativa com a Presidente, Thiago Brandim destacou a **necessidade de mais agilidade na expedição dos precatórios, com ênfase em uma melhor publicidade nas decisões que deferem o pagamento preferencial e superpreferencial destes, com vistas a dar uma maior previsibilidade de quando ocorrerá efetivamente o pagamento.**

Atenta a pauta, a Des. Liana destacou que recentemente expediu um ato normativo disciplinando a matéria no âmbito do TRT/22 (ATO GP Nº 29/2022), o qual preconiza a forma e em que casos serão deferidos, salientando que em razão da mudança para o sistema Gprec (Sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios), em atenção ao disposto nas R. CNJ 303/2019 e CSJT 314/2021, talvez por esta razão as partes e advogados não tenham ainda ciência, porém, empreenderá meios eficazes para comunicação de atos administrativos que afetem o exercício da advocacia.

Na espécie também fora tratado sobre o retorno dos julgamentos de forma presencial, medida que já se encontra assegurada pela Resolução A. 96/2021, bem como sobre a obrigatoriedade da feitura de audiência de instrução, por meio presencial, já garantida pelo § 1º do art. 3º da Resolução A.104/2021, salvo as hipóteses dos incisos I a IV do caput deste artigo.

Já em visita ao Corregedor, a Comissão tratou sobre algumas decisões de juízes do trabalho, que têm adentrado no âmago da relação contratual entre as partes e advogados, reduzindo as vezes os honorários livremente pactuados, razão pela qual se pugnou que o Des. Meton, dialogue com os juízes e expeça uma recomendação, com o fim de afastar tal entendimento, que no sentir da Ordem, se mostra ilegal, vulnerando a fidúcia própria do mister advocatício.

Sensível ao reclame, o Desembargador se comprometeu em discutir o tema com os juízes, com vistas a sanar o impasse. Aproveitando o ensejo, foi feita uma visita de cortesia ao Presidente da AMATRA-PI, Dr. Washington;

17 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário juntamente com a Comissão de R. Institucionais da OAB/PI se reuniram no **dia 01/04/2022**, com o promotor da Comarca de Gilbués, Dr. José Sérvio, visando melhorias no atendimento aos advogados junto a promotoria. Na reunião os Presidentes das Comissões de R. com o Poder Judiciário e R. Inst., Drs. Thiago Brandim e Assis Neto, respetivamente, destacaram os principais reclames, dentre eles: maior celeridade na emissão de pareceres em processos cíveis e de alimentos; atendimento para os advogados de Gilbués e Santa Filomena; Providências no Cartório de Gilbués sobre o extravio de registros públicos; Melhoria no atendimento dos assessores do MP. Ouvindo atentamente os pleitos, o Promotor destacou que está lotado na Promotoria de Oeiras, e que permanece acumulando as Promotorias de Gilbués e Santa Filomena, motivo pelo qual não tem conseguido dar maior vazão aos processos, posto que conta com apenas dois assessores.

No entanto, face os reclames apresentados, se comprometeu em fixar para todas as sextas-feiras entre às 15 e 17 hrs, atendimento virtual para todos os advogados, bem como via telefone (86)98181-2380, fora do dia e horários destacados, nas demandas de natureza urgente.

Tendo ainda dito que determinará aos servidores que atendam prontamente a todas as demandas dos advogados. Quanto ao problema de celeridade, o promotor destacou que precisa de mais assessores ou que um promotor titular seja nomeado para Gilbués. Porém, garantiu que dentro de sua alçada tentaria imprimir um melhor ritmo na emissão de pareceres. Sobre a situação do Cartório o MP ressaltou que em todos os processos têm emitido parecer pela regularização dos registros.

Frente os esclarecimentos prestados, Thiago Brandim se colocou à disposição do órgão para marcar uma reunião com o Procurador Geral, visando dotar a Promotoria de Gilbués de mais um assessor ou que seja indicado um Promotor para agir de forma auxiliar;

18 - Justiça Federal atende pedidos da OAB-PI e anuncia retorno de audiências, julgamentos e 75% do atendimento presencial.

As atividades presenciais da Justiça Federal foram retomadas no Piauí. Conforme decisão plenária do Tribunal Regional Federal (TRF1), publicada sexta-feira (01/04/22), referendada pelo Foro da Instituição, a retomada de 75% do atendimento presencial ocorreu a partir da segunda-feira (04/04/22).

As tratativas foram iniciadas pela Comissão de Relação com o Poder Judiciário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, em reunião com o juiz Nazareno César, diretor do Foro da Justiça Federal, no dia 11 de março de 2022. Integrantes da Ordem estiveram reunidos ainda com o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador I'talo Fioravanti, reforçando os pedidos em benefício da advocacia.

Inicialmente, **além de atendimento presencial de 75%, foram estabelecidos o retorno das audiências e julgamentos de forma presencial, o ingresso dos advogados nas dependências das seções sem prévio agendamento, a retomada do horário regular de atendimento entre às 08 h e 18 h e a autorização de funcionamento das salas da OAB nos prédios das seções e subseções judiciárias.**

A OAB-PI entende que é imprescindível a retomada de 100% dos serviços de forma

presencial, e manterá o acompanhamento do avanço das medidas junto a Diretoria do Foro e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região”, assegurou Thiago Brandim, presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário;

19 – No **dia 07/04/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada pelo Secretário-Geral, Dr. Edson Araújo, e a Comissão de Relações Institucionais, representada pelo Presidente, Dr. Assis Fortes, Vice-Presidente, Dr. Reinaldo Melo e Secretária-Geral, Dra. Ana Maria Campelo, reuniram-se com o Ministério Público, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cleandro Alves de Moura, a Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Dra. Cláudia Seabra, a Secretária-Geral, Dra. Everângela Araújo Barros Parente e o Promotor de Justiça, Dr. José Sérgio de Deus, **levando os pleitos da advocacia, especialmente quanto à designação de um Promotor para a Promotoria de Gilbués.**

Na oportunidade, o Promotor José Sérgio, responsável pelas promotorias de Oeiras, Gilbués e Santa Filomena relatou a dificuldade de atuação nas comarcas, principalmente quanto à distância entre estas, cumulado ao acesso precário de internet na região, que afeta na devida condução das audiências.

Além disso, o grande imbróglio apresentado foi o fato de a Procuradoria não ter seguido a desagregação da comarca de Santa Filomena da comarca de Gilbués, o que resultou num sobrecarregamento na Procuradoria local. **Diante disso, foi esclarecido pelo Procurador Geral que um dos novos promotores recém empossados, após a finalização do curso de formação, que ocorrerá em maio deste ano, será designado para auxiliar na Promotoria de Gilbués (o que de fato ocorrerá).**

Por fim, as comissões e o MP puseram-se à disposição para a manutenção do diálogo entre as instituições, e a realização de demais tratativas e parcerias em favor da advocacia e jurisdicionado;

20 – No **dia 07/04/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu com o Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Des. José Oliveira e o juiz auxiliar Lirton Nogueira, a fim de tratar sobre as demandas da Subseção de Campo Maior, entre elas: 1 - Melhoria na produtividades das Varas de Campo Maior, especialmente o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca, que tem divergido em muito dos entendimentos sumulares dos Tribunais, e dos Fóruns Nacionais de Juizados, sobre a distribuição do ônus da prova, essencialmente no tocante as demandas consumeristas, que reclamam uma atenção e sensibilidade maior do magistrado; 2 - Aprimoramento das ferramentas

digitais na realização de audiências no Juizado Especial Cível Criminal, vez que até a presente data tal ato processual é feito via WhatsApp; 3 - Celebração de Convênio entre o TJ e médicos peritos para a realização de perícias; 4 - Implantação efetiva de um CEJUSC na Comarca de Campo Maior; 5 - Criação e Lotação de uma Equipe Multidisciplinar para o Núcleo de Adoção; 6 - Melhoria no atendimento por meio do Balcão Virtual, com a atualização dos números institucionais dos gabinetes e secretarias, como também efetivo atendimento.

Após a explanação dos reclames, o Des. Oliveira destacou que todas as demandas são legítimas e que dará solução as mesmas mediante contato com a Corregedoria, com vistas a conversar e conscientizar os magistrados sobre a observância dos precedentes, principalmente, quando já sumulados.

Destacou que a plataforma oficial do Tribunal é o Microsoft Teams, de modo que só de forma excepcional deveria ser usado o WhatsApp, razão porque fará expediente neste sentido ao Juizado. Quanto ao Convênio com os peritos, será procedido estudo para consequente celebração.

No tocante a criação da equipe multidisciplinar, foi salientado que o Tribunal já está procedendo a contratação de empresa terceirizada especializada, com vistas a implantação tanto da equipe quanto do CEJUSC.

No que diz respeito ao Balcão Virtual, o Desembargador destacou que os reclames são constantes e que envidará esforços junto à Corregedoria, para que adote providências urgentes na reparação.

Na oportunidade também foi tratado pelo Presidente Thiago Brandim, quanto a efetiva entrega e aparelhamento da sala da OAB no novo prédio sede, tendo sido informado pelo juízo auxiliar que a licitação dos equipamentos já está sendo concluída, e que em breve as salas da OAB, Defensoria e MP serão entregues, o que de fato ocorrerá. Tendo sido também destacado a manutenção do cronograma de retorno 100% presencial dos atendimentos para o fim de abril, início de maio;

21 - Após solicitação da OAB-PI, TJ orienta oficiais de justiça a entregarem intimações diretamente para autoridades coatoras

A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí acatou a solicitação da Comissão de Relação com o Poder Judiciário e da Comissão de Defesa das Prerrogativas, que tratava

sobre orientações aos oficiais de justiça nas ações de mandados de segurança. As Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, haviam pedido em reunião ocorrida no dia 15 de março, que as intimações fossem feitas somente para as autoridades coatoras, pessoalmente.

O Memorando 905/2022, onde foram feitas as solicitações, foi enviado para a Corregedoria Geral da Justiça no dia 30 de março. O documento foi encaminhado através do juiz da Central de Mandados e presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, Leonardo Brasileiro, a pedido do OAB-PI.

O objetivo do memorando seria a expedição de ofício circular destinado às centrais de mandados e unidades judiciárias, a fim de que estas orientem os oficiais de justiça a realizar a intimação pessoal somente da autoridade coatora, conforme previsto nas disposições dos Incisos I e II do art. 7 da Lei 12.016/2009 - Lei do Mandado de Segurança.

A solicitação foi acatada pelo corregedor-geral, desembargador Fernando Lopes, e nesta quarta-feira (06/04), o Ofício Circular 145/2022 da PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ foi encaminhado para todas as unidades judiciárias. O intuito é dar cumprimento ao comando legal solicitado e dar fim aos entraves no trâmite processual;

22 - No **dia 12/04/22**, a Comissão de Relação com o Judiciário se reuniu com seus membros e deliberou sobre pautas importantes em favor da advocacia, dentre elas:

1 - a conclusão de um relatório minucioso sobre as reclamações encaminhadas pelos advogados na campanha referente ao atendimento dispensado no balcão virtual da Justiça Comum e Federal, a qual teve início no dia 15/03;

2 - Assinatura do Termo de Parceria com o Conselho Estadual da Jovem Advocacia-CEJA, que permitiu a criação de uma Coordenadoria dos Juizados Especiais, com o intento de visitar com regularidade as unidades, a fim de constatar a qualidade do atendimento dispensado à advocacia. Tendo a Comissão montado um cronograma de visitas aos juizados da capital nos próximos 30 dias;

3 - Feitura de Ofício ao Corregedor Geral de Justiça, com vistas a solicitar que o mesmo expeça uma determinação para que as unidades judiciárias cumpram com a publicidade da Ordem cronológica de julgamento, referente as sentenças e acórdãos, bem como que oriente quanto a impossibilidade de uso desta ordem cronológica de julgamento, no que tange aos atos ordinatórios e de mero despachos, conforme disposição do art. 12 do CPC;

4 - Criação de uma comissão para acompanhamento do processo de IRDR em trâmite no

TJ - PI, sobre o PASEP;

23 – No **dia 20/04/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e o Conselho Estadual da Jovem Advocacia - CEJA, representados por seus presidentes, Thiago Brandim e Alex Castro, **deram início ao cronograma de visitas dos Juizados Especiais da capital, tendo neste primeiro momento se dirigindo ao Juizado Especial da Redonda, o qual possui o maior acervo de processos do estado, cerca de 12 mil.**

Durante a visita percorremos as dependências do Juizado e conversamos com a Diretora de Secretaria Ingrid Balduino e o assessor André Medeiros.

Na espécie colhemos informações sobre o acervo, triagem, média de dias para marcação de audiências (até 60 dias do ingresso da ação), prioridade na expedição de alvarás, número de servidores no juizado, que pelo que constatamos é insuficiente, demandando hoje a lotação de ao menos um conciliador e um juiz leigo para cada anexo do Juizado (CEUT e AESPI, este recentemente integrado ao Juizado da Redonda), bem como atendimento pelo Magistrado Titular, Dr. Jorge Veloso, que quase diariamente comparece na unidade judiciária. Constatamos também a regularidade na sala da OAB, que conta com internet, impressora com papel e ar condicionado em pleno funcionamento.

Para o Thiago Brandim, restou constatado um esforço dos servidores para melhor atender os advogados e jurisdicionados, porém, se faz mister um incremento urgente no número de servidores e/ou estagiários para desafogar os trabalhos, sem prejuízo de um juiz auxiliar no juizado, vez que conta com um acerto de 12 mil processos;

24 – No **dia 20/04/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente Thiago Brandim, e os membros Fábio Viana, Francisco Armínio, Silvia Thaysa, e Santhiago Holanda se reuniram **com o juiz titular da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, Dr. Geraldo Magela**, com o intento de debater sobre as necessidades da advocacia perante o juízo.

Na reunião, tratamos sobre o atendimento aos advogados, designação de audiências, realização de perícias, maior celeridade dos processos, feitura de mutirões no Juizado e atendimento no Balcão Virtual.

Atento as demandas o magistrado destacou que tem empreendido todo esforço possível com vistas a julgar com mais celeridade os processos, dispensando as quartas feiras como dia para atendimento aos advogados, e que no tocante aos mutirões, o mesmo salientou

que já informou à Presidência do Tribunal Regional Federal sobre a necessidade de pessoal da vara, de modo que em sendo dotado de condições, estes serão realizados.

No que tange ao atendimento do balcão, o juiz salientou que não tem conhecimento sobre problemas no atendimento, mas frente ao reclame da comissão, se comprometeu a tomar providências quanto ao fato.

Quanto as perícias o juiz disse que tem enfrentado o problema seguindo a sistemática do Código de Processo Civil, ficando ao encargo das partes o custo da prova, observado a questão da hipossuficiência, a qual está pendente de regulamentação, ante a ausência de votação do Projeto de Lei n. 3.914/2020 em tramitação no Senado Federal.

O Presidente Thiago Brandim agradeceu a atenção do magistrado, colocando a comissão à disposição da autoridade, especialmente no tocante **a viabilização da realização de mutirões na Vara**, e a manter o juízo informado sobre o atendimento ofertado a advocacia, sem olvidar na dotação de mais servidores, providência já encaminhada ao Presidente do TRF 1 pelo magistrado da Vara, que será também encampada pela Ordem;

25 - No **dia 25/04/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada por seu Presidente, Dr. Thiago Brandim, o Secretário Geral, Dr. Edson Araújo e os membros, Drs. Rodrigo Mourão, Géssica Guedes e Francisco Soares, **se reuniram com o Juiz da Comarca de Água Branca, Dr. Eduardo Couto**, para tratar sobre os problemas na unidade judiciária, dentre eles: ausência física do magistrado na comarca; demora na designação de audiências; falha no atendimento do balcão virtual; despachos genéricos nos processos de consignados.

Após a apresentação dos reclames, **o magistrado destacou que a partir da próxima semana irá disponibilizar um dia por semana para atendimento físico na comarca, tendo destacado que as assessoras Geórgia, Lituânia e Thais, inicialmente, fazem uma triagem dos atendimentos, referentes aos processos com final 1,2, e 3 (Geórgia), 4,5, e 6 (Lituânia), 8,9 e 0 (Thaís), 7 criminal (Lituânia) e 7 cíveis (Geórgia), os quais concluído essa triagem, é repassado o contato telefônico do juiz para despacho, o qual fora ofertado na reunião em xequê pelo mesmo** (86-99986-5106).

No que tange ao Balcão Virtual, o magistrado ressaltou que os contatos estão todos disponíveis no site do TJ-PI, porém, disponibilizou o contato da assessora Thais (86-99854-0986), que não constava. Quanto as audiências, a autoridade salientou que tem designado estas com a máxima brevidade possível, inclusive, relatou que já tem várias

marcadas para maio, junho e julho. Falou também que sua produção está superior ao dobro da média do Tribunal e que sua unidade está cumprindo a Meta 1 do CNJ, vez que julgou 352 processos, enquanto foram distribuídos neste ano (347).

No que diz respeito aos despachos genéricos, foi dito para a Comissão que muitas vezes tal fato tem ocorrido em razão das demandas de consignado, onde o juízo tem negado a inversão do ônus da prova e extinto as ações. Porém, **face argumentação do Presidente Thiago Brandim, o magistrado se comprometeu em admitir as ações quando demonstrado pela parte a recalcitrância dos bancos em fornecer os contratos fraudulentos e/ou os extratos com desconto, podendo tal pleito ser deferido no bojo da ação;**

26 - A Comissão de Relação com o Judiciário da OAB/PI e o Conselho Estadual da Jovem Advocacia - CEJA, compareceu no **dia 26/04/22**, perante os **Juizados Especiais Centro I e Centro II**, de titularidade dos juízes Eliana Márcia e Reinaldo Dantas, respectivamente.

Na unidade Centro I, fora constatado que estão sendo sentenciados os processos conclusos em dezembro de 2021; que a designação de audiências está sendo feita em média de 60 dias, porém, constatou-se que alguns advogados estão com dificuldades para a designação das mesmas, vez que existem hoje 19 audiências aguardando data, conforme ordem cronológica.

Em conversa com o Diretor de Secretaria Euclides Neto, o mesmo ressaltou que o Juizado possui uma carência de ao menos três analistas judiciários, tendo relatado que o Juizado perdeu ao menos 8 servidores nos últimos três anos, o que reclama a nomeação imediata destes novos servidores, visto que segundo o mesmo há uma média de 200 (duzentos) novos processos por mês.

Já a magistrada destacou que têm empreendido um enorme esforço no sentido de dar vazão aos processos, mas que faltam servidores qualificados à disposição do juízo, bem como que conta apenas com uma servidora no Anexo da Faculdade Santo Agostinho, o que impede uma melhor prestação jurisdicional. Queixou-se também em relação ao encerramento da parceria existente entre o Juizado Móvel de Trânsito, de sua competência e o DETRAN-PI, muito embora a unidade ainda exista legalmente (Resolução 33/2008). Ao final da vistoria o Presidente Thiago Brandim, se comprometeu em levar ao Tribunal a retomada do serviço em questão.

No tocante a unidade Centro II, fomos recebidos pelo Diretor de Secretaria Ricardo Silva,

o qual asseverou que as audiências iniciais estão sendo agendadas entre 15 e 30 dias após o ingresso da ação e que as de instrução levam de 1 a 3 meses após a conciliação; que ainda existem muitos processos físicos pendentes de migração para o PJE; que existem hoje no juizado uma média de 1000 processos ativos, com o ingresso de 200 novos processos mês.

Destacou que o número de servidores é insuficiente, demandando ao menos mais cinco servidores e que o magistrado, Dr. Reinaldo, permanece em atendimento virtual por conta da pandemia, mas que o número de celular deste é sempre disponibilizado ao atendimento dos advogados.

Destacou ainda que estão sendo sentenciados os processo conclusos em outubro de 2021. Concluída as vistorias, a Comissão e o CEJA, encaminharão o relatório dos trabalhos para a Presidência do Tribunal de Justiça, para fins de providências necessárias;

27 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, juntamente com a Comissão de Defesa das Prerrogativas da OAB, esteve no **dia 28/04/22**, reunida com o Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Piauí, Des. Raimundo Eufrásio, e **apresentou reclames da Subseção de Barras, bem como da Subseção de São Raimundo Nonato e da capital.**

Dentre as pautas: 1 - a falta de juiz titular na Vara Cível de Barras, a qual está de licença maternidade atualmente, fazendo com que o magistrado da Vara Criminal, Dr. Jorge Clay, esteja acumulando a Vara Cível e Criminal, bem como o Juizado Especial, motivo que tem causado extrema demora no trâmite processual, sem olvidar o fato de que o balcão virtual não funciona, não havendo contato eficaz com as unidades judiciárias, nem com o juiz que só atende presencialmente e de forma esporádica; 2 - **Construção de um Fórum na Comarca de Barras (inaugurado no dia 12/11/2024)**; 3 - Nomeação de mais oficiais de justiça para a comarca de SRN, a qual possui apenas dois oficiais desde 1987; 4 - Melhoria no atendimento da Contadoria Judicial de 1ª Grau do Fórum Cível e Criminal Desembargador Joaquim de S. Neto (Teresina-PI), e prioridade na expedição de certidões criminais aos advogados.

O Presidente em exercício ouviu atentamente aos reclames e se comprometeu em tratar com o Des. Oliveira sobre a solução dos problemas relatados, ressaltando a necessidade de melhoria no atendimento aos advogados e jurisdicionados de Barras, com a criação do Fórum e retorno do magistrado titular da Vara Cível.

No tocante aos demais pleitos, o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Dr. Thiago Brandim, em tratativa com os Juízes Auxiliares da Presidência e Corregedoria, Drs. Rodrigo Tolentino e Carlos Augusto, respectivamente, **recebeu a informação de que será tratado com a Presidência do Tribunal a designação de um novo juiz substituto até o fim da licença maternidade da juíza titular, e que já foram disponibilizados três vagas de Contador, para provimento imediato no concurso do TJ.**

Quanto aos Oficiais de Justiça e expedição prioritária das certidões criminais, ficara acordado uma reunião entre a Comissão e os juízes auxiliares da Corregedoria na próxima segunda (02/05/2022);

28 – No dia **02/05/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu com o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Carlos Augusto, e tratou sobre algumas demandas da advocacia.

Dentre elas, a **melhoria dos serviços prestados pela Contadoria Judicial**, que segundo informes está demorando mais de um ano para fazer um parecer contábil; a prioridade no atendimento aos advogados no setor de certidões do Fórum Central; melhoria nos canais de atendimento do Balcão Virtual; cadastramento automático de advogados de Bancos no sistema PJE.

Após ouvir os reclames **o magistrado se comprometeu a viabilizar um esforço concentrado na Contadoria Judicial, a tratar com o pessoal do setor de certidões para priorizar o atendimento aos advogados**, bem como em investigar esta habilitação automática de advogados em processos bancários, onde as partes estão sendo citadas via advogados, os quais não possuem habilitação legal nos fólios.

Sobre o Balcão Virtual a Comissão e a Corregedoria deixaram pré agendada uma reunião com o Corregedor Geral para os próximos dias, com o escopo de ser apresentado um relatório de atendimento sobre todas as unidades judiciárias, ante o trabalho desenvolvido pela Comissão, que destacou 24 de seus membros para proceder com o contato em todas as varas, a fim de avaliar o atendimento prestado.

Ao fim da reunião, agradecemos a presteza da atenção dispensada pelo Dr. Carlos, o qual salientou a importância da Ordem na construção de uma justiça mais célere

29 - Seguindo o cronograma de visitas aos Juizados da Capital, a Comissão de Relação

com o Poder Judiciário e Conselho Estadual da Jovem Advocacia da OAB/PI, **visitaram no dia 04/05/22, o Juizado Especial da UESPI.**

Na oportunidade, fomos recebidos pela Diretora de Secretaria, Jacinta Linhares, a qual nos mostrou as amplas instalações do Juizado, bem como relatou a dinâmica de funcionamento da unidade.

Tendo destacado que o Juizado apesar de ter apenas dois servidores em secretaria, quando a lotação paradigma deveria ser de 4, tem **marcado audiências unas com no máximo 40 dias; Sentenciado processos conclusos com no máximo 40 dias; Média de 7 dias para liberar alvará (fazer, assinar e liberar)**; Possui um acervo de 1400 processos e cerca de 170 novos processos por mês. Quanto ao Balcão Virtual, a servidora relatou que as vezes a ferramenta não funciona por problemas técnicos, de modo que se coloca à disposição dos advogados pelo número celular do Juizado.

No que diz respeito ao atendimento, a unidade já está em atendimento 100% presencial, com a assessoria e juiz titular, Dr. Celso Barros Filho, atendendo normalmente;

30 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, esteve no **dia 09/05/22**, visitando a 8ª, 7ª, 6ª e 5ª Vara Federal de Teresina e a Turma Recursal, com o escopo de avaliar o cumprimento da Portaria Presi 35/2021 e 16/2022, que dispõem sobre o atendimento virtual e físico no percentual de 75% do quadro de pessoal.

Na 8 Vara constatamos a presença do magistrado substituto, Dr. Adonias Ribeiro, o qual nos relatou que a Vara possui um acervo de cerca de 20 mil processos, mas que mesmo diante da escassez de servidores, **tem sentenciado 900 processos por mês.** Tendo ressaltado **que libera RPVs dentro do próprio mês em que foram expedidas, ofertando atendimento presencial e virtual por agendamento.** Destacando que não produz mais em razão da escassez de servidores.

Na 7 Vara fomos recebidos pela Diretora de Secretaria Kelma Leal, que salientou que o atendimento dos magistrados, Drs., Geraldo Magela e Francielle Neves, ocorrem por meio virtual apenas, o primeiro todas as quartas das 9 hrs às 11:40, e a segunda todas as quintas de 9 hrs às 11 hrs. Já a assessoria de ambos também só funciona de forma remota, o primeiro todas as quartas de 9 hrs às 11 hrs e a segunda toda quinta de 10 hrs às 11 hrs.

De modo que o Presidente da Comissão requereu de plano que o atendimento fosse

também ofertado em um horário mais extenso e de maneira presencial, conforme prescreve a Resolução 16/2022. Ressaltando a Diretora que a Vara possui um acervo de 39 mil processos, com uma carência de ao menos 3 servidores.

Porém, salientou que durante o período de inspeção que irá ocorrer na próxima semana, será feito um esforço concentrado na expedição de RPVs e juntada de atas e documentos audiovisuais nos processos, informando ainda que estão sendo sentenciados os processos conclusos em março de 2022.

Na **6 Vara** fomos recebidos pela Diretora Substituta Ana Altina, a qual nos **informou que ocorrerá um mutirão na Vara entre os dias 23 de maio e 04 de junho, onde serão realizadas 180 audiências virtuais por dia, sendo proferidas sentenças em audiência.**

Ressaltou que no atendimento virtual sempre se busca efetivar a diligência requerida pelo advogado e que o Juiz Titular e Substituto, Drs. Sandro Helanoe Felipe Gonçalves atendem virtualmente os advogados, o primeiro de terça a quinta feira, com a assessoria atendendo presencial e remotamente de segunda a quinta feira, e o segundo todas segundas, terças e quintas, com atendimento da assessoria de segunda a quinta de forma presencial e remota.

Asseverou **a diretora que a Vara possui 32 mil processos no acervo, com um déficit de servidores e uma média de 1000 novos processos por mês.** Quanto a **5ª Vara a Comissão participou da abertura dos trabalhos da inspeção anual, tendo sido recepcionada pelo Diretor Alessio Lustosa**, que nos informou que o magistrado titular, Dr. Bruno Christiano, atende presencialmente entre terça e quinta feira; que a Vara tem carência de um servidor; que a Vara segue a ordem cronológica para sentença, estando julgando os processos conclusos em agosto de 2020; que a magistrada substituta, Dra. Marina Cavalcante, deve regressar em agosto de 2022 de sua licença, possuindo a Vara cerca de 5.770 processos hoje, demorando em média uma semana para apreciação de medidas liminares, podendo ser menor em casos de urgência de perecimento de direito.

Já no que diz respeito a Turma Recursal, fora observado que a mesma funciona até às 11 horas da manhã, apenas com o atendimento presencial de estagiários e terceirizados, sob a supervisão da Diretora Márcia, relatando os servidores que o atendimento por balcão se encontra regular.

De posse da radiografia das varas, a Comissão irá se reunir em breve com os

magistrados, com o intento de otimizar dentro do possível, o atendimento aos advogados e partes;

31 – No **dia 09/05/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário por seu Presidente, Thiago Brandim, acompanhou o Conselheiro Federal Carlos Júnior e a Diretoria da Subseção de **Esperantina**, por seu Presidente, Miguel Filho, em reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Des. José Oliveira, o Des. José Wilson e o Juiz da 2ª Vara de Esperantina, Dr. João Manoel.

Em pauta, a falta de servidores nas Varas da Comarca, que possuem apenas 2 servidores em cada uma, muito embora possuam cerca de 10 mil processos ativos, o que tem atrasado sobremaneira a prestação jurisdicional, conforme destacou o Conselheiro Carlos Júnior.

Na espécie, o Presidente da Subseção, Miguel Filho, solicitou ao Tribunal que a Comarca fosse dotada de ao menos mais um oficial de justiça, pois conta com apenas dois oficiais, apesar da enorme jurisdição, motivo que tem obstado a celeridade no cumprimento de intimações, citações e atos ordinatórios, sem olvidar na necessidade de que o acervo processual físico do Posto Avançado de Joaquim Pires, fosse removido para o Fórum de Esperantina, possibilitando a digitalização das peças. Ouvindo atentamente aos requerimentos da OAB, **o Presidente do TJ destacou que até o fim de julho ocorrerá a finalização de um concurso de remoção, e que ao final deste será possível designar mais servidores para a comarca, bem como que até outubro o concurso do Tribunal será concluído, e, portanto, a comarca poderá ser contemplada com um aumento em seu quadro de efetivos, fala reforçada pelo Desembargador José Wilson, que destacou a importância econômica da cidade de Esperantina, que é polo comercial de serviços.**

Para Thiago Brandim a reunião se mostrou muito profícua, pois os representantes do TJ se mostraram bens sensíveis aos pleitos, inclusive, com a possibilidade de forma imediata, em firmar parcerias com os Municípios de Esperantina e Morro do Chapéu do Piauí, com vistas a que estes cedam servidores para auxiliar as varas enquanto o concurso é concluído;

32 - Seguindo o cronograma de visitas aos Juizados Especiais da Capital, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e o Conselho Estadual da Jovem Advocacia (CEJA) visitaram **no dia 11/05/22**, o **Juizado Especial Norte 2 Buenos Aires**, e seu **anexo Santa Maria**.

Atualmente, sede e anexos funcionam na mesma estrutura física, tendo em vista que o prédio no Santa Maria está em reforma com duração prevista para 10 dias. Há sala da OAB nas dependências, porém, no momento, constatou-se que essa ainda não foi equipada.

Fomos recebidos pela Juíza Auxiliar, Dra. Gláucia Mendes de Macedo, e pelos servidores Antônio Iza da Silva e Daniel da Silva Nunes. A Juíza titular, Dra. Maria do Socorro Lima Matos, está em seu período de férias.

No Juizado sede, alcançou-se a lotação paradigma de servidores e, no momento, a secretaria está recebendo apoio da secretaria remota do Tribunal. Os atendimentos acontecem de forma presencial ou virtual, com número de WhatsApp disponibilizado, além do Balcão Virtual. Atualmente, há um acervo de 1.094 processos cíveis, além disso, as audiências estão sendo agendadas para novembro de 2022 e processos conclusos em novembro de 2021 estão sendo sentenciados.

No anexo Santa Maria, a equipe é composta por 4 servidores e 1 estagiário, sendo relatada a falta de 1 servidor para secretaria. Os atendimentos estão acontecendo de forma presencial ou virtual, pelo Balcão Virtual, WhatsApp e telefone fixo. Foi narrada a falta de computadores para servidores, contudo, acredita-se que com o fim da reforma supracitada mais um computador será disponibilizado.

Atualmente, há um acervo de 1.395 processos ativos, dos quais aqueles conclusos em dezembro de 2021 estão sendo sentenciados, além disso, as audiências de instrução já são agendadas para o próximo ano;

33 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário por seu Presidente Thiago Brandim, e os membros Angélica Coelho, Francisco Soares e Rafael Tóri, participaram no dia 16/05/22, da abertura dos trabalhos de **inspeção anual da 7 Vara Federal**, com os juízes Geraldo Magela e Francielle Thives, titular e substituto, respectivamente, da mencionada unidade.

Na oportunidade, o Presidente da Comissão requereu que fosse disponibilizado um horário mais extenso ao atendimento para os advogados, tendo a Dra. Francielle destacado que além do horário regular (segunda e quinta feira de 13h15 às 14h30), também oferta atendimento excepcionais em casos urgentes.

No que tange ao Dr. Geraldo, este ressaltou que oferta atendimento todas as quartas entre

09h e 11h40, e que sempre tem agendamentos livres. **Também foi requerido pela Comissão, a realização de um mutirão na Vara, vez que possui um acervo de quase 39 mil processos**, no entanto, o magistrado titular se mostra contrário a ferramenta, pois segundo este a mesma não possui operacionalidade, ante a falta de servidores e juízes.

Nesta quadra, a OAB solicitará ao Tribunal Regional da 1 Região, um esforço concentrado na aludida Vara, para fins de otimização dos trabalhos, o que é de interesse da advocacia, partes e da unidade judiciária;

34 - Seguindo o cronograma de vistorias aos Juizados Especiais da capital, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada por seu Presidente, Thiago Brandim, e os membros Francisco Soares, Silvia Thaysa e David Araújo, compareceram no **dia 17/05/22**, ao **Juizado Especial Leste 1 - Sede (Horto) e Anexo II**, de titularidade do Juiz Kelson Carvalho Lopes, onde fomos recebidos pela Diretora de Secretaria Lina Napoleão e demais servidores.

Na coleta de informações, **tomamos conhecimento de que as pautas de audiências cíveis estão em dia, com a designação das mesmas em média de 30 dias após a entrada das ações, sendo sentenciados hoje os processos conclusos para julgamento em fevereiro de 2022.**

Porém, existe um gargalo no que tange aos feitos criminais, vez que segundo a Diretora, o promotor e defensora que atuam no Juizado, só podem comparecer às audiências apenas uma vez na semana, motivo que tem atrasado a pauta destas, as quais estão sendo marcadas para julho de 2023, demandando um mutirão na unidade, medida já solicitada ao Tribunal, e que será também encampada pela Comissão.

No que tange ao acervo, o Juizado e seus dois anexos possuem quase 11 (onze) mil processos, com uma média de 100 (cem) novos processos por mês, o que requer a lotação de ao menos mais dois assessores, vez que hoje a unidade conta com apenas um assessor, para três secretarias cíveis e uma criminal.

Quanto ao Balcão Virtual, esta ferramenta não se encontra em disponibilidade, porém, a Diretora salientou que fornece atendimento pelo WhatsApp e telefone celular aos advogados e partes. Justificada na espécie a ausência do magistrado, face este se encontrar de férias, estando respondendo hoje pelo Juizado o Dr. José Olindo, titular da unidade do Juizado da Universidade Federal, sendo ressaltado que o Dr. Kelson Carvalho atende presencialmente às terças e quintas feiras, assim como por meio virtual.

Também foi constatado que a unidade dispõe uma sala e ante-sala para os advogados, estando a mesma aparelhada com ar condicionado, impressora, e internet. De posse das informações, a Comissão fará um relatório e encaminhará ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que sejam adotadas as providências necessárias;

35 – No **dia 19/05/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, **se reuniu com a juíza da 3ª Vara de Família de Teresina, Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio.**

Na pauta, foram debatidos problemas no tocante ao balcão virtual; atendimento presencial da magistrada; formato da designação das audiências (videoconferência ou presencial) e intimações das partes via WhatsApp.

Ouvindo atentamente as demandas, **a juíza destacou que com exceção da semana passada, a qual teve de fazer uma viagem, tem ofertado atendimento presencial para a advocacia todos os dias a partir das 7 da manhã, quando não se encontra fazendo audiências, e que disponibilizou as quintas feiras à tarde para ofertar atendimento por balcão virtual, de forma previamente agendada.**

No que diz respeito as audiências, **a magistrada destacou que tem optado pela designação destas por videoconferência, porém, em casos de maior complexidade e mediante solicitação das partes e advogados, designará de maneira presencial. Já quanto as intimações via WhatsApp, a autoridade verberou que está envidando todos os esforços com vistas a implementar a ferramenta, mas tem se esbarrado na falta de pessoal suficiente na unidade, a fim de proceder com a utilização efetiva da ferramenta, se comprometendo, no entanto, em ultimar tal medida com máxima brevidade.**

36 - Seguindo o cronograma de vistoria aos Juizados da Capital, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com o Conselho Estadual da Jovem Advocacia - CEJA, compareceu no **dia 24/05/22**, a sede do **Juizado Especial da UFPI**, que tem como juiz titular o Dr. José Olindo Barbosa.

Em diálogo com o Presidente da Comissão, Thiago Brandim, o magistrado destacou que possuía um acervo de cerca de 4.500 processos, vez que com o fechamento do Anexo da AESPI, os processos foram distribuídos para a Sede UFPI e Anexo Camilo Filho, porém, a maioria dos servidores lotados na AESPI, acabaram por ser lotados no Juizado da Redonda, o que empreendeu um aumento considerável de demandas, cerca de 2393

processos, sem o necessário contingente de servidores, o qual, motivou a marcação de audiências no Juizado da UFPI para o ano de 2023.

E em face desta problemática, a autoridade relatou que já solicitara ao TJ (SEI nº22.0.000052125-0) a realização de um gabinete e secretaria remotos, a fim de antecipar a pauta de audiências, bem como de proceder com o sentenciamento dos processos mais antigos, visto que existem em trâmite no juizado processos de 2019, demorando cerca de 408 dias em média a tramitação dos feitos.

Fazendo um adendo a fala do magistrado, Thiago Brandim se comprometeu em envidar esforços junto ao Tribunal, para que fosse implementada a medida solicitada, e em contato incontinenti com o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Rodrigo Tolentino, este informara que a solicitação foi enviada a Corregedoria, vez que a mesma está à frente do Projeto "Fortalecendo os JECCs", e que será dada prioridade.

Em conversa com o Diretor de Secretaria do Juizado UFPI, André de Moraes, este salientou que a pauta das audiências cíveis ocorrem as segundas, terças e quintas feiras entre 8:30h e 13:10h e a criminal nas quartas feiras, salientando que todas as audiências são unas, e que muito em breve o Anexo Camilo Filho migrará para o ICEV, e que o ANEXO - AESPI, irá funcionar na CEUPI, provavelmente em outubro de 2022, o que trará melhora no atendimento. Sobre o Balcão o servidor garantiu que todos os canais estão à disposição (balcão, celular, WhatsApp), como também presencial.

37 - No **dia 01/06/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente Thiago Brandim e os membros Francisco Soares e Silvia Thaysa, se reuniram com a Juíza da **Vara Única da Comarca de Batalha**, Dra. Lidianie Suely Marques Batista.

Eu pauta **um pedido da advocacia de Batalha visando uma maior celeridade na expedição e liberação dos alvarás das partes e advogados**. A magistrada após ouvir atentamente, destacou que sempre **tem priorizado a feitura dos alvarás**, mas que muitas vezes se esbarra na falta de servidores na unidade, posto que possui apenas 03 funcionários em detrimento de um acervo de cerca de 4 mil processos.

Porém, **garantiu a juíza que irá reforçar junto à secretaria para agilizar a expedição dos alvarás, pois conhecedora da urgência de sua natureza, destacando ainda que os advogados podem tão logo seja concluso o processo após juntado o comprovante de depósito, entrar em contato com o WhatsApp do gabinete, o qual é respondido diretamente pela magistrada, para requerer a prioridade na confecção**

do alvará:

38 – No **dia 02/06/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, em parceria com o Conselho Estadual da Jovem Advocacia - CEJA, concluíram o cronograma de vistorias aos Juizados Especiais da Capital, comparecendo ao **Juizado da Fazenda Pública**, de titularidade da juíza Maria Célia Lima Lúcio.

Na oportunidade, fomos recebidos pelo Diretor de Secretaria, Victor Neres, o qual destacou: que o Juizado possuía um acervo de quase 8 mil processos, estando com a agenda de audiências unas para 21 de setembro de 2022; que estão sendo sentenciados os processos conclusos em julho de 2021; ordem cronológica de decisões referente aos processos conclusos em dezembro de 2021 e despachos referentes as conclusões de fevereiro de 2022; que as audiências ocorrem de segunda a sexta entre às 08 h e 12:30h; que a magistrada oferta atendimento presencial diário entre às 09h e 13h, e quando não possível, pode ser feito agendamento via secretaria, para reunião em plataforma teams.

Informou ainda o diretor que recentemente (dezembro e janeiro de 2022) receberam o gabinete remoto da Corregedoria, e que em março de 2022 ocorreu um esforço concentrado com a ajuda de dois juízes, que sentenciaram 120 processos, estando o Juizado aguardando um novo gabinete remoto para julho.

Segundo o Diretor, seria de grande valia a instalação de um novo anexo ao Juizado, o que já foi requerido ao Tribunal (SEI nº 21.0.000056840-3), pois passariam a contar com mais um Diretor de Secretaria e ao menos um conciliador e um leigo, o que tiraria a sobrecarga de trabalho. Momento em que a Comissão, por seu Presidente Thiago Brandim, se comprometeu em trabalhar perante o Tribunal de Justiça a implantação deste novo anexo, vez que o Juizado da Fazenda tem uma grande importância, dado sua competência, requerendo uma urgente celeridade nos trâmites processuais;

39 – No **dia 09/06/22**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, juntamente com a Diretoria da Subseção de Campo Maior, visitou os Fóruns das **Comarcas de Castelo do Piauí e São Miguel do Tapuio**, oportunidade em que foram recebidos pelos magistrados Raniere Santos Sucupira e Alexandre Alberto Teodoro da Silva.

Em diálogo com o Dr. Raniere, este ressaltou que atende diariamente partes e advogados por meio de telefone institucional, balcão virtual e presencialmente, tendo destacado que sua comarca hoje possui um acervo médio de 3.500 processos, sendo distribuídos uma média de 200 novas ações por mês. Indagado sobre a apreciação de liminares, o juiz

salientou que sempre prioriza a rápida apreciação dos pedidos, bastando apenas que o advogado diligencie a conclusão do feito, para sua posterior decisão. Já **no que diz respeito a virtuais condenações em litigância de má-fé**, o juiz assentou que em poucos casos tem condenado as partes nas penas afetas à matéria, só o fazendo quando de forma deliberada a parte falseia a verdade dos fatos, **garantindo o juiz que nunca aplicou o instituto em desfavor de advogados.**

Na espécie, a caravana foi convidada a participar da solenidade de inauguração da Sala do Serviço Integrado Multidisciplinar (SIM), voltada a tomada de depoimento especiais de menores vítimas de abuso, visando o acolhimento humanizado e sem traumas destes infantes.

A iniciativa partiu da Corregedoria Geral de Justiça, conduzida pela Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto, que em sua gestão já instalou 19 salas como esta, pretendendo expandir o serviço para 47 comarcas.

O evento contou com a presença do promotor da Comarca, Dr. Ricardo Trigueiro, o prefeito da cidade, Magno Soares, servidores e comunidade em geral. Posteriormente a Comissão se dirigiu até a comarca de **São Miguel do Tapuio**, ao tempo em que conversou com **o magistrado titular, Dr. Alexandre Alberto**, o qual destacou que sua comarca é muito grande territorialmente, vez que possui povoados que distam até 100 quilômetros da sede, razão pela qual **requereu apoio da Ordem, para envio de um outro oficial de justiça para a unidade (o que posteriormete foi deferido pelo TJ/PI em junho de 2023)**, que conta com apenas um, apesar do acervo de 4 mil processos;

40 – No **dia 10/06/22**, membros da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com a Diretoria do Conselho Estadual da Jovem Advocacia, da Subseção de Picos, e da Conselheira Federal, Isabella Paranaguá, realizaram, nesta sexta-feira, uma inspeção técnica nos **Juizados Especiais da Comarca de Picos** (Juizados Sede, Anexo I e Anexo II).

Na oportunidade, os mesmos foram recepcionados pelo Magistrado responsável por todos os Juizados, Dr Ademar de Sousa Martins.

Segundo o advogado e membro da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Armínio Carvalho, a reunião foi bastante produtiva. “Durante a inspeção atestamos que o Magistrado, mesmo em seu período de Férias, está trabalhando para dar vazão aos processos dos jurisdicionados, tendo em vista que o juiz substituto se encontra com

problemas de saúde”.

Atualmente os juizados funcionam em dois turnos, com uma média de 90 dias para ocorrer a primeira audiência após ajuizamento e filtragem da ação realizada pelos juizados.

Grande problema encontrado foi a baixa quantidade de servidores que atuam nos Juizados. O Juizado sede tem apenas três servidores (Chefe de Gabinete, Diretoria de Secretaria e um Analista). Trabalham em sistema de rodízio, dois no turno da manhã e outro no turno da tarde.

Juizado Anexo I (Juiz leigo e conciliador) faltando analista no presente juizado; Juizado Anexo II (Juiz Leigo, Conciliador e Um Analista).

Ficou evidenciado que caso existisse mais servidores a serviço nas secretarias dos presentes juizados, haveria maior vazão e, naturalmente, mais processos solucionados a contento. Ficando a Comissão comprometida em diligenciar por mais servidores na Unidade.

41 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em conjunto com a Subseção da OAB de Piripiri, por seu Presidente Manoel Inácio, se reuniram no **dia 14/06/22**, com a Juíza da **3ª Vara da Comarca de Piripiri**, Dra. Maria de Fátima Martins Leite Dias.

Na oportunidade, foi discutido o funcionamento da unidade judicial, que conta atualmente com quase 7.500 processos em trâmite, pois acumula as demandas de natureza cível em geral, previdenciário e fazenda pública.

Segundo a magistrada, apesar do número substancial de feitos, conta com apenas seis servidores, sendo dois deles assessores de gabinete, em que pese só entre os meses de janeiro e abril de 2022 terem sido distribuídos mais de 2.000 processos repetitivos contra Bancos, razão pela qual se faz mister a lotação de mais servidores.

Tendo ressaltado a juíza que aguarda a renovação do Termo de Parceria firmado entre o Município e o Tribunal de Justiça, com vistas a ceder dois funcionários para a Vara, se comprometendo o Presidente da CRPJ, Dr. Thiago Brandim, em diligenciar junto a Corregedoria a finalização do presente Termo.

Outro ponto abordado, é um anseio antigo da Subseção e dos juízes de Piripiri, que é a criação de uma nova Vara na Comarca, a fim de que a mesma fique com a competência

exclusiva das ações contra a Fazenda Pública.

De modo que o tanto o Presidente Manoel Inácio, como Thiago Brandim, destacaram que irão se irmanar juntamente com os magistrados da Comarca pela criação desta nova Vara, a qual já conta com um espaço em vias de ser doado pelo município (anexo ao Fórum), aguardando apenas conclusão do projeto de engenharia e autorização legislativa, para posterior instalação pela Presidência do Tribunal.

Porém, apesar das dificuldades, a magistrada salientou que tem feito mutirões de forma reiterada, a exemplo de um que ocorreu nos dias 30 e 31 de maio, onde se realizou trinta audiências de instrução diárias, tendo já programado um outro para os dias 28 e 29 de junho, onde pretende fazer cinquenta audiências de instrução, disponibilizando ainda atendimento presencial, por telefone e balcão virtual na unidade;

42 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu no **dia 15/06/22**, com o Juiz da **1ª Vara Cível da Capital**, Dr. Francisco João Damasceno, e conversou sobre a rotina de trabalho na unidade judicial.

Segundo o magistrado, tanto a secretaria como o gabinete movimentam os processos abaixo dos 100 dias de trâmite, e que em algumas oportunidades quando estes se encontram na alçada do 1º Cartório Cível, este prazo é ultrapassado, vez que a secretaria da Vara movimenta os feitos em uma média de 60 dias apenas.

Quanto ao número de servidores, a unidade dispõe do quantitativo necessário, pois segundo o juiz são lotados 06 funcionários e dois estagiários em secretaria, contando ainda com dois assessores, um oficial de gabinete e uma terceirizada para atendimento. Destaca que a Vara tem um acervo de 4.281 processos, tendo sentenciado entre janeiro e início de junho de 2022 847 feitos, com uma distribuição de 904 novos processos neste mesmo período.

Ressaltou ainda que estabeleceu uma meta interna de sentenciar 200 processos por mês, e que com o retorno de uma de suas secretárias da licença maternidade, conseguirá empreender tal objetivo.

No tocante ao atendimento, o Dr. Francisco Damasceno disponibiliza por meio presencial, balcão virtual e por telefone institucional aos advogados de fora da capital, quanto a secretaria da vara, esta disponibiliza atendimento presencial, balcão virtual, telefone e por e-mail;

43 – No dia 21/06/2022, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário esteve reunida com a Juíza da 2ª Vara Cível de Teresina, Dra. Lígia Carvalho Parentes Sampaio, com vistas a saber da rotina de trabalho na unidade e diagnóstico das dificuldades enfrentadas.

Durante a reunião a magistrada destacou que são distribuídos uma média de 300 (trezentos) novos processo por mês, e que desde 2017, quando assumiu a unidade, a distribuição dos processos ocorre de forma dobrada, pois como a Vara possui uma secretaria e um cartório, e os mesmos são entendidos como unidades judiciais autônomas, tal fato acaba propiciando o envio de um número mais elevado de feitos entre a 1ª e 5ª Vara, as quais possuem secretaria e cartório.

Tendo ressaltado a juíza, que apesar de ter um número bem maior de distribuições e acervo (Vara conta hoje com quase 6 mil processos), tem um quantitativo bem inferior ao necessário, tanto o é que já requereu ao Tribunal de Justiça o envio de ao menos mais um assessor, porém, sem sucesso, tendo a Comissão se comprometido em colaborar no deferimento deste pleito.

Um outro problema enfrentado é o fato de que o Cartório não aceita feitos com pedido de gratuidade, razão pela qual acabam sendo redistribuídos para a secretaria da Vara, o que muitas vezes retarda o andamento do processo.

Salientou ainda a magistrada que tem produzido ao menos 200 (duzentas) sentenças por mês e que está julgando os processos conclusos para sentença em março de 2022, e que oferta atendimento presencial diariamente, assim como por balcão virtual e telefone institucional, tendo a sua Vara sido considerada no ano passado a que mais produziu no ano.

44 – No dia 22/06/2022, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente, Thiago Brandim, em conjunto com a Vice-presidente da OAB-PI, Dra. Daniela Freitas e os Presidentes das Comissões de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Rogério Almeida Rodrigues, Comissão de Advocacia Colaborativa, Macela Nunes Leal, Comissão de Justiça Restaurativa e Direito Sistêmico, Gillianne R. Almeida, e Comissão de Mediação Conciliação e Arbitragem, Sara Rejane Pereira Fonseca, se reuniram com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Des. José Ribamar Oliveira, para **pleitear a criação de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC vinculado a Vara da Infância e Juventude de nossa capital.**

O pedido se fundamenta na origem multifatorial e na complexidade dos conflitos relacionados à infância e juventude, os quais sendo direcionados para um CEJUSC especializado na matéria, irá proporcionar um olhar atento e sensível às partes envolvidas, levando-se em consideração o propósito maior de pacificação social, além de oportunizar a criação de um ambiente seguro, colaborativo e de soluções funcionais e sustentáveis.

Ademais, como reza o art. 227 da Carta Magna e o art. 4, do ECA, é dever do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesta quadra, sensível ao pleito e cômico de sua importância, o Presidente Oliveira se comprometeu prontamente com a Ordem em encampar o projeto, buscando meios para criação e implantação do Centro até o fim de sua gestão em 07 de janeiro de 2023, destacando que o Tribunal é deveras atento as demandas de interesse dos menores;

45 - O Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Thiago Brandim, participei no **dia 24/06/2022** de uma **reunião com a Ministra de Estado da Mulher**, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, na sede da OAB/PI.

A reunião teve como pauta a celebração de uma parceria entre a Ouvidoria Nacional do Ministério, conduzida pelo Ouvidor Nabih Henrique Chraim e a Ouvidoria Geral da OAB/PI. Tudo com o arrimo das instituições combaterem as diversas formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância, promovendo o reconhecimento e a valorização da dignidade da pessoa humana.

46 – No **dia 04/07/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por intermédio do seu Presidente Thiago Brandim, se reuniu com o Juiz do **Juizado Especial do Bela Vista**, Luiz de Moura Correia, com vistas a tratar sobre alguns procedimentos no Juizado, a saber:

1 - Indeferimento de justiça gratuita em sede de recurso nominado sem um parâmetro para o referido indeferimento, com declaração de deserção antes mesmo do prazo de 48 horas para preparo; 2 - Embargos e recursos não analisados pelo juízo; 3 - Aplicação da inversão do ônus da prova; 4 - Indeferimento de iniciais em casos de ausência de documentos da parte autora, a exemplo de RG, CPF e comprovante de residência, sem a

prévia intimação da parte.

Após ouvir a explanação do Presidente da CRPJ, o magistrado destacou que tem o entendimento de que todos os feitos do juizado são isentos de custas e que em suas sentenças tem reconhecido a gratuidade da justiça, e, nos casos em que tal benefício não resta concedido, tem encaminhado o recurso nominado para a Turma Recursal, a fim de que o Relator aprecie a gratuidade e conheça ou não do recurso.

E que, portanto, não tem declarado deserções dos recursos manejados, mas que se tiver ocorrido pontualmente solicitou que a Comissão repassasse para a assessoria, o que foi feito.

No que tange aos embargos e recursos, salientou que todos são adequadamente apreciados.

Quanto a aplicação da inversão do ônus da prova, o juiz garantiu que tem aplicado o instituto, porém, é dever da parte apresentar ao menos provas indiciárias de seu direito, com o escopo de que se triangularize a relação processual.

Sobre o indeferimento das iniciais, foi dito pela autoridade que a apresentação dos documentos pessoais é de cunho indispensável para iniciar um processo, pois sem o preenchimento correto, sequer o feito é cadastrado no PJE, e que a extinção do processo não impede que a parte ingresse novamente em juízo, o que em sua unidade não haveria prejuízo, vez que segundo o magistrado os processos têm sido sentenciados em uma média de 60 dias, pois a produção média mensal é de 500 sentenças. No entanto, a depender das circunstâncias do caso a intimação prévia é procedida.

47 – No dia 06/07/2022, a Comissão de Relação com o Judiciário, se reuniu com o juiz titular da Comarca de Itaueira, Dr. Ronaldo Paiva Nunes Marreiros, com vistas **a tratar sobre algumas decisões do juízo determinando aos advogados que juntassem instrumentos de procuração atualizados, como requisito prévio à expedição de alvarás por advogados.**

Após a apresentação do informe pela Comissão, o magistrado salientou que não existe uma regra, Portaria ou Normativo da Vara contendo tal determinação, mas que em alguns casos onde as partes possuem elevada idade, tem determinado a mencionada medida, pois segundo a autoridade, em feitos isolados, ocorreram o levantamento do alvará sem

comunicação à parte ou tendo esta já falecido, sem que a informação estivesse nos autos.

Diante da narrativa do juízo, o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, salientou que no Código Civil não existe prazo de validade para a procuração ad judicia, se mantendo a mesma incólume até ulterior revogação do mandante, ou renúncia do mandatário.

De modo que não se mostra crível se exigir nova procuração pelo fato da parte ser idosa ou do feito estar em trâmite por um longo período, razão pela qual fora requerido ao magistrado que revisse seu posicionamento quanto a matéria, e que nos casos de quebra de dever ético de colegas advogados, fossem estes encaminhados à OAB, para competente apuração junto ao Tribunal de Ética e Disciplina, o que para nossa satisfação restou acatado pelo juiz;

48 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu no **dia 07/07/2022**, com o juiz da **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**, Teófilo Rodrigues Ferreira, a fim de avaliar e discutir os procedimentos adotados na unidade judicial.

Na conversa com o magistrado, o mesmo ressaltou que possui um acervo de cerca de 10 mil processos, e que procura sempre cumprir a meta interna de despachar os processos dentro de 100 dias de conclusão, mas que diante do grande acervo alguns processos acabam extrapolando esta média.

Perguntado sobre se a unidade possui alguma rotina de avaliação destes feitos mais antigos, o magistrado disse que sim, e que sempre é priorizado o julgamento dos processos mais antigos. Salientando ainda que nestes casos basta que o advogado busque o juízo e relate o fato, que será dada a devida atenção e diligência ao feito.

Quanto a produtividade, o juiz afirmou que entre julho e dezembro de 2021 sentenciou 623 processos e que entre janeiro e junho de 2022, 309 processos, em detrimento de 248 novos processos neste último período citado, estando, portanto, em cumprimento da Meta 1 do CNJ.

Sobre o atendimento na unidade, o juiz disse que tanto a secretaria quanto o gabinete estão atendendo de forma presencial e virtual, contando o gabinete com o número fixo para ligações (86 - 3230-7850), como também o contato celular do magistrado (86 - 99471-5300 e 86 - 99981-3367), e o contato da Secretaria da Vara (86 - 3230-7813 - João).

No que tange ao número de servidores, a autoridade mencionou que conta com um

número razoável em sua unidade, mas que seria de extrema relevância a lotação de mais deles, com vistas a melhorar a vazão do trabalho desenvolvido.

49 – No **dia 11/07/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e o Conselho Estadual da Jovem Advocacia, **realizaram Sessão Pública de apresentação do relatório de vistorias aos juizados da capital de Teresina**, o qual após feitura da ata da sessão será disponibilizado no site da OAB/PI, no intento de discutir os dados colhidos e de juntos com a classe apresentar sugestões de melhorias ao microsistema.

A Sessão foi extremamente propositiva, de modo que várias sugestões foram levadas a registro, as quais em breve serão discutidas com a Corregedoria e Presidência do TJ/PI, entre elas a título de exemplo destacamos: (i) revisão da lotação paradigma, disposta na Resolução nº 246/2021 do TJ/PI; (ii) criação de anexos, com especial atenção aos Juizados da Redonda, Fazenda Pública e UFPI; (iii) estratégia de implementação de mutirões, secretaria e gabinetes remotos de forma contínua; (iv) necessidade de novas contratações de estagiários, perpassando por diálogo direto com as instituições de ensino jurídico; (v) uniformização do entendimento dos juizados quanto a concessão de Justiça Gratuita, se criando critérios claros e objetivos para seu virtual indeferimento; (vi) atualização da lista de competência territorial dos Juizados, com implementação de sistema de automação, o qual mediante inserção simples do CEP, ser direcionado o protocolo da ação para a unidade competente territorialmente; (vii) designação de audiências UNAs; (ix) uniformização de jurisprudência, especialmente quanto aos valores defasados comumente estipulados a título de danos morais, o que afasta o caráter pedagógico das condenações, sem olvidar no desestímulo ao ingresso de ações; (x) e o treinamento de magistrados e servidores na gestão de processos e ferramentas digitais;

50 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, cumprindo sua agenda de visitas a todas as unidades judiciais do estado, realizou no **dia 13/07/2022**, uma reunião com o juiz titular da **6ª Vara Cível de Teresina**, Dr. Edson Rogério Leitão Rodrigues.

Durante a reunião o magistrado destacou que a unidade possui atualmente um acervo de 3.840 processos ativos, contando com 07 servidores, o que segundo a autoridade, se mostra insuficiente para a demanda, sendo necessário ao menos mais um assessor e oferta de um maior espaço físico.

Quanto a produção, o juiz salientou que tem sentenciado uma média de 100 a 120 processo por mês, e que adota a sistemática de movimentação dos processos em até 100

dias, porém, reconhece que em alguns casos este média é ultrapassada, no entanto, é feito todo um esforço para que não ocorra tal hipótese, se observando a ordem cronológica para decisões, com exceção de feitos de demandem urgência ou prioridades. Tendo destacado que a Vara tem adotado um procedimento interno, visando a priorização dos processos oriundos do ThemisWeb, os quais tem mais tempo de tramitação.

No que tange ao atendimento, foi dito pela autoridade que o mesmo é fornecido diariamente de forma presencial e por telefone, e que na secretaria é de forma presencial, balcão virtual e telefone.

Ao final da reunião, o magistrado salientou que diante da proximidade do último concurso, entende que os assessores já lotados em unidades judiciais, deveriam ser cedidos a estas lotações em que se encontram, com vistas a manter a rotina e produtividades existentes, ao tempo em que o Presidente da CRPJ se comprometeu em levar o pleito a Presidência do Tribunal de Justiça;

51 – No **dia 13.07.2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB\PI, representada pelo seu Secretário Geral, Dr. Edson Araújo, **participou de reunião virtual organizada pela Subseção de Uruçuí** - representada pela Presidente, Dra. Laionara Monteiro, pelo Ouvidor, Dr. Stênio Leal e pelo Secretário-geral, Dr. Cairu Pontes, - **com a Oficial do Cartório Civil de Ribeiro Gonçalves**, Dra. Valéria Almeida e Silva, sendo ainda prestigiada pela Comissão de Direito Cartorário da OAB\PI, representada pelo Dr. Joaquim Mendes e por diversos advogados da Subseção.

O evento teve o intuito de discutir a imensa dificuldade sentida pelos advogados da região em conseguir a emissão de certidões em tempo razoável, o estabelecimento de prazos menores que os legais e o não cumprimento de prazos estabelecidos pelo próprio cartório.

A Oficial do Cartório expôs sua visão do assunto, ressaltando principalmente a falta de estrutura, de pessoal e o entrave econômico que passa o Cartório hoje, em virtude da não conclusão do concurso aberto ainda no ano de 2013 pelo TJ\PI.

A Oficial ouviu os pleitos da advocacia e se comprometeu a levar para sua equipe e tomar medidas no sentido de melhorar o funcionamento do Cartório, dentro das limitações existentes.

A Comissão se colocou à disposição de todos, Cartório, Subseção e advogados, em

especial para excursionar à Corregedoria do TJ\PI para intermediar a conclusão do concurso citado, sem olvidar na busca de adoção de medidas administrativas na própria unidade cartorária, via Corregedoria, para que sejam observados os prazos legais na expedição dos atos cartorários, em atenção ao disposto na Lei 14.382/2022.

52 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, a convite da Comissão de Relações Institucionais da OAB/PI, participou no **dia 14/07/2022**, de uma reunião com Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Des. José Ribamar Oliveira, o juiz auxiliar da Presidência, Rodrigo Tolentino e o Diretor da STIC, Agnaldo Abreu.

A reunião teve como finalidade, a discussão de medidas a serem implementadas pelo judiciário, no sentido de modernizar o processo judicial eletrônico.

Tendo o presidente do TJ/PI destacado que no dia 13/07/2024, o Conselho Nacional de Justiça autorizou a saída do Tribunal da base de dados do CNJ, medida há muito tempo esperada, vez que segundo o Des. Oliveira, com a gestão do sistema PJE pelo próprio TJ, haverá uma otimização na solução das constantes intercorrências do sistema, possibilitando uma ação mais célere da STIC, nos casos de queda ou oscilação.

Dentre outras alternativas de modernização, foram citadas pelo Presidente do TJ: a utilização muito em breve do e-cartas, projeto desenvolvido pelos Correios e que permite o envio e o retorno de documentos oficiais, como intimações e citações, sem a necessidade de impressão nos cartórios judiciais; a utilização do WhatsApp, como meio para a comunicação de atos processuais; a criação de uma Central de Processo Eletrônico (Já implantado nas Varas Cíveis e de Família), vinculada a Presidência do TJ, visando aprimorar a gestão processual dos feitos pelos magistrados, com informes didáticos sobre os autos pendentes de decisão e tempo de trâmite, como também o julgamento por classes processuais, permitindo a apreciação de vários processos correlatos em lote.

Como sugestão, as comissões apresentaram a idéia de se revisar o fluxo de atos dentro do sistema PJE, com a possibilidade de automação de atos ordinatórios, a exemplo de citações e intimações, os quais seriam feitos automaticamente pelo sistema, sem a necessidade de interferência manual dos servidores, o que reduziria sobremaneira o tempo de trâmite dos processos, sugestão que foi acatada pela presidência;

54 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, realizou no **dia 19/07/2022** uma reunião com o Juiz da **7ª Vara Cível de Teresina**, Sebastião Firmino Lima Filho, com vistas a colher informações sobre a rotina e produtividade do juízo.

Na oportunidade, o magistrado ressaltou que procura seguir a média de até 100 dias para despachar os processos, com observância a ordem cronológica de conclusão, ressalvadas as exceções legais, tendo dado prioridade no julgamento de demandas repetitivas e homologações de acordo.

Quanto as liminares, asseverou que diariamente são feitas apreciações, tendo a unidade hoje 1209 processos conclusos, com produção de sentenças dos feitos aptos para julgamento conclusos em março de 2022.

No tocante ao atendimento, o juiz salientou que tanto ele como a secretaria, atendem presencialmente e por balcão virtual todos os dias, e, que a medida de unificação das secretarias cíveis foi deveras benéfica, razão pela qual sugeriu que fosse implementada nas varas da família e fazenda pública.

Por derradeiro, a autoridade informou que sua equipe fez no ano passado um curso de gestão aplicada ofertado pelo TJ/PI, observando o juiz que tão logo concluído o referido curso, houve um inequívoco avanço no impulsionamento dos processos, muito embora a Vara necessite de ao menos mais um servidor (analista), posto que apesar das limitações, no ano de 2021 foram sentenciados 1400 processos e proferidas 1503 decisões, sem olvidar que a sua correição anual foi finalizada em junho de 2020, bem antes do prazo estipulado pela Corregedoria (31/07/2022), possuindo hoje apenas 48 feitos aguardando sentença há mais de 100 dias;

55 - A vice-presidente em exercício, advogada Raylena Alencar, reuniu-se no **dia 20/07/2024**, com representantes das Comissões de Direito das Famílias e Sucessões e de Relação com o Poder Judiciário. O objetivo foi deliberar acerca de melhorias nas Varas de Família e da criação de Varas Especializadas de Sucessões, Tutela e Curatela na comarca de Teresina.

Em seguida, numa segunda reunião, a vice-presidente e os demais, aproveitando a temática de Direitos das Famílias, **solicitaram melhorias para a magistrada da 5ª Vara de Família**, Tânia Regina Silva Sousa. **Ela foi questionada sobre os atendimentos aos advogados no que se refere ao balcão virtual, que segundo reclamação de alguns causídicos, estava suspenso.**

Tendo a juíza informado que atende presencialmente de segunda a sexta-feira, **mas disse que vai disponibilizar um dia para realizar os atendimentos de forma virtual.**

O presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, o advogado Thiago Brandim, relatou que **a juíza se comprometeu a retornar o serviço de atendimento já na próxima segunda-feira (25/07), de 12h às 14h, sem prejuízo do atendimento presencial.**

56 - No **dia 27/07/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu com o Juiz Substituto da **1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina**, Dr. Thiago Carvalho Martins, para colher informações sobre rotina de trabalho na unidade.

Segundo o magistrado a Vara possui hoje cerca de 2.200 processos, sendo destes grande parte envolvendo demandas de saúde, vez que a vara é privativa da matéria, porém, não exclusiva, recebendo também processos de outras naturezas, o que na compreensão do juiz, atrapalha a vazão dos trabalhos.

Sobre o número de servidores, foi ressaltado que o gabinete conta com dois assessores e um chefe de gabinete, os quais ajudam na confecção de minutas de despachos e sentenças, tendo a secretaria 08 servidores dentre comissionados e estagiários, reclamando mais dois servidores para cumprimento da lotação paradigma do TJ/PI.

E dentre os servidores da secretaria, o magistrado salientou que alguns não são familiarizados com o sistema PJE, razão pela qual irá remanejá-los para o setor de precatório na unidade, com o escopo de otimizar os trabalhos e encaixar os funcionários em tarefas as quais possuem pleno domínio, ainda mais diante do fato que o juízo possui um acervo de cerca de 3.000 mil precatórios.

No tocante as instalações físicas, o juiz salientou que a unidade será transferida para o antigo prédio do TJ, mudança que está prevista para o mês de agosto de 2022 (o que de fato ocorrerá), a qual será benéfica no ponto de vista estrutural e de acessibilidade.

Quanto a rotina de trabalho, tanto o gabinete quanto a secretaria ofertam atendimento virtual (balcão e telefone) como presencialmente, destacando o juízo que prioriza a feitura de audiências telepresenciais, possuindo ainda o entendimento de que nas demandas de natureza eminentemente de direito, deve ser feito o julgamento antecipado da lide, sem necessidade de instrução;

57 – No **dia 01/08/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, se reuniu com a Juíza Titular da **3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Teresina**, Haydee Lima de Castelo Branco.

Durante a reunião, a magistrada destacou que no ano de 2016, a unidade contava com cerca de 42 mil processos, e que hoje tem um acervo médio de 9 mil processos, a maioria deles envolvendo execuções fiscais de IPTU e ISS do município de Teresina, ante a especialidade da vara.

E que diante do fato que a unidade lida com bloqueio de ativos financeiros e bens das partes, adota um procedimento interno de rigorosa avaliação dos bloqueios efetivados, com o escopo de averiguar se houve excesso de execução, procedendo com a liberação imediata dos valores que ultrapassarem o pedido, isso dentro de 24 horas após o ato construtivo.

Uma outra preocupação do juízo diz respeito as contas salário e poupança, as quais em regra não sofrem constrição do juízo.

Quanto a lotação de servidores, a magistrada salientou que conta hoje com 02 assessores e dois estagiários em seu gabinete, e 05 servidores em secretaria, havendo atendimento diário na forma presencial e virtual (balcão e telefone), tanto no gabinete quanto na secretaria.

No que tange aos julgamentos, a juíza afirmou seguir a ordem cronológica para fins de sentença e despachos, mas dando prioridade as exceções legais e aos feitos em que os advogados reclamam celeridade.

Tendo destacado ainda que até o fim do mês a unidade se mudará para o antigo prédio do Tribunal de Justiça, mais especificamente no segundo andar, e que também até o fim do mês, todos os processos físicos da Vara serão migrados para o PJE, cerca de 700, o que permitirá um trâmite mais célere destes feitos;

58 – No **dia 02/08/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, visitou a **4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública**, com o intento de colher informações sobre a produtividade e rotina da unidade judicial, que tem como juiz titular o magistrado Dioclécio Sousa Silva.

Na oportunidade, o juiz salientou que está em cumprimento da Meta 01 do CNJ, pois tem julgado mais processos que o número de distribuições no ano de 2022, vez que ocorreram 768 distribuições, enquanto foram sentenciados 952 feitos.

Porém, destaca que tem encontrado dificuldades na falta de servidores suficientes em sua

secretaria, posto que além do número deficitário, alguns destes se encontram de licença médica, razão pela qual cerca de 2904 processos estão com mais de 100 dias sem movimentação na referida secretaria.

Razão pela qual o magistrado solicitou a Corregedoria, a realização de uma secretaria remota na unidade, a qual está prevista para este mês de agosto, com o fito de dar uma vazão aos feitos com excesso de prazo na secretaria.

Um outro importante empecilho no trâmite dos feitos, diz respeito a localização dos executados, visto que segundo o juízo, a maioria das empresas encerram suas atividades em poucos anos de existência, o que impede no mais das vezes a localização de bens em nome da empresa ou dos sócios, motivo que levou o magistrado a adotar o entendimento de abertura do prazo prescricional intercorrente logo após a primeira citação infrutífera nos autos, tudo com o intento de não eternizar as demandas.

Quanto ao acervo, a unidade conta hoje com cerca de quase 9 mil processos, tendo o gabinete 02 assessores e um oficial de gabinete e a secretaria 05 servidores.

No tocante ao atendimento, o juiz destacou que oferta este tanto da forma presencial como por balcão virtual, todos os dias, do mesmo modo que a secretaria;

59 – No **dia 02/08/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em parceria com a Comissão de Direito das Famílias e Sucessões da OAB-PI, **realizaram uma vistoria nas varas de família da capital**, com o intento de verificar o funcionamento das unidades.

Durante a vistoria foram avaliados especialmente os meios de comunicação disponibilizados pelos juízos, a presença de servidores suficientes nos competentes setores, a pauta de audiências e o atendimento dos juízes aos advogados e partes.

Na espécie, colhemos importantes impressões e sugestões de servidores, voltadas a uma melhor entrega da prestação jurisdicional, as quais serão debatidas no âmbito das comissões e posteriormente discutidas com o Tribunal de Justiça.

É compromisso da OAB o permanente diálogo e acompanhamento das ações do Poder Judiciário;

60 - No **dia 04/08/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, visitou a **4 Vara**

Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, onde conversamos com o magistrado titular, Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho.

Inicialmente tivemos a grata satisfação de tomar conhecimento que o magistrado será alçado à condição de Desembargador do TRF da 6 Região, com data de posse prevista para o dia 19 agosto de 2022.

Assim, desejamos sucesso ao juiz e que sua experiência e sensibilidade sejam fonte de justiça em sua nova missão.

Nesta quadra, colhemos alguns informes sobre a situação em que a unidade judicial se encontra e também sobre a substituição do magistrado na unidade.

Ressaltando o juiz que a 4 Vara Federal é a segunda colocada em termos de maior acervo processual no TRF da 1 Região, razão pela qual sugeriu que OAB/PI encampasse o pleito de uma nova Vara de Execução Fiscal junto a seção judiciária, pois atualmente a unidade possui cerca de 40 mil processos em trâmite.

Destes autos, cerca de 38 mil ainda são físicos e 2 mil apenas estão no sistema PJE, porém, existe um esforço concentrado visando a migração de todos os feitos físicos para o virtual até o fim do ano.

Tendo destacado o juiz que durante a Pandemia, o juízo suspendeu todas as execuções fiscais, face o momento de exceção vivido, e também em respeito ao princípio da menor onerosidade.

Outra medida, foram as suspensões de todos os leilões, os quais serão retomados no fim deste ano.

Destacando o juiz que muitas vezes buscou a conciliação entre as partes, em que pese não ser comum tal ato nos procedimentos de execução fiscal, mas que a medida se mostrou bastante eficaz.

Por fim, nos foi dito que provavelmente o Juiz da 1 Vara Federal, Francisco Hélio Camelo Ferreira, assumirá a titularidade da Vara;

61 – No **dia 11/08/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, juntamente com a Comissão de Defesa e Valorização dos Honorários, a Diretoria da OAB/PI e CAAPI, se reuniram com o Presidente do TJ/PI, Des. Ribamar Oliveira e o juiz auxiliar Rodrigo

Tolentino, com o intento de apresentar importantes pautas para a advocacia, vejamos:

1 - **Garantia e alteração do art. 203-D do Regimento Interno do TJ, a fim de tornar automática a retirada da pauta virtual de julgamento, os processos em que o advogado requeira a sustentação oral no feito, conforme já acontece nos Tribunais Superiores e no TRT 22 e TRF da 1ª Região, tudo com arrimo de possibilitar a mais plena forma de exercício da ampla defesa pela advocacia, posto que hoje o processo só é retirado do ambiente virtual, mediante pedido e deferimento do relator. Medida que não fora acatada pela corte, porém, em sede de pedido da OAB/PI perante o CNJ, nos autos do procedimento de controle administrativo nº 0003075-71.2023.2.00.0000, fora estendido os efeitos da liminar concedida em favor da OAB Rondônia e CF OAB, se determiando a suspensão dos artigos 203-D e 203-E do TJ/PI, garantindo, por conseguinte que o advogado possa fazer sua sustentação oral em tempo real, em sessão presencial ou telepresencial, como corolário do legítimo exercício da ampla defesa e contraditório. Liminar esta que segue vigente até a presente data (19/12/2024);** 2 - Disponibilização atualizada no site do TJ e nas secretarias, da ordem cronológica de julgamento dos processos no âmbito do 1º e 2º Grau de justiça, em observância ao caput do art. 12 e seu §1º do CPC (**Medida acatada mediante o sistema DATACOR**); 3 - **Criação da Semana Estadual de Expedição de Alvarás Judiciais no calendário anual de ações do TJ, com sugestão de data para os dias 22 a 26 de agosto, tendo em vista que os honorários por serem verbas alimentícias, gozam de prioridade em sua expedição (Medida acatada pelo TJ, mediante a Portaria 01/2022 na primeira semana de dezembro de 2022, posteriormente alterada a data para primeira semana de fevereiro, mediante a Portaria 2/2024 (ora vigente))**; 4 - Firmamento de Termo de Cooperação entre OAB/PI e TJ/PI, no sentido de implantar o Sistema denominado "OAB Acordos", o qual viabiliza o pagamento de acordos entabulados e custas processuais aos jurisdicionados, por meio de cartão de crédito (à vista e parcelado), PIX, ou transferência direta do valor do acordo diretamente ao credor, porém, com total segurança, sem se descurar do controle Judiciário, o qual seria poupado da necessidade de emissão de alvarás, sem olvidar no fomento à composição das partes, que teriam formas alternativas para quitação de seus acordos, havendo um patente fomento à jurisdição voluntária; 5 - Criação de ferramenta no âmbito do TJ, com o fito de mapear o número de advogados de outras Seccionais, que possuem mais de cinco processos na justiça estadual, para que a OAB/PI possa exigir que o colega faça sua inscrição suplementar (Em andamento);

62 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, se reuniu no **dia**

25/08/2022, com a juíza da 8ª Vara Cível de Teresina, Lucicleide Pereira Belo, com o intento de avaliar os trabalhos desenvolvidos na unidade.

Tendo a magistrada destacado que recebe em média 200 novos processos por mês, contando hoje com um acervo de mais de 5 mil processos.

E que apesar do número expressivo de processos, dispõe apenas de 02 assessores, 01 oficial de gabinete e 01 analista. De modo que seria necessário ao menos mais um assessor e um servidor terceirizado, o qual fora prometido quando da unificação das secretarias cíveis.

Quanto a produção, a juíza salientou que prioriza cumprir a meta de despachar os processos em menos de 100 dias de conclusão, tendo determinado em seu gabinete que até o fim do ano, irá adotar como meta o prazo de até 60 dias para despacho.

Sobre os julgamentos, nos foi dito que a Vara segue a ordem cronológica de conclusão, com exceção das preferências legais.

No tocante ao atendimento, a magistrada frisou que está diariamente na unidade, mas que também oferta atendimento por meio virtual, bastando marcar com seu gabinete um horário.

Sobre a deficiência de pessoal, a Comissão por seu Presidente, Thiago Brandim, se colocou à disposição do juízo para tratar com o Tribunal de Justiça, sobre o incremento dos servidores, bem como sobre as demais pautas de interesse comum da advocacia e judiciário;

63 – No **dia 29/08/2022**, a CRPJ, visitou a **2ª Vara da Fazenda Pública**, onde se reuniu com o juiz titular, João Gabriel F. Baptista. A visita teve o condão de avaliar os trabalhos na unidade, tendo o juiz prestado importantes informações, a saber: 1 - Que todos os processos físicos já foram migrados para o PJE; 2 - Que a sede do juízo será remanejada para o antigo prédio do TJ no mês de setembro de 2022; 3 - Que a unidade recebe em média 150 novos processos por mês; 4 - Que o juízo estabeleceu uma meta interna de despachos dentro de até 90 dias; 5 - Que todos os processos conclusos para sentença na presente data, estão sentenciados. Ressaltando o juiz que sempre prioriza o despacho de liminares, apreciando estas em prazo razoável. E que no tocante as decisões interlocutórias e despachos ordinários, existem cerca de duas mil a serem exaradas pelo juízo; 6 - Que as dificuldades do juízo dizem respeito a forma de mensuração do trabalho

na unidade, vez que existem três parâmetros: um do CNJ (Justiça em Números); um sistema da Corregedoria e um outro da vice-presidência do TJ-PI, porém, apenas o sistema do CNJ é considerado para fins de metas e produtividade, razão pela qual o magistrado requereu ao TJ, que apenas este sistema seja considerado. Um outro impasse diz respeito as distribuições equivocadas no sistema PJE, as quais conduzem em um retrabalho em diferentes unidades (juízo suscitante e suscitado), o que atrasa a prestação, sem olvidar que o processo baixado (caso em questão), permanece na estatística em números, porém, não é contabilizado na produtividade da vara. Por esta razão o magistrado sugeriu que a OAB em parceria com o TJ, promova um curso para os advogados, a fim de orientar sobre as regras de protocolo junto ao PJE, medida acolhida pela Comissão; 7 - Que a ordem cronológica dos processos é observada, mas que por vezes ocorre de alguns feitos serem remanejados ao topo da ordem, em razão das preferências legais dispostas no CPC, as quais recebem pesos maiores pelo CNJ; 8 - Que na unidade é praticado a gestão por competência, onde o magistrado aprecia as qualidades de cada servidor e os lota em setores onde o mesmo possui maior afinidade com as funções;

64 - A CRPJ **se reuniu no dia 30/08/2022, com o juiz da 2ª Vara da Comarca de Floriano**, Carlos Marcello Sales Campos, a fim de obter informações sobre o andamento dos trabalhos no juízo.

Inicialmente foi perguntado ao magistrado se poderia ser estabelecido na Vara, um dia de atendimento presencial por semana, vez que os colegas se ressentem da ausência deste. Momento em que o juiz ressaltou que provavelmente estabelecerá no mês de setembro tal medida, caso a reavaliação médica de sua dependente se mostrar favorável, pois segundo a autoridade, este acompanha sua dependente por três vezes na semana, em tratamento médico multidisciplinar, razão pela qual tem permanecido por estes dois anos de pandemia, atendendo aos advogados por meio virtual.

Porém, existe uma excelente expectativa para o mês de setembro, ante a melhora do quadro de saúde da menor. No entanto, o juiz salientou que atende a todos os advogados por meio virtual, via contato com o seu gabinete.

Quanto ao acervo processual, o magistrado destacou que possui uma média de 5 mil processos, e que atualmente está acumulando a 3ª V. Cível e o eleitoral, mas ainda assim busca cumprir à risca a meta de despachar os processos em até 100 dias de conclusão, possuindo cerca de 30 feitos além da meta. Consciente desta situação, a autoridade

informou que possui hoje cerca de 1.300 processos com minutas pendentes (liminares, despachos ordinários ou sentenças), razão pela qual determinou a criação de uma força tarefa durante todo o mês de setembro, com previsão de início na segunda (05/09/2022), com o intento de zerar estas pendências.

Tendo ressaltado ainda que uma das dificuldades é o fato de que a unidade por ter competência cumulativa (Fazenda Pública e Cível), recebe cerca de 130 novos processos por mês, o que acaba por atrasar a prestação jurisdicional.

No tocante aos processos físicos, o juiz nos informou que existem pouco mais de 200 feitos, os quais não foram migrados para o sistema PJE, face dificuldades técnicas, que serão superadas com o auxílio da Corregedoria.

Deste modo ficara acertado entre as entidades uma nova reunião no início de outubro, para avaliar o trabalho da força tarefa;

65 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, por seu Presidente, Thiago Brandim, juntamente com a Subcomissão de Relação com o Poder Judiciário da Subseção de Floriano, representada por seu Presidente, Marcus Neiva, e os Conselheiros Estaduais da OAB Astrobaldo Ferreira e Marenize Leite, **se reuniram no dia 12/09/2022 com o Juiz da 3ª Vara Cível de Floriano**, Francisco Gomes da Costa Neto.

A reunião teve como finalidade, a colheita de informações sobre o funcionamento da unidade, bem como sobre a forma de atendimento dispensada pelo juízo aos advogados e jurisdicionados.

Inicialmente o magistrado fez um retrospecto sobre sua carreira, tendo pontuado que está efetivamente trabalhando na 3ª Vara há apenas 36 dias, posto que ficou por mais de um mês acumulando as funções com a 1ª Vara, somado ao fato de que gozou de licença médica por 30 (trinta) dias, em razão de uma cirurgia de hérnia.

Sobre o atendimento aos advogados, o juiz salientou que está toda semana presencialmente na Comarca, mas que irá fazer um estudo para estabelecer um dia específico para atendimento, porém, os representantes da OAB destacaram que seria importante que o magistrado também estabelecesse que em circunstâncias urgentes, aos advogados seria assegurado a audiência com o juiz, independente do dia designado.

No tocante ao acervo, o magistrado destacou que possui hoje na unidade 2.315 processos

em trâmite, assegurando prioridade as preferências legais, como os feitos que discutem interesses de menores e idosos.

No que tange as audiências, o juízo tem realizado as mesmas, em regra, por videoconferência, mas que em casos mais complexos, a exemplo das ações de inventário, as faz de forma presencial.

Tendo em vista que restou pendente alguns dados sobre a produtividade da unidade, como também sobre a rotina de atendimento a ser estabelecida aos advogados, foi designada uma nova reunião entre a OAB e o juízo para o dia 22 de setembro às 10 horas;

66 – No **dia 14/09/2022**, a CRPJ, juntamente com o CEJA, se reuniu com o **Coordenador dos Juizados Especiais, Juiz Luiz de Moura Correia**, para discutir melhorias na produtividade e atendimento nas turmas Recursais.

No diálogo com a autoridade, a mesma destacou que foi recentemente criada uma nova Turma Recursal no estado do Piauí, mediante a publicação da Lei 7.773/2022 de 04 de abril de 2022, a qual instituiu uma quarta Turma Recursal na Comarca de Teresina. E que muito em breve a mesma será instalada, o que diminuirá sensivelmente o acervo ora existente, que orbita os 19 mil processos.

Tendo o juiz nos ressaltado que uma das dificuldades diz respeito ao fato dos juízes das turmas, acumularem as funções com a de juiz em uma outra unidade judicial, razão pela qual a Comissão sugeriu que os juízes fossem titularizados nas Turmas, ao invés de exercerem mandato, ao tempo em que o Dr. Luiz de Moura, salientou que já existe este debate no âmbito dos juizados, e que será encaminhado expediente para o Corregedor Geral, sugerindo tal mudança.

No tocante aos julgamentos, o magistrado salientou que desde que assumiu um assento na 3ª Turma Recursal há pouco mais de um mês, procedeu com mais de 400 julgados, tendo estes ocorrido monocraticamente em quase 90% dos casos, eis que as demandas decorrem de recursos repetitivos ou com jurisprudência já pacificada nos Tribunais. Razão pela qual destacou que têm sugerido aos pares, que também procedam desta forma, agilizando o trâmite.

Um outro ponto discorrido, foi sobre o estabelecimento de metas para julgamento dentro de um ano dos processos, bem como da institucionalização de ordem cronológica dos julgamentos, com a consequente divulgação da mesma pelas Turmas, compromisso que

o Coordenador firmou conosco para sua instituição.

No que diz respeito ao atendimento, face a advocacia reclamar bastante sobre o acesso aos relatores e assessores, o Coordenador se comprometeu a enviar uma Circular aos juízes e assessores, pugnando para que quando o advogado procurar contato com o juízo, que seja ofertada um link de videoconferência para audiência com os magistrados relatores.

Tendo ainda nos informado que na próxima segunda feira será votado no pleno a criação de quatro cargos de secretaria para as Turmas Recursais, a fim de otimizar e profissionalizar o trabalho das mesmas, sem olvidar que a advocacia e jurisdicionado contarão com um canal próprio para tratar sobre pautas e andamentos dos processos (De fato criado, com a disponibilidade do contato 86-98151-6269;

67 – No **dia 16/09/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **se reuniu com a juíza da 5ª Vara Cível de Teresina**, Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima, ocasião em que também participou do encerramento dos trabalhos da Correição Extraordinária da Corregedoria, conduzida pelos juízes auxiliares Carlos Augusto Arantes Júnior e João Henrique Sousa Gomes.

Na oportunidade, colhemos importantes informações sobre a Vara, a exemplo do acervo processual, que hoje é de 9.715 processos, destes 6.466 em secretaria e 3.249 no gabinete, o que implica em uma taxa de congestionamento de 91%.

No gabinete cerca de 55% dos processos estão há mais de 100 dias sem movimentação. Assim, a Corregedoria sugeriu à magistrada que fossem adotadas algumas medidas visando a otimização dos trabalhos, como a adoção da ferramenta de controle de prazos disposta no PJE, a implantação de modelo de trabalho a tempo e não a prazo, bem como a criação e adoção de rotina de atos ordinatórios a serem realizados pela própria secretaria, ao invés do magistrado.

Cônsua da situação, a magistrada destacou que envidará todos os esforços no sentido de dar vazão aos feitos com mais de 100 dias sem movimentação, priorizando os processos mais antigos, especialmente os que estão aptos a julgamento, relativos aos anos de 2018 para trás, sem prejuízo de tentar manter a meta 01 do CNJ, de julgar um número maior de processos em relação aos que forem distribuídos no ano.

Na oportunidade, a Corregedoria destacou que trabalhará em cooperação com a unidade,

visando a melhoria da prestação jurisdicional, tanto que já ofertara gabinete remoto, cursos e atualizações aos servidores, como também uma consultoria de empresa especializada, para melhor dinâmica dos trabalhos.

Sobre o atendimento aos advogados, a juíza destacou que atende presencialmente todos os dias, a partir das 11 horas da manhã, com exceção de algumas sextas feiras, vez que por ser membro da 2ª Turma Recursal, coincide a data com a de sessões da Turma. Tendo ressaltado ainda que caso o advogado queira falar por WhatsApp, a mesma dispõe do horário de 11 às 17 horas para atendimento, através do número (86 - 99828-8044), sem prejuízo do Balcão Virtual.

Sobre as audiências, a juíza mantém o formato de videoconferência, com exceção dos processos mais complexos. No que tange a ordem cronológica, nos foi dito que a mesma é seguida apenas em relação as sentenças, ficando os despachos e demais decisões, respeitadas as preferências legais, fora da mesma;

68 – No **dia 20/09/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu com o juiz da **2ª Vara Federal** da Seção Judiciária Piauiense, Márcio Braga Magalhães, e o Diretor de Secretaria, Raimundo Nonato, com o intento de avaliar os trabalhos na unidade e pedir mais celeridade nos trâmites processuais.

O juiz destacou que hoje possui um acervo de 9.968 processos, tendo já sentenciado entre janeiro e agosto de 2022, 796 autos. Ao tempo em que foram distribuídos 921 novos processos neste mesmo período.

O trabalho de digitalização dos processos tem sido uma tônica desde o início do ano, pois a tramitação dos feitos no sistema PJE é mais célere, assim, restando serem inseridos cerca de 1700 processos no PJE, dos 3.200 autos físicos até então existentes. Salientando o magistrado que atende a advocacia de segunda a sexta por telefone (86 - 98191-1313) e que nas terças e quintas por celular e WhatsApp, sem prejuízo do atendimento presencial.

Sobre a expedição de alvarás, o juízo informou que hoje estão trabalhando por meio de levantamento de valores, via ofício de transferência para as instituições bancárias, método mais célere e simplificado. Não havendo nenhuma pendência na unidade no momento, eis que tão logo restam disponíveis os valores e requerida a expedição pelas partes, o magistrado dá prioridade à confecção de tais expedientes.

Quanto ao número de servidores, o magistrado queixou-se do número insuficiente, somado ao fato que quatro deles se aposentaram recentemente, tendo sido apenas um destes cargos alvo de nova lotação, o que atrasa o trabalho na unidade, sem olvidar as licenças médicas.

Por fim, destacou que tem procurado observar as metas 01 e 02 do CNJ, de julgar mais processos no ano corrente do que o número de novas distribuições, bem como os feitos mais antigos (2018/2019/2020 e 2021), posto que já vem sentenciando autos de 2022;

69 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, a convite da Corregedoria Geral de Justiça, **participou no dia 26/09/2022, da abertura dos trabalhos de Correição Ordinária do Juizado Especial da Fazenda Pública de Teresina.**

Os trabalhos foram conduzidos pelo juiz auxiliar da Corregedoria, Carlos Augusto Arantes Júnior e a juíza Celina Maria Freitas de Sousa Moura, a qual está respondendo pela unidade, face as férias da juíza titular, Maria Célia Lima Lúcio.

Inicialmente foram apresentados alguns dados preliminares sobre a unidade, como o número de processos pendentes de andamento, 3.188 feitos, o número de processos julgados no corrente ano, 1.091 autos, com 29 redistribuições por incompetência, enquanto ocorreram 844 novas distribuições, com um tempo médio de trâmite processual em 439 dias.

E visando especialmente a melhora na celeridade da entrega da prestação jurisdicional, a Corregedoria apresentará algumas sugestões e determinações para a unidade, a fim de que a mesma se torne mais efetiva, entre elas: a criação de um fluxograma de trabalho; consultoria e treinamento de ferramentas do sistema PJE e a implantação de uma rotina de exclusão da feitura de atos processuais que já não são mais compatíveis com o PJE, a exemplo de termos de conclusão e certidões de tempestividade, as quais o sistema PJE já disponibiliza em sua interface, trazendo otimização aos atos ordinatórios.

Os trabalhos ocorreram até o dia 29/09/2022 às 12:00 horas, momento em que foi apresentado o relatório final;

70 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Processo Civil, **reuniram-se com no dia 26/09/2022, com o Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC,** Virgílio Madeira Martins Filho.

Na oportunidade, se discutiu a feitura de uma Circular pela Coordenadoria do CEJUSC, com o intento de que os juízes ao designarem as audiências de conciliação, determinem em regra a feitura das mesmas de forma virtual, o que corrobora com o disposto no art. 3 da Resolução 354/2020 do CNJ, sem olvidar que nesta modalidade facilitam o acesso à justiça e a celeridade do processo.

O magistrado sensível ao pleito da OAB/PI, destacou que irá conversar com o Coordenador Geral do CEJUSC, juiz Dioclécio Sousa Silva, visando a elaboração do expediente.

Na espécie, as Comissões trataram sobre a possibilidade de criação de um CEJUSC junto ao Juizado Especial da UFPI, eis que traria benefícios à sociedade, advocacia e aos estudantes. A Dra. Olívia Brandão que é Diretora da Faculdade de Direito, destacou a importância da parceria e que irá empenhar esforços na consecução do Centro.

Em tempo nos foi apresentado às instalações do CEJUSC 1 Grau e 2 Grau, este último pela Mediadora Judicial, Patrícia de Oliveira. Salientando que as partes e advogados que desejarem conciliar no 2 grau, basta requerer a mediação nos autos e/ou entrar em contato pelo número (86) 3218-0817;

71 – No **dia 29/09/2022**, o Presidente da OAB/PI, Celso Barros Neto, juntamente com o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Thiago Brandim, o Presidente da Comissão Nacional dos Juizados Especiais, Carlos Júnior, e o Presidente do Conselho Estadual da Jovem Advocacia, Allex Castro, **se reuniram com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Ribamar Oliveira e a Secretária da Presidência, Núbia Fontenele, para apresentar o relatório de vistoria dos Juizados Especiais.** Durante a reunião foram discutidas várias sugestões apresentadas pela OAB, sendo que várias destas foram acolhidas de plano pela Presidência, como:

1 - **Criação da Central dos Juizados Especiais, a qual funcionará em um mesmo local,** com uma única secretaria vinculada, onde todos os processos serão distribuídos equitativamente para todos os juízes, tendo ordem de distribuição procedida por critério de antiguidade. De modo que os magistrados terão metas objetivas de produtividade. Tal Central funcionará no antigo prédio da Corregedoria, onde funcionava a sede do Tribunal, se transformando as atuais sedes dos juizados, em postos avançados de atendimento, em que as partes e advogados poderão fazer suas audiências ou despachar com os juízes **(Medida que já está em vias de ser implementada pelo TJ/PI)**; 2 - criação de ferramenta

de citação e intimação dos atos processuais via WhatsApp; 3 - Encaminhar expediente para que o Juizado da Fazenda Pública deixe de realizar audiências de conciliação nos processos de sua competência, face a ausência de lei autorizativa dos entes da Federação autorizando a celebração de acordos. Inclusive, com a orientação de que nos processos que forem decorrentes de matéria de direito, ocorresse o julgamento antecipado da lide; 4 - Encaminhar expediente para a Corregedoria, visando a uniformização da tolerância de atrasos para início das audiências nos juizados; 5 - Criação de um sistema de automação para verificação da competência territorial dos juizados, mediante simples inserção do CEP da parte, visando direcionar o protocolo da ação para a unidade competente; 6 - Criação de uma Central Processual Eletrônica no âmbito dos juizados, com um plano piloto no juizado da Redonda e UFPI, os quais possuem uma maior demanda reprimida; 7 - Compromisso de votar no dia 17/10/2022 em sede de sessão administrativa do Pleno do TJ/PI, a aprovação dos 06 cargos em comissão da secretaria da Quarta Turma Recursal, pleito antigo da OAB, a fim de que a mesma passe a funcionar de forma imediata, reduzindo o acervo hoje existente de cerca de 19 mil processos.

Todas as sugestões foram muito bem recepcionadas pela Presidência, que ficou de analisar em conjunto com o então Coordenador Geral dos Juizados, Des. Hilo Almeida, visando sua possível implementação;

72 – No **dia 06/10/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em parceria com a Subseção de Floriano, por seu Presidente, Pablo Alves e os Conselheiros Estaduais Marenize Leite e Astrobaldo Costa, se reuniram com o Juiz da **3ª Vara de Floriano**, Francisco Gomes da Costa Neto, com o intento de obter informações sobre o atendimento a advocacia e produtividade da unidade judicial.

Tendo o magistrado nos garantido que atenderá os advogados de segunda a sexta feira, dentro do horário de expediente, contanto que não esteja em audiência, sem prejuízo do balcão virtual.

Este era um anseio da advocacia, o qual foi plenamente contemplado pelo juízo, ressaltou o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim.

Sobre a rotina na unidade, o juiz destacou que não existe mais nenhum processo físico, pois todos foram recentemente migrados para o PJE, e que dos 2.315 processos existentes no acervo, 782 são referentes ao ano de 2022.

É que até o momento a unidade proferiu 255 sentenças de mérito, 72 extintivas de mérito

e 395 decisões interlocutórias, além da baixa de 1.108 processos.

Destacando o magistrado que tem priorizado o andamento dos feitos em menos de 100 dias, com especial atenção aos processos de família (guarda, divórcio, curatela, entre outros), menores infratores, idosos e pessoas com deficiência.

Ressaltando ainda que entre os dias 07 e 11 de novembro a unidade estará em semana de conciliação, sob a reponsabilidade do juiz auxiliar, Dr. Franco Morette, e que muito em breve fará um esforço concentrado no juízo, para dar andamento aos processos com mais de 100 dias sem movimentação, sem prejuízo da ajuda do Gabinete Remoto e Secretaria Remota, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça;

73 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, juntamente com a Diretoria da Subseção de Oeiras, **se reuniu no dia 11/10/2022, com a Diretora do Fórum e Juíza titular da 2ª Vara Cível de Oeiras, Maria do Socorro Rocha Cipriano e o juiz auxiliar Marco Antônio Moura.**

O encontro teve como pauta central a necessidade de criação da 3ª Vara de Oeiras, tendo em vista que a 2ª Vara conta hoje com um acervo de mais de 7 mil processos, sendo que o Juizado Especial da Comarca só no ano de 2022 já possui 1.043 novos feitos distribuídos.

De modo que a criação desta nova unidade judicial se mostra indispensável para a melhoria da prestação jurisdicional, vez que apesar do esforço dos juízes e servidores, a demanda é contínua, posto que neste ano já foram distribuídos quase três mil novos processos, sem olvidar no quadro diminuto de servidores (quatro servidores e uma estagiária), ressaltou a magistrada.

Assim, tanto a CRPJ por seu Presidente, Thiago Brandim, como o Presidente da Subseção, Fidelman Fontes, se comprometeram em reforçar o pleito de criação da nova unidade, com o escopo de trazer maior celeridade aos trâmites processuais nesta importante Comarca, a qual congrega 06 Termos Judiciários.

Na oportunidade, também foi debatido a realização de um gabinete remoto, o qual teve início nesta última sexta (07/09), com previsão de encerramento no início do próximo mês, medida que importará em significativa redução do acervo processual, face a confecção de minutas de decisões em processos de baixa e média complexidade.

Outro tema de extrema importância, diz respeito a designação urgente de oficiais de justiça para a Comarca, face as férias e licença dos titulares e, a nomeação de um servidor para a Central de Mandados. Ficando acertado que a Chefe de Secretaria, Yara Porto, enviará os dados sobre o acervo processual, para subsídio do pedido de reforço da criação da nova unidade judicial;

74 - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Piauí, **realizou no dia 13/10/2022, na Sala do Conselho Seccional, uma audiência pública para discussão sobre as problemáticas na prestação de serviços nos Juizados Especiais Federais.**

O evento foi organizado pela Comissão de Relação com Poder Judiciário, em parceria com Conselho Estadual da Jovem Advocacia (CEJA), em parceria com a Comissão de Direito Previdenciário e Comissão Nacional de Juizados Especiais.

A secretária-geral da OAB-PI, Raylena Alencar, presidiu a mesa e realizou a fala de abertura. “A OAB-PI tem a honra de apoiar e promover um encontro dessa magnitude. São representantes de vários segmentos do Direito interessados em fazer uma análise diante da coleta de inúmeros dados dos Juizados Especiais, a partir dos quais poderemos implementar ações para a melhoria dos mesmos”, destacou.

Durante a audiência foram colhidas importantes sugestões para melhoria dos trabalhos nas unidades judiciais, a exemplo da expedição imediata dos RPVs na própria audiência em que seja homologado o acordo, a uniformização jurisprudencial dos julgados, e a diminuição de atos processuais desnecessários, quando presentes elementos de prova suficientes nos autos.

“Nós colhemos dados sobre todas as unidades, fizemos alguns requerimentos e participações e muitos deles foram atendidos. **Por exemplo, na 6ª Vara Federal aconteceu um mutirão de audiências, e um esforço concentrado na expedição de RPVs na 7ª e 8ª Vara, um compromisso de otimizar a celeridade**”, destacou **Thiago Brandim.**

Ficando acordado entre as comissões que será elaborado um ofício para o Diretor do Foro da Seção Judiciária Piauiense e aos juízes dos juizados, a fim de que adotem as medidas de otimização dos trabalhos, sem prejuízo de uma atuação conjunta da OAB/PI e Conselho Federal, a fim de requerer junto ao TRF1, a criação de outra unidade judicial (prevista para este próximo ano – 2025) e a feitura de novo concurso de servidores (também em curso com previsão de ser finalizado em 14/04/2025 -

<https://www.trf1.jus.br/trf1/noticias/concurso-trf1-fgv-divulga-cronograma-do-viii-concurso-publico-de-servidores>).

Além de membros da diretoria da OAB-PI e integrantes do Conselho Seccional, participaram e contribuíram para o debate o procurador Geral da União (AGU), Caio Coelho; e a presidente da Associação Piauiense dos Advogados (as) Previdenciárias (APP), Patrícia Ribas;

75 – No **dia 24/10/2022**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu com o **Juiz da 2 Vara de Execuções Penais**, José Vidal de Freitas Filho, para tratar sobre o procedimento de cálculo de liquidação de pena impostas aos apenados.

Tendo destacado o juízo que age com extrema agilidade na contagem dos cálculos de benefícios, especialmente os de progressão de regime e livramento condicional, tudo com o intento de impedir que o executado fique um dia sequer sem gozar de seu direito de liberdade.

Em outra banda, argumentou o magistrado que os advogados possuem amplo acesso aos cálculos de liquidação, fornecendo o sistema todos os informes sobre data provável dos benefícios, portanto, caso queiram manifestar-se nos autos com antecedência, podem fazê-lo, inclusive, para pleitear outros direitos não descritos, a exemplo de saídas temporárias.

Na oportunidade, o juiz requereu que a OAB/PI encampasse um pleito de criação de uma nova Vara de Execuções para a capital, eis que a 2ª Vara está sobrecarregada de trabalho, tendo recentemente recebido a competência de execução dos acordos de não persecução penal da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o que expandiu sobremaneira suas atribuições, razão pela qual se faz mister a criação de uma outra unidade.

Deste modo, se comprometeu o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, em envidar esforços junto ao Tribunal, para fins de criação desta nova Vara de Execução, haja vista que atualmente a 2ª vara possui cerca de 6.500 processos, os quais por suas especialidades, remontam a análise constante de vários incidentes, que demandam bastante esforço do juízo e servidores;

76 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com as Comissões de Prerrogativas, Direito do Trabalho e Associação dos Advogados Trabalhistas do Piauí -

AATEPI, se reuniram no dia 24/10/2022, com as juízas do trabalho, Alba Cristina da Silva e Mariana Siqueira Prado, titular e substituta, respectivamente, da 2 Vara Federal do Trabalho de Teresina.

A reunião teve o intento de colher informações sobre a rotina de procedimentos na unidade.

Na oportunidade, nos foi repassado os seguintes informes:

- 1 - Tempo médio de 48 horas a 05 dias para confecção de despachos ordinatórios e decisões liminares;
- 2 - A unidade judicial já funciona no formato de Vara do Trabalho Eletrônica (aplicativo zoom), com atendimento dos servidores e juízes em todo o horário de expediente (08 às 15 horas);
- 3 - Déficit de dois servidores, especialmente do cargo de calculista;
- 4 - Média de uma semana após o fim da instrução, para a Dra. Alba proferir sentença e de 30 dias os processos de atribuição da Dra. Mariana;
- 5 - Unidade judicial possui acervo médio de 3 mil processos;
- 6 - Atendimento presencial da Dra. Mariana todas as quartas feiras.

No curso da reunião também foi tratado sobre a necessidade de ser designado um servidor para a agência do Banco do Brasil na sede do Fórum Trabalhista, eis que a mesma já se encontra totalmente estruturada; a realização de Depósito Judicial como forma alternativa de pagamento, nos casos em que o reclamante não disponha de conta corrente, é um maior agilidade na expedição dos alvarás.

Ao final da reunião, as magistradas agradeceram a presença de todos, ao tempo em que se colocaram à disposição da OAB, para em cooperação buscar soluções para a melhoria da prestação jurisdicional

77 -A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em parceria com as Comissões de Direito do Trabalho, Prerrogativas e a Associação dos Advogados Trabalhistas (AATEPI), **se reuniram no dia 25/10/2022, com os juízes da 6 Vara Federal do Trabalho**, Francílio Bibio Trindade de Carvalho e Benedita Guerra Cavalcante, titular e substituto, respectivamente, para tratar sobre os procedimentos e rotina de trabalho na unidade.

Os magistrados apresentaram dados e informes de grande relevância para a classe:

- 1 - Adoção de procedimento único e fluxograma de padronização do trâmite processual há dois meses na unidade, com meta de atualização dos feitos em eventual atraso de decisão ou sentença até dezembro de 2022;
- 2 - Que os Despachos de liberação de valores

gozam de absoluta prioridade, se observando as preferências legais; 3 - Média de 10 dias para confecção de despachos ordinatórios; 4 - Média de 30 dias para proferir sentença, com alguns casos em atraso, porém, firmado o compromisso pelo Dr. Bibio de regularizar os processos em atraso até o mês de dezembro; 5 - Vara do Trabalho Eletrônica já implantada, o que oferta atendimento direto dos juízes e servidores com a advocacia durante todo o expediente (08 às 15 horas), sem prejuízo do atendimento presencial, balcão virtual e WhatsApp; 6 - Ausência de um próprio calculista na unidade, o que retarda a conclusão dos feitos em execução. Porém, existe a previsão de lotação de um novo servidor, após conclusão do concurso; 7 - O destaque de honorários advocatícios é realizado com a simples apresentação do contrato e indicação das contas para liberação; 8 - Os magistrados sugeriram que os advogados façam todos os pedidos na primeira oportunidade de cumprimento da sentença (desconsideração PJ, Bacen, etc.; 9 - A unidade possui cerca de 3.300 processos trâmite;

78 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em parceria com as Comissões de D. do Trabalho, Prerrogativas e a Associação dos Advogados Trabalhistas (AATEPI), **se reuniram no dia 25/10/2022, com os juízes da 5ª Vara Federal do Trabalho**, João Luiz Rocha do Nascimento e Ana Ligyan de Sousa, titular e substituto, respectivamente, para tratar sobre a rotina de trabalho na unidade.

Ao longo da reunião os magistrados apresentaram dados importantes sobre o juízo, a saber: 1 - Os alvarás, acordos, e as liberações de valores são de total prioridade na unidade; 2 - O prazo para despachos ordinatórios é de 10 dias e o de sentenças tem por regra geral 30 dias, porém, a unidade tem encontrado dificuldades no cumprimento de tais prazos, no entanto, o Dr. João Luiz destacou que tem feito um reiterado esforço com os juízes substitutos para zerar tais feitos, medida que em breve se concretizará; 3 - Um dos entraves da Vara é a ausência de um calculista próprio na unidade, medida que acaba por atrasar o trâmite processual (previsão de lotação de um novo servidor, após o encerramento do concurso do TRT-22; 4 - A unidade possui hoje uma média de 3.300 processos em trâmite; 5 - Atendimento pelos juízes e servidores, ocorre de forma presencial, via balcão virtual e WhatsApp, durante todo o expediente (08 às 15 horas); 6 - Quanto ao destaque dos honorários, os magistrados destacaram que já o fazem de forma automática, com a mera apresentação do contrato e conta corrente; 7 - A unidade já procede com a baixa de carteira dos trabalhadores; 8 - Sobre a recente revogação dos atos telepresenciais (Ato 35/GCGJT), destacou que a princípio não deixará de fazer as audiências de forma híbrida, salvo se o TRT-22 assim determinar;

79 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário, Direito do Trabalho e Prerrogativas, em conjunto com a Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Piauí - AATEPI, **se reuniram no dia 07/11/22, com a juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Teresina,** Thania Maria Bastos Lima Ferro.

A reunião teve o intento de colher informações sobre o atendimento e rotina de trabalho na unidade judicial.

Durante o encontro a magistrada apresentou dados importantes, a saber: 1 - O prazo médio para apreciação de liminares é despachos é de até 10 dias e de 30 dias para sentença, com exceção de alguns processos mais complexos; 2 - O atendimento é prestado de forma diária pela juíza titular e substitutas (Sylvia Helena e Elisabeth Rodrigues) e servidores, tanto na forma presencial, como por balcão virtual e WhatsApp. Tendo destacado a magistrada que já está em contato com o TRT-22, visando a implantação da Vara Eletrônica na unidade, com o escopo de dar mais celeridade e comodidade ao atendimento das partes e advocacia.

Na espécie, a juíza requereu que a OAB/PI e a AATEPI solicitassem ao TRT-22, a criação da indigitada Vara Eletrônica, compromisso assumido de plano pelas entidades, as quais reforçaram o pleito junto ao Tribunal, conforme garantiu Thiago Brandim, presidente da CRPJ;

3- No tocante as liberações de valores ou confecção de alvarás, a juíza salientou que não se faz necessária a petição reiterada visando a feitura do ato, bastando apenas que o advogado converse com o juízo ou secretaria, se evitando que os autos voltem para o fim da fila de despachos; 4 - Sobre os honorários, a magistrada informou que basta o advogado informar sua conta e apresentar o contrato, que os honorários já são destacados; 5 - Por fim, a juíza mencionou que seu maior problema é a falta de mais um calculista em sua unidade, razão pela qual a OAB/PI se comprometeu em conversar com a Presidência do Tribunal;

80 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Defesa das Prerrogativas, em conjunto com a Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Piauí - AATEPI, **se reuniram no dia 08/11/22, com juiz Tibério Freire Villar da Silva, titular da 3 Vara Federal do Trabalho,** e as juízas substitutas Daniela Martins Soares Barbosa e Regina Coelli Batista de Moura Carvalho, com o intento de obter informações sobre a rotina de trabalho e produtividade na unidade judicial. Durante a reunião os magistrados

destacaram: 1 - Que o tempo médio para preferir despachos é de até 10 dias e 30 dias para sentença; 2 - Que o destaque de honorários ocorre sem qualquer entrave, bastando a indicação da conta e juntada do contrato; 3 - Que o atendimento pelos juízes e servidores ocorre tanto de forma presencial, por balcão virtual e WhatsApp, e, que a unidade está avaliando a possibilidade de instalação da Vara Eletrônica; 4 - Ainda sobre os honorários, o Dr. Tibério salientou que o juízo tem extrema cautela na expedição de alvarás, a fim de que seja resguardado os valores da parte e dos advogados, inclusive, quando estes são múltiplos nos autos, se resguardando a cota parte de cada um, proporcionalmente ao trabalho desempenhado por cada um dos causídicos

81 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Defesa das Prerrogativas, em conjunto com a Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Piauí - AATEPI, **se reuniram no dia 08/11/22, com a juíza Basílica Alves da Silva, titular da 4ª Vara Federal do Trabalho**, e o juiz substituto Roberto Wanderley Braga, para obter informações sobre a produtividade e o trabalho desenvolvido na unidade.

No curso da reunião os magistrados ressaltaram:

1 - Que o tempo médio para preferir despachos e apreciação de liminares é de 48 horas, sendo de 30 dias para sentença; 2 - Que o destaque de honorários ocorre sem qualquer entrave, bastando a indicação da conta e juntada do contrato; 3 - Que o atendimento pelos juízes e servidores ocorre tanto de forma presencial, por balcão virtual e WhatsApp, e, que a unidade está avaliando a possibilidade de instalação da Vara Eletrônica; 4 - Ainda sobre os honorários, o Dr. Roberto Braga salientou que o juízo tem uma preocupação em repassar proporcionalmente os honorários de sucumbência e contratuais, quando existem múltiplos advogados habilitados nos autos, se resguardando a remuneração consentânea ao trabalho realizado por cada causídico; 5 - As audiências inaugurais e que envolvam matéria de direito são em regra realizadas por meio virtual, e as de instrução presencialmente; 6 - Hoje a unidade possui 2.347 processos em trâmite, sendo meta da unidade o julgamento de todos os feitos de ajuizados em 2021 até dezembro de 2022. Tendo sido ressaltado a carência de um calculista na unidade;

82 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário, Defesa dos Honorários e Processo Civil, em conjunto com a Diretoria OAB/PI, por seu Presidente Celso Barros, **se reuniram no dia 17/11/22, com o Presidente do Tribunal de Justiça**, Des. Ribamar Oliveira, o juiz auxiliar da presidência, Rodrigo Tolentino, a secretária da presidência do TJ-PI, Núbia Fontenele, e o Secretário de Tecnologia da Informação, Agnaldo Almendra, **com o intento**

de discutir o recente Provimento Conjunto 75/2022, publicado na última segunda-feira (14/11/2022), o qual instituiu que todas as petições iniciais e intermediárias no Sistema PJE no âmbito do 1º Grau, seriam realizadas em formato de texto pelo editor interno do Sistema, ao invés do formato PDF.

Assim, a OAB/PI ao tomar ciência do ato, marcou de plano a supracitada reunião com o Des. Oliveira, expondo algumas razões para a suspensão do referido provimento, a saber:

1 - Inacessibilidade aos advogados com alguma deficiência, a exemplo do colega deficiente auditivo, o qual não contaria com a ferramenta audiovisual para protocolo das peças; 2 - Limitação de caracteres no sistema, ocasionando o protocolo parcial de petições, tornando-as ineptas; 3 - Impossibilidade de aposição de timbres dos escritórios ou notas de rodapé, dificultando a interrelação entre as partes, visando o acordo; 4 - Impossibilidade de formatação/justificação de textos, tornando o documento inapto esteticamente e/ou não inteligível; 5 - Inviabilidade do uso de imagens, gráficos e planilhas, em compasso com as práticas de visual law; 6 - Ausência de discussão prévia com a OAB, e de prazo razoável para adaptação da classe.

Após ouvir as ponderações da Ordem, o presidente da CRPJ, Thiago Brandim, destacou que o Des. Oliveira se mostrou sensível ao pleito, tendo garantido que, em conjunto com Corregedor Geral, Des. Fernando Lopes, tornaria sem efeito a norma, até que o sistema seja efetivamente funcional, o que ocorreu no dia 25/11/2022, mediante a decisão nº 15.794/2022, que sustou os efeitos do Provimento 75/2022, que obrigava o protocolo de petições no Editor do PJE;

83 - A OAB Piauí firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) para integração de sistemas de tecnologia e implementação dos mecanismos 'OAB Acordos e gateway de pagamentos', em benefício da advocacia. Os documentos foram assinados no dia 29/11/2022.

O objetivo é a facilitação da etapa de quitação de guias de custas processuais, emolumentos, taxas judiciais e acordos judiciais. A forma de pagamento poderá ser por cartão de crédito, na modalidade à vista ou parcelado, PIX e transferência comum, com comunicação direta no Processo Judicial Eletrônico (PJE), via Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

O presidente da OAB-PI, Celso Barros, explica que o convênio trará mais viabilidade aos advogados quanto ao pagamento de acordos judiciais e e custas processuais. "Trata-se

de uma ferramenta nova que está sendo disponibilizada para a advocacia. Através deste convênio, será facilitado o pagamento de acordos e taxas.

O presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Thiago Brandim, ressalta que o firmamento deste Termo de Cooperação possui fins de implantação do 'OAB Acordos'. "E é bom informarmos que o pagamento será feito com total segurança, sem prejuízo do controle Judiciário, o qual será poupado da necessidade de emissão de alvarás, sem esquecer no fomento à composição das partes, que terão formas alternativas para quitação de seus acordos, havendo também um patente incentivo à jurisdição voluntária";

84 - O Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, Thiago Brandim, **se reuniu no dia 14/12/2022, com o juiz da 1ª Vara Criminal de Altos, Ulysses Gonçalves da Silva Neto, para tratar sobre a demora na confecção de alvarás de soltura pela unidade, quando os custodiados são postos em liberdade na audiência de custódia.**

Segundo relatado por colegas advogados, em alguns casos o magistrado tem concedido a liberdade aos custodiados em audiência, porém, a secretaria demora em alguns casos até dois dias para efetivamente confeccionar o alvará e comunicar a Central de Flagrantes, sobre a liberação do preso.

Ouvindo atentamente as explanações, **o magistrado destacou que reconhece a ocorrência de casos isolados deste talante, tendo se comprometido a pedir a máxima urgência no cumprimento das decisões concessivas de liberdade, até porque as mesmas devem ser cumpridas de forma imediata.**

No entanto, ressaltou que tem encontrado dificuldades, em razão da 1ª Vara ter sido instalada há pouco mais de um mês, motivo pelo qual não foi agraciada com a lotação paradigma que necessita, eis que possui apenas dois servidores efetivos em seus quadros, o que acaba por retardar a feitura dos atos ordinatórios, sem olvidar que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, determina que todos os alvarás de soltura sejam alimentados no Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP, o que conduz em uma maior demora no envio de tais expedientes para as autoridades competentes.

Noutra quadra, o juiz salientou ainda que por determinação do Conselho Nacional de Justiça, a decisão tomada de forma oral na audiência de custódia, deve ser reduzida à termo no sistema PJE, o que inevitavelmente faz com que haja um retardo na conclusão

dos feitos, **mas que o juízo irá se empenhar na celeridade dos trâmites, dado a urgência que o caso requer.**

Na oportunidade, o juízo requereu apoio da Ordem no sentido de que o Tribunal lote a unidade com a lotação paradigma necessária, com o que já se comprometeu o presidente da CRPJ;

85 - A Comissão de Relações Institucionais, juntamente com a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Comissão de Meio Ambiente, **requereram amplo acesso dos advogados e advogadas aos processos administrativos em trâmite perante a secretaria de Estado do Meio Ambiente, especialmente os processos de licenciamento ambiental.**

Medida que foi atendida pelo Secretário da pasta, Dr. Daniel Oliveira, que de forma diligente rápido concordou com os pleitos da advocacia, garantindo um processo administrativo mais efetivo, mediante a decisão exarada no processo SEI nº 00130.000028/2023 de 12/01/2023;

86 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, participou em conjunto com a Diretoria da Ordem, da solenidade de abertura do ano Judiciário Piauiense - 2023 no TJ/PI, ocorrida **no dia 24/01/2023 pela manhã, e em ato contínuo se reuniram com o Presidente do TJ, Des. Hilo de Almeida Sousa e o Juiz Auxiliar da Presidência, Luiz de Moura,** a fim de apresentar alguns requerimentos em favor da classe advocatícia, além de firmar parceria de trabalho com a gestão que ora se inicia. Na oportunidade, registramos, entre outros:

1 - a necessidade de pronta revisão da Nota Técnica 04/2022 do Centro de Inteligência da Justiça Estadual - CIJEPI, no item que dispõe sobre aplicação da pena de litigância de má-fé, solidariamente, ao autor e seu advogado, nas ações múltiplas referentes a parcelas distintas de um mesmo contrato bancário; 2 - revisão do Regimento Interno do TJ/PI, assegurando aos advogados o direito de sustentar oralmente nas sessões presenciais ou virtuais, bastando o mero requerimento ao relator, ao invés de fazer o ato por envio de vídeo; 3 - desagregação das comarcas do interior, a exemplo de Curimatá, Redenção do Gurguéia, Angical, entre outras; 4 - Disciplinamento das audiências virtuais, em atenção à Decisão da Corregedoria Nacional de Justiça no âmbito do PCA n. 0002260-11.2022.2.00.0000, se garantindo que estes atos deverão ser agendados em prazo razoável, nos processos do Juízo 100% Digital ou dos Núcleos de Justiça 4.0, devendo haver garantia de atendimento virtual da

advocacia, especialmente no que tange a melhoria do Balcão Virtual. E que nos processos que não estejam tramitando no Juízo 100% Digital ou no Núcleo 4.0, o juiz, por fundamentação específica, justifique a necessidade da presença física das partes na audiência.

Após ouvir atentamente os pleitos, o Des. Hilo fez questão de ressaltar sua admiração e respeito para com a advocacia, tendo conclamado a entidade em trabalhar em parceria para crescimento e modernização do Poder Judiciário, sugerindo ainda uma reunião futura com a OAB/PI, em sua sede, para apresentar o plano de gestão do TJ/PI para o próximo biênio, garantindo que a advocacia possa participar na construção deste trabalho;

87 – No dia 01/02/2023, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI **fez sua primeira reunião ordinária do ano**, estabelecendo dentre as muitas ações que irá empreender, um cronograma de viagens para todas as Subseções, onde na oportunidade visitaremos as unidades judiciárias, tomando nota dos problemas, apresentando sugestões e ouvindo de perto a advocacia.

Registraram presença o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, o secretário-geral, Edson Araújo, a Presidente da Comissão de Processo Civil, Olívia Brandão e os membros da CRPJ, Anastácio Araújo, Júnior Soares, George Lima, Luiz Cordeiro, Renonn Northam, e Rodrigo Mourão;

88 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, se reuniu no dia 07/02/2023, com o juiz auxiliar da vice corregedoria, Dr. Carlos Augusto. **Em pauta a situação cartorária no estado do Piauí.**

Na reunião alguns pontos foram levantados, ficando acordado as seguintes providências:

1 - **Adoção pela vice corregedoria de orientações sobre a padronização de procedimentos nos Cartórios, a exemplo dos casos em que se exige reconhecimento de assinatura por autenticidade ou por semelhança, inclusive, diante de procurações particulares apresentadas por advogados, em que pese aos mesmos seja conferido fé pública, e prerrogativas próprias da profissão, conforme art. 5, §2 do Estatuto da Advocacia, cumulado com os artigos 105, caput, e In. IV do art. 425 do CPC;** 2- Fiscalização sobre limitação de atendimento por meio de senhas antes mesmo do fim do horário de atendimento aos usuários; 3 - Acompanhamento do cumprimento dos prazos para expedição de certidões, registros e averbações, em atenção à lei 14.382/2022, especialmente quando for aprovado ato normativo pelo CNJ, quanto as

diretrizes para a utilização do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o que facilitará o uso das assinaturas digitais, em substituição ao reconhecimento de firma;

4 - **Estudar a possibilidade de criar um Provimento semelhante ao do TJ/RJ (CGJ/RJ 87/2022), possibilitando a feitura de INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL COM TESTAMENTO VÁLIDO (homologado em ação de apresentação e cumprimento de testamento) e o procedimento extrajudicial com herdeiro incapaz mediante prévia autorização judicial** - o que em nada deverá prejudicar a solução da demanda, devendo o Advogado obter alvará judicial, dentro das regras do art. 725, inc. VII do CPC **(Medida que foi atendida pelo Provimento 50 da Corregedoria do Foro Extrajudicial, como se infere da nova redação dos artigos 161-A e 161-B do Código de Normas e procedimentos dos Serviços Notariais e Registro do Estado do Piauí – Provimento 17/2013)**; 5 - Por fim, foi tratado a possibilidade de que a suscitação de dúvidas quanto a procedimentos em Cartório, tramite no PJE comum ao invés do PJE-COR, facilitando o acesso da advocacia a operacionalidade do sistema; 6 – **Prioridade no atendimento aos advogados em sede de cartórios, medida que também foi acatada mediante a criação do Enunciado nº 3 da Corregedoria do Foro Extrajudicial do Piauí;**

89 - O Presidente da CRPJ, Thiago Brandim e o Presidente da OAB/PI, Celso Barros, **se reuniram no dia 14/02/2023, com o Corregedor Geral de Justiça, Des. Olímpio Passos Galvão, e o Juiz Auxiliar da Corregedoria, José Vidal de Freitas, para tratar sobre o retorno presencial dos juízes às unidades judiciais, bem como sobre a regulamentação da advocacia dativa no estado e as práticas adotadas pela CGJ, visando a eficiência do Judiciário.**

Durante a reunião, o Corregedor assegurou que está acompanhando de perto este retorno do trabalho presencial dos magistrados e servidores, tendo a OAB/PI, como uma aliada neste desiderato. **Momento em que destacamos a importância da presença física do juiz na unidade, sem olvidar no perfeito funcionamento dos meios virtuais (videoconferência, whatsapp, balcão virtual e telefone), salientando que a OAB fiscalizará por meio de todas as Subseções a efetiva presença dos magistrados em suas unidades, conforme determinado no âmbito do julgamento do PCA n. 0002260-11.2022.2.00.0000 - CNJ**, observando-se a concessão do teletrabalho a, no máximo, 30% de seus servidores, sem olvidar o comparecimento do juiz ou da juíza à unidade jurisdicional em, pelo menos, três dias úteis na semana quando em trabalho remoto e a publicação prévia da escala de comparecimento presencial do juiz ou da juíza na comarca, com autorização da Presidência ou da Corregedoria, com o compromisso de melhoria da produtividade e qualidade dos trabalhos, nos termos da Resolução nº 227/2016 do CNJ.

Noutra quadra, **o Corregedor nos apresentou as medidas já implantadas para diminuição dos 653 mil processos em trâmite no 1º Grau, a exemplo da Central de Processo Eletrônico no âmbito das Varas de Família e Fazenda Pública**, a qual tem o condão de estabelecer rotinas de procedimentos padrões no âmbito das secretarias, a exemplo da feitura de atos ordinatórios, para que o juízo fique adstrito as decisões e sentenças, com cronograma de expansão para o JEC da Fazenda e Varas Cíveis da Capital.

Também nos foi apresentado o Gabinete Remoto da Corregedoria, que conta com cerca de 25 servidores, os quais realizam diariamente minutas de decisões para as unidades com maior acervo pendente, estando na referida data trabalhando pela 1ª Vara da Fazenda, 2ª Vara de Pedro II e 2 Turma Recursal (3 Cadeiras), esta última com meta de 1000 julgamentos.

Na espécie, o Corregedor convidou a OAB para participar do lançamento do Projeto DIAR, visando o julgamento em lote dos processos de consignados.

Quanto a advocacia dativa, a Corregedoria publicou recentemente o Provimento nº 123, o qual regulamenta o procedimento de nomeação de advogados dativos nas unidades que não contem com defensores ou que sejam em número insuficiente, restando acordado entre as instituições o esforço conjunto de divulgação do provimento em questão, e aprovação do Projeto de Lei em trâmite na Assembleia, para regulamentar a atividade, de autoria do Dep. Henrique Pires, o que de fato se consumou com a Lei Complementar nº 304, de 30 de agosto de 2024, que institui a Advocacia Dativa no Piauí, sendo a Lei sancionada pelo governador Rafael Fonteles em 2 de setembro de 2024;

90 - A convite do Conselheiro Federal da OAB-PI e Presidente da Comissão Nacional dos Juizados Especiais, Carlos Júnior, o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, **participou de uma reunião no dia 17 de fevereiro de 2023, com os juízes auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, Leonardo Brasileiro e Luiz de Moura**, com o escopo de tratar sobre um Conflito de Competência que vem sendo suscitado pelos juízes das varas cíveis e de juizados da fazenda pública, bem como sobre a necessidade de um esforço concentrado para o cumprimento de mandados nas unidades judiciais.

Após ouvir as demandas, os magistrados se comprometeram a discutir e requerer celeridade ao Supervisor dos Juizados Especiais, Des. Aderson Nogueira, na análise e julgamento destes conflitos, os quais tem causado demora no encerramento dos

processos, eis que os feitos são mantidos suspensos até que o Tribunal resolva o conflito negativo de competência, ocasionando a impossibilidade da expedição das RPV's, mesmo após uma longa marcha processual, com o direito já reconhecido.

Noutra quadra, também **foi requerido uma atenção especial às unidades judiciais que possuem um grande número de mandados represados, ao tempo em que contactado o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Thiago Brandão, este destacou que a CGJ possui um Núcleo com oficiais para dar apoio ao cumprimento destes mandados e que todas as comarcas com dificuldade serão contempladas com este auxílio.**

Na oportunidade, **por convite dos juízes conversamos com o Desembargador Presidente, Hilo Almeida, sobre o Projeto "Justo Acesso" que prevê a implantação de Pontos de Acesso Digital à Justiça nos municípios que não são sede de comarcas, sendo a cidade de Palmeirais,** a primeira a receber o projeto, que ampliará e facilitará o acesso à justiça, mediante a realização de atos processuais por videoconferência, tais como audiências e atendimentos eletrônicos, além de congregar serviços de todo o Sistema de Justiça e, ainda, de outros órgãos da Administração Pública, como MP, OAB, Defensoria Pública, INSS, Detran, TRE, Justiça Federal, entre outros;

91 - A CRPJ **se reuniu no dia 17/02/2023, com a juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Teresina,** Maria Luiza de Moura, para discutir sobre algumas queixas apresentadas pelos advogados sobre o andamento dos trabalhos na unidade, mais especificamente a **demora na elaboração dos Estudos Sociais e dificuldade no contato via telefone e Balcão Virtual.**

Após ouvir as explanações, a magistrada agradeceu a visita da comissão, e destacou que irá adotar providências com vistas a sanar os problemas de contato com o juízo, ressaltando que mensalmente faz reuniões de alinhamento com todos servidores, visando ofertar um melhor atendimento possível as partes e advocacia, ao tempo em que informou o novo número de contato da Vara, qual seja: 86 - 98128-8154, o qual não consta no site do Tribunal, devendo ser atualizado em breve por solicitação do juízo ao TJ.

Sobre a demora na feitura dos Estudos Sociais, a juíza salientou que após a criação das Salas de Depoimento Especial, para promover a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, sua equipe multidisciplinar restou bastante demandada pelo juízo da Central de Inquéritos, responsável por solicitar a escuta dos infantes em todos os processos que envolvam contexto de violência.

De sorte que além do trabalho da própria Vara da Infância, passaram também a acumular a tomada de depoimento dos infantes em vários outros processos de outras unidades, o que tem retardado a realização dos procedimentos no juízo, especialmente os de adoção e perda ou suspensão do poder familiar.

Assim, a magistrada conclamou a OAB para que a auxilie junto ao TJ, no pedido já direcionado à Corregedoria, para que seja lotado ao menos mais um psicólogo para atuar no "Depoimento Especial" da Vara da Infância, bem como que seja lotado mais um assistente social, com o escopo de suprir a jornada reduzida de quatro servidoras da unidade, que possuem filhos com TEA.

Desta forma, a comissão se comprometeu em envidar esforços junto à Corregedoria, a fim de viabilizar a lotação de mais profissionais na equipe multidisciplinar da especializada, como também a reforçar o pleito de efetiva implantação do CEJUSC na unidade

92 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com a Subseção de Barras, por sua Presidente Milena Maciel, **visitaram no dia 28/03/2023, a Juíza da 2 Vara Cível da Comarca, Dra. Melissa Pessoa**, a fim de tratar sobre os trabalhos na unidade.

A magistrada salientou que já retornou às atividades de forma presencial, após um período de Teletrabalho e Licença Maternidade, tendo implementado já neste ano o sistema MAAT (Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho), com o escopo de acompanhar as tarefas de cada servidor na unidade, especialmente no que tange ao cumprimento de atos ordinatórios em secretaria, um dos gargalos apresentados.

Sobre a demora na expedição dos alvarás, a juíza destacou que tem dado prioridade a expedição, se comprometendo em acelerar sua confecção. Quanto ao acervo, a juíza ressaltou que possui hoje 450 processos em gabinete, dos 6.079 existentes na Comarca, destacando que tem levado apenas 06 meses para julgar os processos que envolvam consignados.

Sobre o atendimento, foi assegurado que o juízo oferta um número de contato por WhatsApp (administrado pela juíza diretamente), Balcão Virtual e presencial.

Ao final da reunião, a OAB se colocou à disposição para continuar em permanente diálogo com o juízo, visando a melhoria da prestação jurisdicional e o fomento da parceria com a Ordem;

93 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com a Subseção de Barras, por sua Presidente Milena Maciel, **visitaram no dia 28/03/2023, o Juiz da 1 Vara Criminal e Juizado Especial** (Fazenda Pública), Dr. Jorge Clay, a fim de tratar sobre os trabalhos na unidade.

A princípio foram relatados alguns problemas, a exemplo do atendimento por telefone e Balcão Virtual, cancelamentos de audiência na data de realização do ato e demora na expedição de alvarás.

Após ouvir os relatos, o magistrado destacou que organiza uma escala diária de atendimento pelo Balcão e Telefone, não tendo conhecimento de problemas na espécie, porém, irá averiguar possíveis ocorrências.

No tocante ao cancelamento das audiências, ressaltou que irá conversar com o Conciliador (Servidor Libório), para apurar o ocorrido, garantindo na circunstância que são fatos isolados e que envidará esforços para evitar repetições. Sobre os alvarás, o juiz ressaltou que já expediu quase 100 alvarás apenas este ano e que tem priorizado sua expedição.

Aproveitando a reunião, **o juízo apresentou dados importantes sobre o JEC, como o fato do mesmo não possuir nenhum processo com mais de 100 dias paralisado, que foram julgados 3.389 processos no ano de 2022, sendo a unidade mais produtiva no ano e que hoje as audiências são unas e tão logo concluídas, já são os feitos encaminhados para sentença.**

Quanto a Vara Criminal, o acervo hoje é de 668 processos em Secretaria e 150 em gabinete.

94 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário e o Presidente da Subseção de Esperantina, Miguel Filho, **realizou no dia 28/02/2023, visita institucional ao Juiz da 1 Vara Criminal e Juizado Especial de Esperantina, Dr. Arilton Rosa**, com vistas a discutir melhorias para a Comarca.

Na oportunidade, foi tratado sobre a promoção do Magistrado João Manoel de Moura, o qual passará a responder pela Comarca de Corrente a partir do dia 04/03, ficando o Dr. Arilton acumulando a 2 Vara Cível a partir de então. Deste modo, **em contato com o juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Leonardo Brasileiro, este assegurou que até o fim do mês ou início de abril, o concurso de promoção será encerrado e um novo**

magistrado será designado para a unidade.

No tocante ao acervo da 1 Vara Criminal, o Dr. Arilton destacou que tem cerca de 5 mil processos em trâmite, e que o grande entrave do juízo é a falta de servidores em secretaria, eis que 03 deles estão vinculados à unidade, mas estão à disposição de outras, o que tem atrasado o trabalho na Vara.

Deste modo, restou acertado o envio de um pedido formal pelo SEI, o qual será endossado pela OAB/PI, com o intento de que ao menos um servidor seja designado para a Secretaria do juízo.

Quanto ao atendimento, ouvimos do magistrado que todos os canais estão operando normalmente (telefone, WhatsApp, Balcão Virtual e presencialmente), tanto 1 e 2 Vara quanto JEC;

95 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Diretoria da Subseção de Piripiri, por seu Presidente Manoel Inácio, **visitaram no dia 01/03/2023 o Fórum da Comarca de Piripiri e discutiram melhorias em favor da classe com os juízes do Juizado Especial, Dra. Maria Helena Rezende, da 2 Vara Cível/Fazenda Pública e Registro Público, Dra. Maria do Rosário de Fátima e da 3 Vara de Família e Sucessões, Dr. Raimundo Gomes.**

No Juizado, a magistrada destacou que tem marcado as audiências unas em um prazo médio de 45 dias, contando hoje com 3 juízes leigos e implantação do sistema MAAT de tarefas, em relação aos servidores, possuindo um déficit de 1 servidor em secretaria.

Na **2 Vara Cível** fora notado um número elevado de processos em secretaria (2.168), razão pela qual será diligenciado junto à Corregedoria, a realização de uma Secretaria Remota na unidade. **Verberando a juíza que não possui nenhum processo com mais de 100 dias parado em seu gabinete,** e que todos os canais de comunicação estão funcionando (WhatsApp, telefone e Balcão Virtual), além do atendimento presencial diário.

Sobre o serviço do Cartório Extrajudicial, ressaltou que tem se reunido reiteradamente com a Tabeliã Interina, com vistas a observar o bom e regular cumprimento dos prazos cartorários. Tendo salientado que há um déficit de 2 servidores na Vara, por aposentadoria destes, o que reclama uma nova e urgente lotação.

Na 3 Vara, foi salientado a falta de 4 servidores em secretaria, os quais são oriundos de remoção, mas ainda não lotados na unidade, com o que se comprometeu a Comissão em pedir providências ao TJ sobre o problema. **Registrando o juiz que não possui em seu gabinete, processos com mais de 100 dias**, e que oferta atendimento regular em todos os canais;

96 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em conjunto com a Subseção de Parnaíba, por seu Presidente Rômulo Santos, realizaram **no dia 01/03/2023, uma reunião com o magistrado titular da Vara Única de Buriti dos Lopes**, Dr. José Carlos da Fonseca, para debater melhorias na unidade judicial.

Durante a reunião o magistrado apresentou alguns dados importantes sobre a unidade:

1 - De 6 servidores removidos para a unidade, apenas 2 se encontram atualmente lotados;
2 - Acervo de 5.900 processo; 3 - 2.000 mil processos em secretaria; 4 - Média de 110 novos processos por mês; 5 - Necessidade de reforma ou construção de nova sede do Fórum, pois as condições estão precárias; 6 - Lotação de ao menos um juiz conciliador.

Diante do relato, restou acertado que o juízo solicitará apoio de uma secretaria remota à Corregedoria, com o endosso da OAB ao pleito, que serão solicitadas providências para a lotação dos servidores removidos para o unidade, bem como que a OAB fará esforços na busca de soluções alternativas para reforma do Fórum (Município e Governo), sem olvidar a lotação de um conciliador para o Juizado, com vistas a propiciar maior celeridade ao trâmite dos processos.

Na espécie, o magistrado destacou que oferta atendimento por todos os canais (Balcão Virtual, Telefone e WhatsApp (86 3363-1133 e 86 98140-4785 e presencialmente), sempre estando à disposição da advocacia e das partes.

Ao final da reunião também restou consignada a autorização para reforma pontual da Sala da OAB, com o fito de melhor abrigar os colegas que militam na região;

97 - Seguindo nosso cronograma de visitas, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Subseção de Parnaíba, **realizou no dia 01/03/2023 uma excelente reunião com os juízes titular e substituto da Vara Federal e Juizado Federal de Parnaíba, Drs. José Gutemberg e Flávio Hissa Maia**, respectivamente, para tratar de diversos temas de interesse da advocacia, a exemplo:

1 - necessidade de maior celeridade processual; 2 - melhoria nos canais de atendimento da unidade; 3 - distribuição equânime de processos para os peritos, inclusive, com o credenciamento de um maior número de expert; 4 - redução do prazo para implantação de benefícios deferidos pelo juízo; 5 - padronização do atendimento dos peritos aos periciandos; 6 - construção de uma nova sede para o juízo, eis que por ser um prédio antigo, pequeno e tombado, não comporta as mudanças necessárias à unidade, especialmente no que tange a acessibilidade; 7 - padronização de procedimento na unidade, no tocante a falta de impugnação de cálculos pelo INSS, conduzindo à conclusão do feito para homologação dos cálculos apresentados e expedição dos RPV's.

Sensíveis aos pleitos acima, o juízo se comprometeu a se debruçar sobre os mesmos e adotar medidas para sua otimização;

98 – No **dia 01/03/23**, a CRPJ em parceria com a Subseção de Parnaíba, **realizou uma reunião com o Dr. José Carlos Vilanova, juiz da Vara Federal do Trabalho de Parnaíba, que nos apresentou as funcionalidades da Vara do Trabalho Eletrônica, projeto idealizado pelo magistrado, e aprovado pelo Pleno do Tribunal Regional da 22 Região, que cinge-se a um modelo virtual, que replica a unidade física do juízo, possibilitando acesso a todas os setores da Vara de maneira remota.**

Na espécie, a Dra. Luciane Sobral, juíza substituta, e o Diretor de Secretaria, Carlos Nogueira, também ressaltaram a funcionalidade do sistema, o qual permite conciliação entre as partes mesmo à distância, sem a necessidade da presença do juízo, promovendo a conciliação com uma rápida homologação dos acordos porventura entabulados entre os causídicos;

99 - Representantes da OAB-PI estiveram reunidos no **dia 06/03/2023 com o magistrado Brunno Cardoso, Diretor do Foro da Justiça Federal no Piauí e juiz da 5ª Vara**. O encontro teve como objetivo tratar sobre o funcionamento das unidades judiciárias e buscar melhorias para a Advocacia.

Na oportunidade, **foi discutida a necessidade de padronização dos procedimentos nas unidades, principalmente sobre a renovação de prazo para impugnação dos cálculos pelo INSS, e a redução do prazo para implantação dos benefícios.**

Foi tratado também sobre a **necessidade da feitura de esforços concentrados na 7ª Vara, que tem apresentado um número maior no acervo processual em relação a outras Varas Federais, sem olvidar na necessidade de maior celeridade na**

expedição dos RPV's e marcação de perícias pelas Varas.

Os representantes também solicitaram a construção de um novo Fórum em Parnaíba e dialogaram sobre a realização das audiências em formato híbrido. O CNJ determina o trabalho presencial, mas foi solicitado a adoção do modelo híbrido.

A situação da Vara Federal de Corrente, a qual tem o juiz da 6ª VF, Dr. Felipe Gonçalves, na interinidade da mesma, foi discutida, porém, já existe um pedido da Diretoria para a titularização de um magistrado pelo TRF-1 até que haja o provimento definitivo da vara, com o compromisso deste juiz em ir ao menos uma semana por mês, presencialmente à Vara.

A mudança de uma das Turmas Recursais, a reposição dos servidores das Varas, a necessidade de mais estagiários e de melhorias nos atendimentos, inclusive, com a disponibilização de contatos mais efetivos com as unidades nos dias de audiência, **criação de um Posto Avançado em Piripiri (o que de fato se concretizou no dia 19/04/2023)**, remanejamento de vagas de estacionamento para os advogados, e a limitação do número de processos nos atendimentos ao advogado também foram temas debatidos;

100 - A CRPJ realizou no **dia 08/03/2023**, em conjunto com a Presidente da Subseção da OAB de Valença, Martalene dos Anjos, **uma reunião virtual com o Dr. Filipe Bacelar Aguiar, juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Valença.**

Na oportunidade, foram discutidos alguns procedimentos adotados na unidade, bem como colhidas algumas informações sobre a produtividade do juízo.

Um dos temas foi a tomada de decisão do magistrado sobre a necessidade de apresentação pelos advogados de procuração com firma reconhecida ou pública, nos feitos que envolvam discussão sobre consignados, tendo o juiz justificado que tem tomado decisões deste alvedrio de forma pontual, e apenas nos casos em que foi constatado pela Vara a ocorrência de demandas abusivas, a exemplo de feitos onde a parte autora compareceu ao juízo informando vício de consentimento para propositura de ações, o qual foi reduzido a termo e juntado aos fólios, como o relatado em reunião em que a parte afirmou que autorizou o ingresso de apenas uma ação contra determinado banco, mas que foram interpostas contra todos os outros bancos que a mesma possuía relacionamento, e também em casos de múltiplas ações sobre o mesmo contrato, figurando em tese um abuso no direito de ação.

A Ordem preocupada com a idoneidade e presunção de boa-fé dos profissionais que a compõem, instou ao juízo que tenha bastante reserva na tomada de decisões deste alvedrio, ao tempo em que foi solicitado o envio para a Seccional e Subseção Ofício informativo sobre tais casos, restando consignado que será tratado na CGJ e no Centro de Inteligência da Justiça Estadual, uma uniformização de procedimento diante de situações como a discutida.

Sobre a produtividade da unidade, o juízo salientou que tem um acervo médio de 8.300 processos, apesar da alta média de produtividade, cerca de 200 sentenças por mês, contando hoje com um número bastante elevado de feitos em gabinete (4.260), o que demanda um auxílio do Gabinete Remoto pela CGJ, com o que a OAB já se comprometeu em colaborar, requerendo ao juiz um esforço concentrado na Vara, a fim de dar efetivo andamento aos feitos, compromisso devidamente assumido pelo Dr. Filipe Bacelar;

101 - Representantes da OAB, juntamente com a Academia Piauiense de Letras Jurídicas (APLJ), estiveram **reunidos na Corregedoria do TJ**, para tratar sobre a acessibilidade e celeridade no Judiciário piauiense.

O encontro aconteceu **no dia 08/03/2023**. O presidente da OAB-PI, Celso Barros, explicou o motivo da reunião. "Tratamos sobre a prestação Jurisdicional do Estado do Piauí. Estamos aqui em busca de melhorias para a advocacia. Apresentamos algumas sugestões e vamos manter o diálogo em busca de sanar essas problemáticas", pontuou.

A Presidente da APLJ, Fides Angélica, opinou que a OAB-PI e a Corregedoria são o coração da Justiça. "Ambas têm toda uma visão e uma coordenação dos trabalhos judiciais. Muito depende da qualidade da Justiça. Elas que fiscalizam, orientam, verificam o que tem e o que precisa ser melhorado, o que precisa ser desenvolvido. Há todo um trabalho pela frente, que nós esperamos e temos certeza de que será um trabalho muito produtivo para nossa Justiça e para a cidadania", mencionou.

Na oportunidade, Thiago Brandim reforçou a necessidade da presença dos magistrados nas Comarcas, ao tempo em que discutimos sobre uma melhor formação dos servidores, com foco nos conciliadores, mediadores e os lotados nas secretarias das Varas.

"O desembargador Corregedor apresentou as ações colocadas em curso nesses dois meses de gestão, com vistas a trazer mais celeridade e dinamismo", destacou Brandim. Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Olímpio José Passos Galvão, é

fundamental ampliar o diálogo com a classe advocatícia e as instituições. “A Corregedoria-Geral da Justiça está aberta a todas as instituições porque entendemos que é na construção conjunta que nosso trabalho se aprimora. É importante ouvir as demandas dos advogados e hoje apresentamos também alguns projetos criados pela Corregedoria para aprimorar toda a prestação jurisdicional de 1º grau”, destacou;

102 – No **dia 08/03/2023**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com a Presidente da Comissão de Processo Civil, Dra. Olívia Brandão, o Conselheiro Estadual da OAB/PI, Wilson Spíndola e o advogado Raimundo Neiva, se reuniram com o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Thiago Brandão, para apresentar demandas e sugestões de medidas em benefício da advocacia.

Na pauta foram discutidos, entre outros, os seguintes temas: 1- **Presença dos magistrados nas unidades judiciárias**; 2- **Oferta de atendimento pelo Balcão Virtual pelo juízo da 2ª Vara de Floriano**; 3- **Realização de esforço concentrado no cumprimento de mandados judiciais nas Comarcas de Bom Jesus, Avelino Lopes (1.410 mandados pendentes), Oeiras (2.000 mandados pendentes), José de Freitas, Simplício Mendes e Água Branca (1.000 mandados pendentes)**; 4- **Realização de Gabinete Remoto na 2ª Vara Cível de Valença; Secretaria Remota na 2ª Vara Cível de Piripiri; Secretaria Remota na Vara Única de Buriti dos Lopes; Secretaria Remota na Vara Única de Uruçui; Secretaria Remota na 2ª Vara de São Raimundo Nonato**; 5- Produtividade da 3ª Vara da Comarca de Picos.

Após ouvir os requerimentos, o juiz auxiliar tomou nota de todos, tendo garantido o acolhimento dos mesmos pelo Corregedor, contatado em meio à reunião;

103 - A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí, em conjunto com a Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Comissão de Defesa das Prerrogativas, **tiveram requerimento de providências atendido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, o qual afastou a restrição outrora disposta no art. 3º da Resolução nº 305/2022, de 24 de outubro de 2022, que restringia o horário de atendimento externo das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí às quintas e sextas-feiras, no intervalo das 08h às 10h, apenas para expediente interno.**

Como se infere da nova redação dada à norma então questionada, esta ganhou novos contornos, excluindo a advocacia da referida limitação de atendimento, nos termos do que reza a Resolução nº 338/2023, publicada no dia 08 de março de 2023.

A OAB/PI como guardiã do Estado Democrático de Direito, tão logo tomou conhecimento da medida, oficiou ao Tribunal de Justiça, bem como se reuniu com a Presidência da Corte, a fim de que fosse revisada a norma em foco, vez que o dispositivo acima referido não somente violava as prerrogativas profissionais da advocacia, como também abalava o livre exercício profissional dos advogados e das advogadas, o que acabava por dificultar o acesso à justiça sem olvidar no comprometimento da prestação jurisdicional.

Tendo em vista que o art. 7º, Inc. I, da Lei no 8.906/1994, em atenção ao art. 133 da Constituição Federal de 1988, garante ao advogado o exercício, com liberdade, da profissão em todo o território nacional. Segundo o dispositivo constitucional: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.”

Seguiremos na manutenção do perene diálogo com o Judiciário, criando soluções e reparando eventuais impropriedades;

104 - A OAB/PI se reuniu no **dia 15/03/2023**, com o **Diretor e Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária Federal do Piauí, juízes federais, Brunno Cardoso e Rodrigo Pinheiro do Nascimento**, respectivamente, com o intento de solicitar providências mediante ofício, **para que sejam criadas Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal nos municípios de Piripiri, Campo Maior, Bom Jesus e Oeiras.**

O pedido tem arrimo na necessária interiorização do Poder Judiciário, como um indispensável avanço para efetivação do direito constitucional ao acesso à justiça.

No presente caso, nos municípios referidos não existe instalações da Justiça Federal, tendo a comunidade da região que se deslocar à Teresina, Corrente ou Floriano para poder ter acesso a justiça. A distância em muitas ocasiões supera a marca dos 250 km.

Nesta quadra, em se criando as unidades avançadas, muitos deslocamentos serão reduzidos a O(zero),e em outros deslocamentos, teremos uma redução de até 3/4.

As Unidades Avançadas de Atendimento, além de beneficiar diretamente a população mais carente e humilde que procuram um benefício previdenciário e assistencial na Justiça Federal, também trarão um desafogamento as Varas Federais como um todo, especialmente as da capital (6ª, 7ª e 8ª Varas Federais), eis que nestas Unidades, serão

realizados tanto os atendimentos as partes e advogados, como também as audiências e perícias judiciais, o que por certo trará mais celeridade ao trâmite dos feitos, garantindo uma razoável duração do processo.

O Diretor do Foro após a explanação da OAB, destacou que possui total interesse na criação das Unidades, e que envidará esforços para criação das mesmas, tendo como plano piloto Piripiri.

Na espécie, também restou acordado um esforço conjunto entre a OAB/PI e a Diretoria do Foro, para criação mediante Lei - a qual será encaminhada pelo juízo ao STJ -, de uma 2ª turma Recursal na Seção, assegurando a manutenção dos juizes e estrutura hoje existente;

105 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu presidente, Thiago Brandim e o membro, Ítallo Coutinho, **participaram no dia 27/03/2023, da abertura dos trabalhos de Correição da 6ª Vara Federal de Teresina**, oportunidade em que conversou com o juiz substituto da unidade, Dr. Felipe Gonçalves Pinto, que apresentou dados importantes sobre o funcionamento da unidade, senão vejamos:

1 - Acervo de cerca de 37 mil processos; 2 - 9.500 processos com mais de 90 dias sem movimentação em secretaria; 3 - 1.500 processos pendentes de triagem; 4 - Distribuição média de 1.000 novos processos por mês; 5 - Dr. Felipe possui 148 feitos para fazer audiência na presente data e o Dr. Sandro Helano 209 processos; 6 - Dr. Felipe faz uma média de 25 audiências por dia, em regra as segundas, terças, quintas e sextas feiras, já o Dr. Sandro uma média de 30 audiências por dia, em regra nos mesmos dias destacados.

Indagado sobre o elevado número de processos em secretaria, o juiz salientou que atendendo recomendação da própria Corregedoria, irá fazer um mutirão de trabalho no setor, com o auxílio de três servidores designados pelo Corregedor, a fim de dar vazão aos processos com excesso de dias sem movimentação, bem como será elaborado um plano com vistas a otimizar a triagem dos feitos e o fluxo de secretaria, para que a Vara receba o selo Diamante do CNJ (hoje ouro), a exemplo da 8ª Vara Federal.

Quanto ao atendimento, o juízo destacou que realmente deixa a desejar, porém, analisando a demanda solicitada nos atendimentos, observou que a maioria deles (80%) diz respeito a pedido de migração de RPV's, portanto, em atenção aos pleitos da advocacia, direcionou dois servidores que estavam em atendimento, para a feitura de RPV's, resultando na média de 500 expedições por mês atualmente, enquanto antes eram

feitas cerca de 300. Tendo ressaltado que mesmo assim, todos os canais estão disponíveis (presencial, telefone e Balcão Virtual).

Sobre as implantações de benefícios previdenciários, o magistrado salientou que o tempo médio tem sido de até 90 dias corridos, e que nos casos em que isto não ocorre, após pedido da parte, tem determinado a expedição de ofício ao INSS - a ser cumprido por oficial de justiça -, visando efetivar o direito.

Tendo salientado ainda que em conversa com o Dr. Caio Coelho, procurador-chefe da Procuradoria Federal no Piauí, órgão da PGF/AGU, no dia 03 de fevereiro de 2023, pugnou para que este prazo fosse reduzido em 60 dias, ante a natureza das demandas e o impacto social das mesmas.

Concluída a reunião, a Comissão encaminhou o Ofício protocolado junto à Diretoria do Foro no dia 06 de março de 2023, onde apresentou outras sugestões de melhorias e a ata de audiência pública sobre os Juizados Federais, ocorrida na sede da OAB no dia 13/10/2022;

106 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente, Thiago Brandim, juntamente com o assessor jurídico da OAB/PI, Rafael Vilarinho, **se reuniram no dia 13/04/2023, com os juízes federais, Rodrigo Pinheiro Nascimento e Rodrigo Gasiglia de Souza, para discutir ações voltadas a manutenção da 2ª Turma Recursal da Justiça Federal no Piauí.**

Durante a reunião a OAB/PI e a Justiça Federal Piauiense reforçaram o compromisso de lutar pela manutenção da 2ª Turma Recursal, a qual teve sua extinção determinada em sede de Procedimento de Controle Administrativo (processo nº 0008916-23.2018.2.00.0000), perante o Conselho Nacional de Justiça, a pedido do Estado do Acre e da então juíza federal do Acre, Caroline Souza de Macedo, que alegaram ilegalidade na decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Resolução Presi - 676364) que transferiu a Turma Recursal do Estado do Acre para o Estado do Piauí, com o fundamento de que o art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013 proibia a transferência de unidades judiciárias com distribuição processual superior a 50% da média das Turmas Recursais, caso do Acre na oportunidade da medida administrativa, eis que registrava média global de 52%.

Diante da reforma da decisão administrativa do TRF 1 pelo CNJ, a OAB/PI moveu Mandado de Segurança (processo nº 37.168) perante o Supremo Tribunal Federal,

visando revogar a decisão tomada pelo CNJ, tendo o Min. Gilmar Mendes conferido efeito suspensivo em 18/09/2020 em sede de agravo interno no Mandado, até o julgamento final do mérito. No entanto, em 22 de fevereiro de 2023, o Ministro negou seguimento ao Mandado de Segurança, o que culminou com a retomada de extinção da 2ª Turma Recursal do Piauí e retorno da mesma para o Acre.

Frente a situação em cinza a OAB/PI de plano intentou recurso de embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo nos autos do Mandado de Segurança, os quais estão conclusos para apreciação desde o dia 23/03/2023, como também requereu a suspensão e/ou a revisão da decisão no âmbito do procedimento de controle administrativo no CNJ, medida também requerida pela Associação de Juízes Federais da Primeira Região - AJUFER, requerimentos estes convertidos em pedido de providências (processo n. 0002397-56.2023.2.00.0000 em litisconsórcio ativo entre OAB e AJUFER, distribuído para o Conselheiro Mauro Martins, se encontrando concluso para pedido análise de liminar desde 11/04/23), vez que em sede de simulação e relatório minucioso produzido pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do TRF-1, restou consignado que com o retorno da Turma Recursal do Piauí para o ACRE, as relatorias da Turma deste ficariam com uma média global de distribuição na casa de 46%, portanto, se estaria autorizando a manutenção/criação de Turma Recursal no Acre, com média inferior aos 50% de média das demais unidades, em descompasso com o próprio art. 9º da Res. 184/2013 do CNJ, utilizada como fundamento para a decisão ora impugnada, enquanto o Piauí amarguraria a situação de possuir uma única Turma Recursal com média de 152% de distribuição, passando a ser a de maior acervo no TRF-1.

Noutra quadra, se discutiu também sobre a elaboração já em curso de uma Minuta de Projeto de Lei para criação de uma Turma Recursal no Piauí, com o fito de trazer mais segurança jurídica à permanência desta, sem prejuízo de outras medidas paliativas à curto prazo, a exemplo da criação de uma Turma Suplementar até que o impasse seja sanado, conforme requerido em Ofício Protocolado pela OAB/PI em 02/03/2023 na Coordenação dos Juizados Federais do TRF-1.

A OAB-PI seguirá se arvorando de todos os instrumentos possíveis para resguardar a advocacia e jurisdicionados piauienses, em comunhão de esforços com todas as entidades e poderes;

107 - A CRPJ em conjunto com a Comissão de Direito das Famílias, **realizaram no dia 14/04/2023, uma reunião com o juiz da 4ª Vara de Família de Teresina, Antônio de**

Paiva Sales, para tratar sobre a rotina de atendimento e trabalho na unidade.

Em princípio as Comissões indagaram ao juízo sobre as formas de atendimento disponibilizadas a advocacia e partes, tendo o magistrado respondido que em princípio sua assessoria faz uma triagem sobre o pedido dos advogados, a exemplo da conferência se o feito está de fato concluso, ou se existe pedido de urgência (análise de liminar/busca e apreensão), para posteriormente repassar ao juiz, com o fito de que seja feita a entrevista com o advogado(a), destacando que este atendimento se dá tanto de forma presencial como por Videoconferência, mediante agendamento com a Secretaria e Gabinete pelos telefones (86) 3230-7898 e (86) 3230-7896, respectivamente, e/ou Balcão Virtual.

Na espécie, o magistrado salientou que tem encontrado dificuldades em impulsionar os processos desde o início do ano, posto que com a saída do juiz auxiliar que atuava na unidade, Dr. Virgílio Madeira, o acervo que era de competência deste, fora migrado integralmente para o Dr. Sales (4.150 processos). E por deliberação do CNJ em inspeção ocorrida em 09 de março de 2023, foi determinado ao juízo que em até 60 dias todos os processos com mais de 100 dias paralisados no Gabinete fossem despachados, medida que tem sido priorizada na unidade, vez que restam hoje 85 processos com mais de 100 dias no Gabinete.

Assim, em decorrência de tal situação, o atendimento e o andamento dos processos na unidade vem ocorrendo com um maior retardo, para que haja uma baixa do acervo recepcionado do juízo auxiliar, o que conforme o magistrado já vem ocorrendo, tendo em vista que hoje existem 2.341 processos em gabinete e 650 em secretaria, sendo que no último mês de março já foram sentenciados 348 processos.

Nesta quadra, as Comissões reforçaram a necessidade de manutenção do empenho do juízo na resolutividade dos feitos e baixa das estatísticas processuais, como também reafirmaram o direito dos advogados em entrevistar-se diretamente com o magistrado;

108 – No **dia 27/04/2023, o Desembargador Hilo de Almeida apresentou o projeto Justo Acesso à OAB-PI**, o qual tem como objetivo unificar os serviços de justiça, cidadania e inclusão digital nas cidades atendidas.

O Justo Acesso é uma iniciativa do Poder Judiciário estadual que implantará Pontos de Acesso Digital à Justiça nas cidades que não são sede de comarcas.

Desenvolvido em parceria com a Piauí Conectado, o projeto prevê a implantação de
Rua Governador Tibério Nunes, S/N Bairro Cabral – CEP: 64.000-750 – Teresina-PI
Telefone: (86) 2107-5800 - Site: www.oabpi.org.br

Pontos de Acesso Digital à Justiça e à Cidadania por todo Estado, muito especialmente onde o Piauí não possui comarcas.

Durante a reunião o Presidente da Corte destacou que inicialmente serão contempladas 24 unidades judiciárias, que foram alvo de agregação, se estendendo posteriormente o projeto para as cidades que não possuem Comarca.

O Des. Hilo de Almeida salientou que as parcerias firmadas “serão fundamentais para o êxito do programa, tendo em vista que o sistema de justiça é formado por diversos atores”. “Dessa forma, a advocacia, essencial para a administração da justiça, terá seu papel importante ao levar seus serviços à população destes municípios”, disse.

O objetivo é congrega, num só lugar, os mais diferentes tribunais, órgãos governamentais; especialmente os que atuam prestando serviços de cidadania, contando com a emissão de RG, título de eleitor, atendimento inicial da Polícia Civil às mulheres vítimas de violência, serviços que já estarão disponíveis na inauguração do projeto-piloto, na cidade de Palmeirais, entre tantos outros;

109 - Na manhã do **dia 18/03/2023**, participamos de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Hilo de Almeida Sousa e representantes do município de **PIO IX, a qual teve como pauta a antecipação do processo de construção do novo fórum da comarca.**

A OAB/PI se fez presente com o intento de reforçar a necessidade desta medida, eis que como bem pontuado pelo juiz da comarca, Thiago Coutinho, e os representantes do município, o Fórum está em condições inapropriadas para execução dos trabalhos, vez que sem local para realização de júris e recepção de custodiados, sem olvidar a própria sala dos advogados, que está em situação precária.

Assim, diante das razões apresentadas, o Presidente Hilo, determinou o início imediato do processo licitatório, o qual deve ser concluído em 90 dias, para posterior início das obras, a fim de que a mesma seja concluída por volta de julho de 2024, dentro de sua gestão. **Porém, ocorrerá um atraso na obra, a qual está prevista para conclusão no mês de abril de 2025;**

110 – No **dia 01/06/2023**, a CRPJ, por seu presidente, Thiago Brandim, em conjunto com a vice-presidente da Comissão Nacional de Acesso à Justiça, Olívia Brandão, e o Delegado da OAB na Comarca de Capitão de Campos, Mário Cleiton, **se reuniram com**

o Corregedor Geral da Justiça do Piauí, Des. Olímpio Passos Galvão, para requerer providências quanto ao funcionamento ininterrupto do “Balcão Virtual” durante todo o horário de expediente nas unidades judiciárias do estado, bem como para requerer um maior apoio aos juizados especiais da capital, a fim de que antecipem a pauta das audiências ora designadas, e pugnar por apoio na proposta de elevação da Comarca de Capitão de Campos de inicial para intermediária.

Sobre o Balcão Virtual, o Corregedor garantiu que adotará providências imediatas junto a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, para que todas as unidades judiciárias cumpram o Provimento Conjunto nº 35/2021, que instituiu o Balcão Virtual, especialmente no tocante a disponibilização da ferramenta durante todo o horário de expediente pelas unidades judiciárias, conforme preconiza o art. 3, caput, do referido Provimento, que teve sua redação alterada pelo Provimento Conjunto nº 61/2022, em seu art. 1º, vez que após uma busca detalhada da CRPJ, foi constatado que várias unidades só disponibilizam atendimento até às 13 horas, quando estas deveriam ofertar até às 14 horas, ou que só ofertam até às 14 horas, quando seu expediente se encerra às 17 horas, como prescreve o art. 1º, caput, e seu § 1º do Provimento Conjunto nº 8/2018.

Quanto ao Juizados Especiais, o Corregedor se comprometeu em ofertar mais apoio aos Juizados, seja com a oferta de gabinetes e secretarias remotos, auxílio de cursos de capacitação aos servidores, como também em conversar com o Supervisor dos Juizados, Des. Aderson Nogueira, para procurar uma solução relativa a necessidade de antecipação da pauta de audiências nos Juizados, especialmente das Unidades UFPI, Santa Maria da Codipi, FACID, Redonda e Centro I.

No que diz respeito à elevação da Comarca de Capitão de Campos, o Corregedor se mostrou favorável ao pleito, garantindo que adotará parecer favorável à mudança;

111 - A CRPJ em conjunto com a Comissão Nacional de Acesso à Justiça, **se reuniram no dia 01/06/2023, com o juiz auxiliar da presidência do TJ/PI, Leonardo Brasileiro,** e apresentaram alguns requerimentos em favor da advocacia, **aproveitando na espécie para agradecer a possibilidade de ter contribuído na construção do Provimento Conjunto nº 89/2023, que dispõe sobre o Programa Regularizar - publicado no diário da justiça de 31 de maio de 2023 -, discutindo formas de normatizar e flexibilizar a política de regulação fundiária no estado do Piauí, mediante a utilização de procedimento de jurisdição voluntária não contenciosa, possibilitando a tão**

sonhada segurança jurídica imobiliária, desenvolvimento econômico, além da pacificação social, trabalho que contou com a colaboração do Dr. Thiago Brandim, Presidente da CRPJ, da Dra. Olivia Brandão, vice-presidente da Comissão Nacional de Acesso à Justiça, do Conselheiro Estadual da OAB-PI, Wilson Spindola, da Dra. Carine Leal, secretária geral da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-PI, da Dra. Jucinara Ferraz, vice-presidente da Comissão de Direito Notarial e Registral da OAB-PI e Dr. Edson Araújo, secretário geral da CRPJ, que em conjunto emitiram parecer opinativo, que culminou na melhoria da redação do Inc. IV do art. 10, art. 11, art. 21, caput, e 27, caput, face o acolhimento por parte do grupo de trabalho, composto também pelo Dr. Carlos Augusto, juiz auxiliar da Corregedoria do Foro Extrajudicial.

No tocante as outras demandas, requeremos ao Dr. Leonardo Brasileiro, as seguintes providências, as quais o mesmo se comprometeu em pugnar pela resolução:

1- **Celeridade na promoção dos juízes, especialmente aos que serão designados para as Comarcas de Esperantina, Manoel Emidio, Simplício Mendes e Juizado Redonda**, medida que deve ocorrer na próxima sessão administrativa no dia 05-06-23; 2 - Estabelecimento do Cronograma de implantação das 10 (dez) Centrais de Inquérito e Audiência de Custódia, nos termos da Resolução 347/2023 do TJ-PI; 3 - **Providência visando a antecipação da pauta de audiências dos Juizados da Capital, especialmente da UFPI, Santa M. da Codipi, Redonda, Facid e Centro I**; 4 - Cumprimento da Resolução 341 do TJ-PI, no tocante ao retorno dos autos indevidamente encaminhados pelas Varas (vide art. 3 da referida Resolução) das Comarcas de Parnaíba, Picos, Floriano, Campo Maior, Piripiri, Oeiras, Corrente, Barras, Bom Jesus, Esperantina, Pedro II e Valença do Piauí, para os Juizados Especiais da Fazenda Pública criados recentemente nestas Comarcas, ante a alteração promovida pela Lei Complementar Estadual nº 266, de 20 de setembro de 2022 - LOJEPI. Haja vista que se encontram pendentes de retorno a Vara de origem, vários processos que foram alvo de equivocada decisão declinativa de competência ao Juizado da Fazenda, o que demanda uma solução pelo Setor de Tecnologia do Tribunal, vez que os Juizados não conseguem encaminhar os feitos de volta as Varas, face a mudança de competência operada no PJE; 5 - **Elevação da Comarca de Capitão de Campos de inicial para intermediária, bem como a criação de um Juizado Especial e CEJUSC, como destacado pelo Delegado da OAB na referida Comarca, Mário Cleiton**;

112 - A OAB-PI iniciou no dia 06/06/2023, o projeto “OAB nas Comarcas”. A intenção é ouvir as demandas dos Advogados e das Advogadas, servidores e magistrados

dos do estado do Piauí.

A primeira cidade a receber a visita foi a de Jaicós, onde o Presidente da OAB-PI, Advogado Celso Barros, o Presidente da Subseção de Picos, Advogado Maycon Luz, o secretário-geral adjunto da OAB-PI, Advogado Auderi Martins, o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Advogado Thiago Brandim, e o conselheiro seccional da OAB-PI, Advogado Kadmo Alencar, **estiveram reunidos com o Juiz da Comarca, Antônio Genival Pereira de Sousa.**

Na oportunidade, o magistrado destacou que possui um acervo médio de 1.500 processos, havendo um déficit de um oficial de justiça na unidade judiciária.

Ouvindo os colegas da Região, estes relataram a necessidade da presença do Delegado, momento em que a Ordem se comprometeu em oficiar a Secretaria de Segurança sobre a ausência da autoridade policial, como também em diligenciar no sentido de ser lotado mais um oficial de justiça na Comarca;

113 - A segunda comarca a receber a comitiva da OAB nas Comarcas foi a de **Paulistana.** Advogados e Advogadas atuantes na região, o juiz da comarca, Denis Deangelis Brito Varela e a defensora pública Priscila Poegere, estiveram presentes na reunião ocorrida no dia 06/06/2023, com os representantes da OAB-PI e apresentaram demandas para agilizar o judiciário e o trabalho da Advocacia naquela unidade.

Dentre os pontos ressaltados, está a necessidade de mais um oficial de justiça para a unidade, vez que a mesma possui 1.013 mandados pendentes de cumprimento; a nomeação de um promotor titular para a Comarca; a manutenção do Posto de Atendimento do INSS; a criação de uma sala da advocacia na Delegacia da cidade; e que a Comarca de Paulistana retorne à jurisdição da Subseção Judiciária Federal de São Raimundo Nonato ao invés de Picos, ações que serão encampadas pela Ordem;

114 - **A terceira parada do projeto "OAB nas Comarcas" foi em FRONTEIRAS.** A comitiva ouviu as demandas das Advogadas e Advogados da cidade e participou ainda da abertura da OAB Itinerante no município, no dia 07/06/2023.

Durante a reunião na sede do juízo da Comarca, o juiz Ênio Gustavo destacou que a unidade conta hoje com um acervo de 4.253 processos, com o andamento regular dos feitos, porém, possui quase 1.600 processos pendentes de cumprimento de mandados.

Assim, a OAB se comprometeu em enviar esforços para a designação de um novo oficial, eis que pela lotação paradigma seriam 03 oficiais, no entanto, só existem dois em atividade, sendo que um destes foi designado no dia 05/06/2023.

Na passagem por FRONTEIRAS, ainda tivemos a satisfação de entregar um computador novo e materiais de expediente para a sala da Advocacia no Fórum, sem olvidar que foi ofertada orientação jurídica gratuita para a população;

115 - A última Comarca visitada durante a primeira etapa do projeto "OAB nas Comarcas" **foi a de Pio IX**, onde a comitiva reinaugurou a Sala da OAB no Fórum da cidade.

Na oportunidade, a comitiva conversou com as Advogadas e Advogados que atuam na região, com a Delegada da OAB em Pio IX, Advogada Wislândia de Sousa, bem como com o juiz da Comarca, Dr. Thiago Coutinho, os quais relataram aos membros da comitiva as dificuldades que têm enfrentado na Comarca.

O magistrado salientou que possui um acervo médio de 2.700 processos, com uma média de 180 novos feitos por mês, o que reclamaria uma revisão da lotação paradigma, eis que hoje possui apenas 06 servidores, muito embora a entrada de novos processos seja maior do que em algumas Comarcas de Entrância Final.

Durante a reunião também restou consignado a espera pela construção do novo Fórum, o qual contemplará uma espécie de Complexo de Justiça, congregando Ministério Público, Defensoria e Fórum Eleitoral, devendo ser iniciada as obras muito em breve, vez que já em vias de conclusão seu processo licitatório, ante a comunhão de esforços do Executivo Municipal, legislativo, políticos da região e a própria OAB.

Nos foi também apresentado pelo juiz, o projeto de Criação do Conselho da Comunidade, órgão que tem o papel de cooperar com o juízo na adoção de medidas voltadas a redução dos efeitos danosos da marginalização decorrente da condenação criminal, como também discutir formas de redução da violência na comunidade, razão pela qual a Ordem emprestou imediato apoio à medida, dado sua relevância, além do fato de temos em sua composição colegas advogados.

Por fim, fizemos a entrega de um novo computador para a Advocacia da região, materiais de expediente e equipamentos, com o intento de facilitar o mister dos colegas.

Em tempo fizemos uma visita à Gruta São José, belo cartão postal de Pio IX, conduzidos pelo Conselheiro da terra, Kadmo Luz;

116 - O Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, representou a OAB-PI em uma reunião virtual ocorrida no dia 13/06/2023, com a Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região, tendo como pauta a instalação de pontos digitais nos municípios que não são sede de Varas Federais, em atenção a Recomendação nº 130 do CNJ.

A Rede de Inteligência tem a Coordenação do Des. Carlos Brandão, Coordenador dos Juizados Especiais Federais, do Desembargador Corregedor do TRF-1, Néviton Guedes e da Desembargadora Maria do Carmo Cardoso.

Na abertura do encontro, o Des. Brandão ressaltou a importância da instalação destes pontos digitais, eis que os mesmos possibilitarão um maior acesso do cidadão ao Poder Judiciário, especialmente da Justiça Federal, tendo em vista que apenas 63% da população piauiense conta com esta justiça em seu município.

Para o Juiz Federal João Azambuja, Auxiliar da Presidência do CNJ, é de fundamental relevo que a Recomendação nº 130 se torne Resolução, pois passaria a ter força legal, fazendo com que os Tribunais procedessem com o cumprimento da normativa, inclusive, com a criação de metas a serem desenvolvidas, as quais seriam alvo de fiscalização pelo CNJ e Corregedorias dos Tribunais.

Em sua fala, Thiago Brandim destacou o trabalho que vem sendo realizado no Piauí no tocante a temática, através do TJ/PI, conduzido pelo Desembargador Presidente, Hilo Almeida, pelo Corregedor, Des. Olímpio Galvão e os juízes auxiliares da presidência, Luiz de Moura e Leonardo Brasileiro, que desenvolveram o projeto "Justo Acesso", visando a implantação de Pontos de Acesso Digital à Justiça nas cidades que não são sede de comarcas, tendo como alvo inicialmente as 24 unidades judiciárias que sofreram agregação, se estendendo posteriormente para as demais cidades.

Se destacando ainda que o programa possui o objetivo de congregar, num só lugar, os mais diferentes tribunais e órgãos governamentais, funcionando como um complexo judiciário e de serviços de cidadania, que já estarão disponíveis na inauguração do projeto piloto na cidade de Palmeiras no dia 20/06/2023.

Participaram da reunião o Presidente do TRF-1, Des. Amílcar Machado, o Des.

Roberto Veloso, além de inúmeros juízes federais:

117 - Após Ofício da Comissão de Relação com o Poder Judiciário (SEI nº 23.0.000063497-2), os juízes auxiliares da Corregedoria, Drs. Thiago Brandão e José Vidal de Freitas, acolheram integralmente o pleito da Ordem e determinaram a expedição de ofício circular no sentido de reafirmar o dever de disponibilização do atendimento via "Balcão Virtual" conforme o horário de expediente das unidades judiciárias, ratificando que o horário corresponde, para o TJPI e comarcas de entrância final entre 08:00 h e 17:00 h, bem assim, para as Comarcas de Elesbão Veloso, Altos, Barras, União, São João do Piauí, Valença, Cocal e Esperantina, e, para as demais unidades, 08h às 14h, cabendo às unidades organizarem o fluxo procedimental e a escala de servidores para a resolução das demandas, como preconiza o Provimento Conjunto nº 35/2021.

Sendo ressaltado ainda a importância da utilização do telefone celular institucional, que deve permanecer ligado durante todo o horário do expediente regular para os seus fins, e, também, enquanto perdurar eventual plantão judicial (art. 5º, §1º, do Provimento Conjunto nº 35/2021).

Na espécie, ainda restou assentado que a Corregedoria continuará fiscalizando o efetivo funcionamento do aludido meio de atendimento;

118 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu no dia 15/06/2023, com a juíza da 2ª Vara da Comarca de Altos, Dra. Andréa Parente Lobão Veras, para tratar sobre a demora na expedição de alvarás e quanto cumprimento tardio dos mandados pelos oficiais de justiça.

Oportunidade em que a magistrada salientou que estipula um prazo interno de até 15 dias para expedição de alvarás, mas que por vezes esse prazo é extrapolado, no entanto, é de sua ciência e interesse a celeridade na confecção deste expediente, dado sua natureza e importância, tendo destacado que fará esforços no sentido de reduzir tal prazo.

No tocante aos mandados, frisou que a Central de Mandados, subordinada ao juiz Ulysses Gonçalves, está com um déficit de um oficial, o que tem criado maior dificuldade no cumprimento dos mandados, mas que tem conhecimento de que já foi requerido um auxílio à Corregedoria, para designação de um núcleo de oficiais à Comarca, a fim de dar vazão aos mandados represados, momento em que a Comissão se comprometeu em envidar esforços junto à Corregedoria, para que seja efetivado o mais breve possível referida

medida.

Sobre os trabalhos na unidade, a juíza ressaltou que tem uma média de cerca de 200 novos processos por mês (número médio maior que a capital), tendo um acervo estimado de 10 mil processos, porém, tem conseguido manter um número maior de baixa de processos do que de distribuições, apesar da sua competência ser extremamente ampla, vez que engloba cível, família, Infância e Juventude e muitas ações de idosos, as quais possuem prioridade. De modo que pugnou ao TJ/PI pela designação de um juiz auxiliar para a unidade, pleito que será encampado pela OAB/PI, com vistas a empreender maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional;

119 – No dia 20/06/2023, participamos da inauguração do projeto piloto do “Justo Acesso” na cidade de Palmeirais.

O Justo Acesso é uma iniciativa do Poder Judiciário estadual que implantará em conjunto com o Governo do Estado do Piauí, Pontos de Acesso Digital à Justiça nas cidades que não são sede de comarcas.

Desenvolvido em parceria com a Piauí Conectado, o projeto prevê a implantação de Pontos de Acesso Digital à Justiça e à Cidadania por todo Estado, muito especialmente onde o Piauí não possui comarcas.

O objetivo é congrega, num só lugar, os mais diferentes tribunais, órgãos governamentais; especialmente os que atuam prestando serviços de cidadania, contando com a emissão de RG, título de eleitor, atendimento inicial da Polícia Civil às mulheres vítimas de violência, serviços que já estão disponíveis na cidade de Palmeirais;

120 - O projeto "OAB nas Comarcas" esteve na cidade **de Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio e Sigefredo Pacheco, no dia 21/06/2023.** Membros da diretoria e das Comissões da Seccional que integram o projeto, **se reuniram com representantes da Advocacia da região e com o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Castelo do Piauí, Raniere Santos Sucupira, com a Chefe de Secretaria e o Oficial de Gabinete da Vara de São Miguel do Tapuio, Rosilene Leal e Jarian Costa,** respectivamente, com o intento de discutir sobre a realidade vivenciada nas unidades.

Castelo:

1 - Unidade possui um acervo de cerca de 4.000 mil processos; 2 - Oferta de atendimento a advocacia por balcão virtual, presencial, telefone e WhatsApp; 3 - Lotação paradigma

Rua Governador Tibério Nunes, S/N Bairro Cabral – CEP: 64.000-750 – Teresina-PI

Telefone: (86) 2107-5800 - Site: www.oabpi.org.br

adequada; 4 - Necessidade de abertura de uma sala da OAB no Fórum Eleitoral, medida já acatada pelo juízo, e que será encampada pela OAB/PI junto ao TRE; 5 - Acelerar autorização da reforma do Fórum pelo TJ, com ampliação da sala da OAB.

São Miguel do Tapuio

1 - Em princípio constatamos que o pleito da OAB, via CRPJ e Subseção de Campo Maior foi acolhido, e hoje a Comarca possui mais um oficial de justiça, os quais já estão elaborando um plano de cumprimento aos mandados; 2 - Necessidade de lotação de ao menos mais um servidor efetivo em Secretaria, medida que será objeto de provocação pela OAB; 3 - Pugnamos por maior celeridade na análise dos processos.

Sigefredo Pacheco

No encontro restou entabulado que a OAB irá solicitar ao TJ/PI que inclua o Termo Judiciário na realização de uma Jornada da Justiça Itinerante.

A OAB “segue cumprindo seu mister, mantendo um diálogo perene com a classe e Poder Judiciário, sem medir distâncias e fronteiras”, destacou Brandim;

121 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Delegada da OAB/PI na Comarca de Miguel Alves, Cynthia Lacerda, **realizaram no dia 22/06/2023, uma reunião com o Tabelião Interino do Cartório de Miguel Alves**, Leonardo Evangelista, para tratar sobre a demora no atendimento ao público na serventia.

Tendo sido explicado pelo Tabelião, que isso se dá pelo limite de gastos com pessoal que foi imposto pelo TJ/PI, em relação aos cartórios com as serventias declaradas vagas, como se apura do art. 10, do Provimento 23/2019.

Na espécie, **o Tabelião destacou que apesar da limitação de pessoal, tem dado atendimento preferencial a advocacia, nos termos do Enunciado 03 da Vice-corregedoria do Foro Extrajudicial**, mas diante da limitação em baila, tal circunstância impede a melhoria dos serviços nas 40 serventias em interinidade.

Nesta quadra, faremos uma intermediação com o Tribunal, visando corrigir tal impasse, que tem causado prejuízos a todas as partes (advocacia, sociedade e o próprio TJ, que deixa de arrecadar emolumentos, ante a demora do serviço);

122 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário, Direito Previdenciário e Comissão Nacional de Acesso à Justiça, **participaram no dia 23/06/2023, dos trabalhos de encerramento da Inspeção 2023 da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí**, com a presença do juiz titular da unidade, Geraldo Magela e da Diretora de Secretaria, Kelma Leal.

Na oportunidade, foram apresentados os seguintes resultados:

1 - A vara possui um acervo total de 44.489 processos, destes 42.314 em trâmite na unidade; 2 - Existe um déficit de ao menos 04 servidores, sendo que dois destes são fruto de aposentadoria nos anos de 2022 e 2023; 3 - Média de 900 novos processos por mês; 4 - Cerca de 3.000 mil RPVs pendentes de expedição, vez que existe apenas um servidor responsável por tal tarefa; 5 - Média de 600 RPVs são expedidas e migradas por mês; 6 - Juíza Francielle Neves se encontra em trabalho remoto autorizado pelo TRF-1 até 2024; 6 - Audiências em regra são feitas no formato telepresencial, podendo caso as partes solicitem, ser realizado de forma presencial; 7 - Sobre o atendimento na unidade este se dá na seguinte forma: presencial de 9 às 18h; balcão virtual de 9 às 15h; juiz titular - quarta-feira pela manhã - agendamento no site - via aplicativo Teams; juíza substituta - terça-feira à tarde - agendamento no site - via aplicativo Teams; assessoria juiz titular - quinta-feira pela manhã - agendamento no site - via aplicativo Teams; assessoria juíza substituta - quinta-feira presencial sem agendamento; 8 - Caso o advogado deseje uma entrevista com magistrado para pedidos de tutela de urgência, poderá solicitar via e-mail, balcão virtual ou presencial em qualquer dia, sem prejuízo de atendimento direto com o magistrado, em o mesmo se encontrando na Vara, podendo se utilizar o e-mail para conferência de RPV/precatórios e recebimento de petição de autor sem advogados; 9 - Foi informado que todas as segundas no turno da tarde, o servidor responsável pela expedição de RPVs, presta esclarecimentos de forma presencial sobre o andamento de tais requisições; 10 - Se constatou também que muitos processos são protocolados em duplicidade, acarretando prevenções e atraso no andamento dos feitos.

Após tal explanação restaram acordados os seguintes encaminhamentos:

1 - Esforço concentrado para expedição e migração de RPVs, com o treinamento de mais um servidor para realizar tal tarefa; 2 - Estudo e análise de viabilidade de um mutirão de audiências e/ou sentenças na unidade; 3 - Por sugestão do Procurador Chefe da AGU no Piauí, Caio Coelho, será minutado um Acordo de Cooperação entre a AGU e a 7ª Vara Federal, como plano piloto, visando a desnecessidade de

realização de audiências, quando a ação estiver devidamente instruída com os documentos necessários, conduzindo à feitura de proposta de acordo nos autos pela AGU, mediante a adesão dos advogados atuantes no feito. A sugestão se mostrou crível ao Dr. Geraldo Magela, se comprometendo as Comissões em discutir a minuta do Acordo com o Procurador Chefe na semana que vem;

123 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário, Relações Institucionais e Comissão Nacional de Acesso à Justiça, **fizeram uma reunião no dia 28/06/2023 com os Procuradores Chefe e Substituto da Advocacia Geral da União no Piauí, Caio Coelho e Leandro Melo**, respectivamente, **para tratar sobre a consecução de um Termo de Cooperação a ser firmado entre a AGU, 7ª Vara Federal - plano piloto, e OAB/PI, visando a criação de um procedimento concentrado de atos, com o intento de possibilitar a celebração de propostas de acordos entre INSS e as partes, de forma mais célere e eficaz, mediante a adesão ao referido procedimento, o qual será regido por uma Instrução Normativa, contendo uma gama de provas materiais capazes de ensejar a rápida consensualidade nos fólios, reduzindo sobremaneira o tempo de duração do processo.**

Durante a reunião foi apresentado um caso paradigma, onde da data de distribuição do feito até a homologação do acordo se obteve a impressionante marca de apenas 07 dias de trâmite, com o consequente arquivamento do processo em cinco meses de seu ingresso, portanto, ações como esta que fomentam a conciliação e que não demandam custos, mas tão somente gestão organizacional, podem de fato trazer uma mudança de paradigma a celeridade das ações previdenciárias e consequentemente a advocacia e jurisdicionado.

Ficamos muito entusiasmados com o projeto, que ainda será discutido com o juiz da 7ª Vara Federal de Teresina, e toda a advocacia em oportunidade futura, ao tempo da conclusão de sua minuta, para sua posterior implantação;

124 - **Após solicitação da OAB-PI, 318 processos são redirecionados para a 2ª Vara de Oeiras**

Após solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, **por meio da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), redistribuíram 318 processos que estavam desde março de 2023 no Juizado Especial da Fazenda Pública de**

Oeiras, que deveriam estar tramitando na 2ª Vara da mesma cidade.

O deslocamento dos processos para o Juizado Especial ocorreu por conta da alteração causada pela Lei Complementar Estadual nº 266, de 20 de setembro de 2022, que criou Juizados Especiais da Fazenda Pública nas Comarcas de Parnaíba, Picos, Floriano, Campo Maior, Piripiri, Oeiras, Corrente, Barras, Bom Jesus, Esperantina, Pedro II e Valença do Piauí.

O Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Advogado Thiago Brandim explicou que os processos atingidos por essa redistribuição foram alterados na época por conta de uma decisão equivocada. “Os feitos que já tramitavam nas Varas deveriam permanecer nas unidades, porém, vários processos foram alvo de equivocada decisão que os colocou sob a competência do Juizado da Fazenda”, comentou o Advogado.

Por conta da alteração no sistema PJE, o Juizado de Oeiras não conseguia encaminhar de volta os autos para a 2ª Vara da Comarca, o que foi solucionado após um trabalho conjunto da STIC, por meio do Secretário Clayton Ataíde, e do Juizado de Oeiras, por meio do Diretor de Secretaria Benedito Carneiro.

Para solucionar esta situação foi criado uma tarefa no sistema PJE que possibilitou o retorno dos autos para a Comarca de origem, com isso eles tiveram as suas marchas processuais, que estavam paralisadas há três meses, retomadas;

125 - A OAB/PI por sua Diretoria e Comissões, participaram **no dia 06/07/2023, de uma reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência, Leonardo Brasileiro, com o intento de apresentar suas irresignações à NT nº 06/2023 de autoria do Centro de Inteligência do TJ/PI, a qual é subscrita pelos Des. Dourado, Aderson, José Wilson e Sebastião Martins.**

Na espécie, **fizemos uma exposição dos motivos dispostos no Requerimento nº 12429/2023 de autoria da OAB-PI, dirigido ao Presidente do TJ, Des. Hilo Almeida, com as razões para sustação da referida Nota Técnica,** dentre os quais:

1 - a percepção de que a multiplicidade de ações se configura pura e simplesmente, sem um aparente critério qualitativo definidor, como “abuso do direito de peticionar” e “litigância de má-fé”, bem como que o fato “pressupõe a existência de infração disciplinar consistentes na captação de clientela” e que por si só caracterizaria “lide temerária”, com

a indicação destacada de condenação solidária ao advogado por prejuízos à parte contrária, quando esta em verdade é quem age de forma predatória e em patente assédio comercial a partes notoriamente hiper vulneráveis, as quais o Estado tem o dever de proteger; 2 - noutra quadra, o ajuizamento de demandas similares, ainda que em número elevado, não pode ser encarado como uma produção maliciosa da advocacia, mas, sim, um reflexo da realidade de utilização de contratos de adesão por instituições bancárias. Se a substância do processo (contrato bancário) é produzida de forma massificada, com cláusulas idênticas nos vários contratos, por decorrência lógica sempre haverá similitude nas ações que versem sobre estes, o que não autoriza se entender que estas demandas de massa, seriam "predatórias"; 3 - a Nota desrespeita a paridade de armas entre as partes, e o pior, quando deveria ter especial atenção a um destes polos (hipossuficientes), vez que não existe uma linha sequer tratando sobre as ações predatórias dos bancos e seus agentes financeiros, que segundo dados do ano de 2022, 57.874 queixas de golpes de empréstimo consignado foram registradas em Procons do Brasil.

Portanto, a Nota coloca em xeque a idoneidade da advocacia, o que reclama sua imediata revisão;

126 - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, por meio da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada pelo seu Presidente, o Advogado Thiago Brandim, e pelo Presidente da Comissão de Prerrogativas, o Advogado Albelar Prado, **realizaram no dia 07/07/2023, uma reunião com o Desembargador Agrimar Rodrigues no Tribunal de Justiça do Piauí – TJ-PI. A OAB/PI mantém um diálogo contínuo com o Judiciário piauiense buscando a revisão da Nota Técnica nº 6.**

De acordo com Thiago Brandim, a reunião com o Desembargador Agrimar, oriundo do 5º Constitucional, foi bastante proveitosa. Os pleitos apresentados pela Ordem, através do ofício que questiona a Nota Técnica Nº 6, foram ouvidos com muita atenção e sensibilidade.

"Ele se comprometeu a encontrar um equilíbrio entre o interesse da Advocacia e do Tribunal de Justiça, visando regular de forma mais clara o que seriam demandas de massa e demandas "predatórias", com o escopo de evitar prejuízos ao jurisdicionado e ao livre exercício profissional", afirma Brandim.

Albelar Prado, por sua vez, afirma que foi esclarecida a questão da Nota Técnica Nº 6 e os prejuízos que esta pode causar à Advocacia Piauiense. "O Desembargador afirmou

que analisará a nota, lerá o ofício que a OAB-PI protocolou junto ao Tribunal de Justiça e dialogará com seus pares do TJ, em busca de uma solução intermediária que evite os prejuízos que a advocacia sofrerá se a nota for implementada", completou.

Seguimos firmes no propósito de revisão desta Nota Técnica;

127 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Defesa das Prerrogativas dos Advogados da OAB-PI, em conjunto com a Associação dos Advogados e Defensores Públicos Criminalistas do Estado do Piauí - (AADPCEPI), **se reuniram no dia 27/07/2023, através de seus representantes, com o Juiz Marcus Kliger Vasconcelos, para discutir meios de diminuir a morosidade nas decisões relacionadas à progressão de regime e liberdade provisória da 2ª Vara Criminal de Teresina** - responsável pelas Execuções Penais -, no Fórum Cível e Criminal Desembargador Joaquim de Souza Neto.

O diálogo se mostrou bastante produtivo, visto que o magistrado apresentou um plano operativo para zerar a apreciação dos pedidos de progressão (53 a vencer no regime fechado e 112 já vencidos) até o dia 04 de agosto de 2023, bem como de estabelecer atos ordinatórios de envio dos incidentes ao Ministério Público e de expedições de alvará de ofício nos casos de incidentes à vencer.

Noutra quadra, também nos ressaltou que estipulou de forma experimental para o mês de agosto que, as conclusões dos feitos ocorressem nos dias dia 01, 11 e 21 do referido mês, para fins de organização dos processos, e maior celeridade e controle do trâmite na secretaria da unidade, sem prejuízo que os colegas advogados peçam celeridade no andamento, recebendo os pedidos status de urgência.

Na espécie, o juiz também pediu apoio à OAB, no tocante a criação de uma Vara Especializada de Alternativas Penais, a qual ajudaria a desafogar o acervo da Vara de Execução, pelo que a Ordem se comprometeu em discutir com o Tribunal de Justiça tal criação;

128 - A OAB-PI por intermédio da CRPJ e Comissão Nacional de Acesso à Justiça, **se reuniram no dia 03/08/2023, com o juiz Valdemir Ferreira, titular da Central de Inquéritos, Vara Agrária e juiz auxiliar da Presidência do TRE/PI**, com o intento de apresentar alguns requerimentos da advocacia criminal e dos agraristas.

Em princípio apresentamos o pleito de um dia ao menos de atendimento presencial junto a Central de Inquéritos, o que foi de plano atendido, restando acordado que

toda a quinta feira o magistrado estará presencialmente na Central, sem prejuízo do atendimento já ofertado às terças feiras sem agendamento no TRE-PI, bem como nas segundas, quartas e sextas por agendamento ou mediante balcão virtual. E nos casos de urgência, poderão conversar com o juízo sem prévio agendamento. Na espécie, o magistrado salientou que existem outros três juízes auxiliares na Central (Lucyane Brito, Alexsandro Trindade e Cássia Lage), os quais também estão disponíveis diariamente para atendimento aos advogados em caráter de rodízio, vez que são titulares de comarcas no interior.

O segundo pleito diz respeito a condução dos trabalhos em audiência, onde foi requerido que seja garantida a permanência dos colegas advogados na sala de audiência, ainda que não habilitados nos feitos, salvo nas hipóteses de processos com trâmite sigiloso, o que também restou atendido pelo juízo.

Por fim, pugnamos que o magistrado intercedesse junto com a OAB/PI perante o Diretor do Fórum, no sentido de que aos finais de semana, onde não existe expediente forense regular, fosse autorizado o ingresso de ao menos um familiar do flagranteado ao Fórum, para dar suporte ao preso, o que também acatado.

Quanto ao atendimento na Vara Agrária, o juiz destacou que atende por meio de balcão virtual e telefone, sem prejuízo do atendimento presencial do juiz auxiliar Caio Cezar.

Em tempo, o juiz destacou que se encontra à disposição para o diálogo em favor da melhoria do aparelho de justiça, e que hoje é o magistrado com maior produtividade no TJ/PI (25.111 tarefas no ano) e índice de 265,05% de atendimento à demanda na Vara Agrária, tendo reduzido o acervo da Central pela metade (de 6 mil para 3 mil ao tempo);

129 – No dia **08/08/2023, tivemos a grata satisfação de participar representando a OAB/PI, da solenidade de lançamento da nova Versão do Programa Regularizar.**

Na oportunidade, foram entregues 1.768 títulos de propriedade a cidadãos que aguardavam há vários anos pela tão sonhada escritura de seus imóveis.

Isso só foi possível graças à comunhão de esforços entre o TJ/PI, Governo do Estado, Interpi, SPU, Prefeituras, OAB, Ministério Público, Defensoria, Cartórios, e outros órgãos, que participaram na construção do Programa Regularizar, publicado no diário da justiça de 31 de maio de 2023.

O referido programa criou formas de normatizar e flexibilizar a política de regulação fundiária no estado do Piauí, mediante a utilização de procedimento de jurisdição voluntária não contenciosa, possibilitando a tão sonhada segurança jurídica imobiliária, desenvolvimento econômico, além da pacificação social.

A estimativa do Tribunal de Justiça é que sejam emitidos aos menos mais 80 mil novos títulos nos próximos meses (já entregues atualmente quase 30 mil títulos).

A OAB/PI foi uma parceira de primeira hora na consecução deste projeto, e, seguirá no trabalho de aprimoramento de nossas leis e normas jurídicas, a fim de acompanhar o avanço da sociedade;

129 – No **dia 09/08/2023**, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, por meio da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **esteve reunida com o juiz auxiliar da Corregedoria do TJ/PI, Thiago Brandão, a juíza titular da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública do Piauí, Dra. Haydée Lima de Castelo Branco e servidores, para encerramento da Correição de Ajuda na respectiva serventia da 3ª Vara.**

Foram apresentados os pontos sensíveis àquela unidade e os relatórios contínuos da Corregedoria, com fito de dar cada vez mais eficiência na prestação jurisdicional. O Vice presidente da Comissão de Relação com Poder Judiciário explicou sobre a reunião. “Importante que uma serventia como a 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, competente para matérias de execuções fiscais, esteja adotando as melhores práticas possíveis para dar vazão e reposta adequada aos mais de 7 mil processos que lá tramitam. Da mesma forma a OAB está presente para acompanhar e colaborar com o bom andamento dos feitos”.

O juiz auxiliar da corregedoria ressaltou que os acompanhamentos das unidades de justiça é contínuo e quando necessário as correições de ajuda estão presentes para implementar as melhorias necessárias.

A Juíza titular da vara, Dr^a Haydée, consignou o interesse de sempre bem atender aos jurisdicionados e de incrementar melhorias na prestação jurisdicional, somando esforços com Corregedoria e participação dos advogados;

130 – No **dia 09/08/2023**, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário **se reuniu com o juiz auxiliar do foro extrajudicial, Carlos Augusto Arantes, para tratar sobre a necessidade de reforma do Provimento 23/2019, que disciplina os gastos com**

pessoal das serventias interinas e a atualização do Código de Normas do Tribunal de Justiça do Piauí.

As mudanças ora debatidas são imprescindíveis para fluidez dos serviços cartórios, segurança jurídica dos atos, e oportunidade de novos negócios, face a patente melhoria que será experimentada com a modernização em baila.

No entanto, tal medida se mostrou desnecessária posteriormente, face a finalização do concurso dos cartórios e consequente assunção dos Tabeliães e Registradores Titulares nas Serventias Extrajudiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com a ultima audiência de escolha das serventias ocorrida no dia 02/08/2024;

131 - A convite da 2ª Promotoria de Justiça de Valença (2a PJV), que tem como titular o promotor Sinobilino Pinheiro, a CRPJ e a Subseção de Valença, **participamos no dia 30/08/2023 de audiência visando deliberar quanto ao objeto entabulado no Procedimento Administrativo (PA) nº 13/2023 - SIMP 000367-177/2023, que tem por objetivo atuar na “Defesa do direito difuso dos idosos, consistente numa atuação preventiva de esclarecimento sobre cuidados que são indispensáveis, a serem observados antes de firmarem qualquer contrato de empréstimo”, evitando-se o aumento exponencial da judicialização de demandas que questionam contratos de empréstimos consignados, conforme dados estatísticos apresentados pelo Poder Judiciário local.**

Na oportunidade, estiveram presentes o Dr. JOSÉ SODRÉ (Juiz da Vara Criminal da Comarca de Valença); Dr. FILIPE BACELAR (Juiz da Vara Cível); MARTALENE ANJOS (Presidente OAB Subseção de Valença); THIAGO BRANDIM (Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário); MAYSA NORONHA (Comissão de Defesa do Idoso da Subseção de Valença); FRANCISCA MARIA (Representante do 2º Cartório de Registro Civil e Notas); DEVALDO NUNES (Presidente do Sindicato dos Profissionais Rurais de Valença).

Durante a audiência foram discutidas algumas medidas a serem adotadas em união de desígnios pelas instituições, especialmente OAB, MP e Judiciário, com vistas a garantir que os idosos exercem livremente seu direito de contratar ou não tais empréstimos, sem assédio de bancos, financeiras, e familiares, suplantando o mínimo existencial para estas pessoas que são reconhecidamente hipossuficientes.

Portanto, entendemos que o diálogo entre as instituições, de forma cooperativa, é a melhor maneira de debelar a problemática em xeque, assegurando ao mesmo tempo o direito dos idosos a uma existência digna, como também a advocacia em exercer livremente seu mister, sem olvidar uma maior agilidade ao Poder Judiciário na resolução de conflitos, ante a natural mitigação dos casos de fraude.

As instituições presentes firmaram o compromisso de envidar esforços, nos limites das respectivas atribuições, na construção de ações preventivas, como audiências públicas e campanhas;

132 - Retomando o Projeto "OAB Nas Comarcas", a CRPJ, e a Diretoria da OAB, **realizou no dia 06/09/2023, uma visita ao Fórum da Comarca de Altos**, oportunidade em que **se reuniu com a advocacia da região e conversaram com os juízes da 1ª Vara, Ulysses Gonçalves, e a juíza Andréa Parente Lobão, da 2ª Vara.**

Durante o diálogo, a Dra. Andréa destacou que possui um acervo de cerca de 10 mil processos, mas que tem buscado cumprir a meta de até 100 dias para movimentar os feitos, possuindo um média mensal de cerca de 1000 despachos, contando hoje com o apoio de gabinete e secretaria remotas, bem como com o auxílio de um oficial de justiça designado pela Corregedoria, o qual cumpre mandados em uma semana por mês nas unidades, circunstâncias que contribuem para um melhor fluxo processual.

No entanto, a magistrada salientou que seria necessária a criação de mais uma Vara na Comarca ou o envio de um juiz auxiliar, sem olvidar a lotação de mais um servidor em gabinete.

Quanto a 2ª Vara, o magistrado ressaltou que não possui maiores dificuldades na execução de seu trabalho, vez que tem um acervo de cerca de 2.800 processos, conseguindo dar cabo aos mesmos de forma mais célere, muita embora tenha um déficit de um servidor em secretaria.

Os magistrados relataram que atendem diariamente advogados e partes, seja por atendimento pessoal ou virtual.

Quanto as instalações fomos informados que o Fórum novo deve ser inaugurado no início do próximo ano (o que fato ocorrerá no dia 18/12/2024), o que melhorará o ambiente de trabalho, eis que as secretarias da 1ª e 2ª Vara funcionam no mesmo espaço.

Na espécie a OAB foi agraciada com uma sala mais ampla, em substituição a ora cedida.

Após o retorno de Altos, nos dirigimos ao juiz auxiliar da presidência do TJ Leonardo Brasileiro, para relatar a necessidade de nomeação de um juiz auxiliar para a 2ª Vara de Altos, momento em que o magistrado nos garantiu que em janeiro de 2024 tal providência será tomada, sem prejuízo de possível desagregação de alguma das Comarcas, o que desafogaria as unidades;

133 - A Comissão de Relação com o Judiciário da OAB/PI, **participou no dia 11/09/23, da Correição de Ajuda realizada perante o Juizado Especial Centro I e seus Anexos (Faculdade Santo Agostinho e Justiça Móvel de Trânsito), conduzida pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Thiago Brandão e a magistrada titular da unidade, Eliana Márcia.**

No início dos trabalhos, restou constatado:

1- que as audiências estão sendo designadas para novembro de 2023, tanto cíveis quanto criminais; 2 - o Diretor de Secretaria, Euclides Neto, ressaltou que o Juizado possui uma carência de ao menos três analistas judiciários, tendo relatado que o Juizado perdeu ao menos 8 servidores nos últimos três anos, o que reclama a nomeação imediata destes novos servidores, visto que segundo o mesmo há uma média de 250 (duzentos e cinquenta) novos processos por mês; 3 - o Anexo da Faculdade Santo Agostinho conta com apenas dois servidores; 4 - se registrou a queixa em relação ao encerramento da parceria existente entre o Juizado Móvel de Trânsito e o DETRAN-PI, muito embora a unidade ainda exista legalmente, com servidores devidamente lotados neste anexo, mas exercendo outras funções (Resolução 33/2008), sem o olvidar o nível de resolutividade dos atendimentos, que chegava a 90%; 5 - também foi apontado uma demora na resolução das demandas, a qual segundo o juízo se dá pelo déficit de servidores aposentados e que não foram repostos, e no tocante ao mau funcionamento do balcão virtual, de fato se verificou que o balcão não funciona no Anexo FSA, mas que na sede está em pleno funcionamento.

Diante das análises prévias, o juiz corregedor sugeriu que a unidade Instalasse a ferramenta MAAT, fornecida pelo TJ-PI para auxiliar os gestores das Unidades Judiciais na criação e acompanhamento da execução das atividades de gestão do acervo da unidade, bem como consignou que irá envidar esforços na reposição dos servidores

aposentados e na retomada da parceria com o DETRAN, ações que terão o apoio da OAB-PI, eis que o juizados representam um nicho importante para advocacia;

134 - As Comissões de Direito da Saúde e de Relação com o Poder Judiciário da OAB Piauí **se reuniram no dia 20/09/2023, com o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí, Leonardo Brasileiro, para discutir sobre o reiterado descumprimento de medidas liminares por parte dos planos de saúde do estado, especialmente nos casos de tratamento de crianças com autismo.**

Durante o encontro foi ressaltado que no mais das vezes as decisões judiciais são deferidas de forma célere pelos juízos, porém, os jurisdicionados e a advocacia encontram óbices muitas vezes de difícil transposição, no que tange ao cumprimento das liminares, causando prejuízos incomensuráveis ao tratamento e cura das pessoas.

Na espécie, foi ainda salientado que as famílias possuem um custo elevadíssimo na manutenção dos planos, principalmente no contexto de lares com crianças com necessidades especiais, que pagam com extrema dificuldade o plano de saúde, porém, apesar da mensalidade estar em dia não conseguem o atendimento, sendo obrigadas ao ingresso de ação judicial, a qual por vezes reclama uma maior efetividade.

Ouvindo atentamente a demanda, o magistrado se comprometeu a realizar uma audiência entre OAB, Operadoras e Judiciário, a fim de dirimir a problemática em questão, de forma mais célere e compositiva;

135 - **TJ-PI dá posse a 10 novos juízes substitutos**

O Tribunal de Justiça do Piauí deu posse, no dia 20/09/2024, a 10 novos juízes substitutos, aprovados no último concurso do Tribunal. Os novos magistrados passaram a responder e auxiliar de forma imediata as Comarcas.

Entendemos que a posse e imediata designação dos novos juízes, trará um salto de qualidade na prestação jurisdicional, especialmente nas Comarcas ora beneficiadas, as quais a Ordem reiteradas vezes tratou com a Corte a necessidade de nomeação de novos juízes, a exemplo da Comarca de Floriano, a qual desde a convocação - ocorrida em janeiro de 2023 - do hoje Des., Costa Neto, estava sem juiz titular na 3 Vara.

Apresentamos votos de incontido sucesso aos novéis magistrados, colocando-nos à disposição para atuarmos em cooperação na busca por mais efetividade ao Judiciário.

Confira a Portaria: Portaria (Presidência) nº 2122/2023, de 20 de setembro de 2023, os novos magistrados foram lotados nas seguintes unidades judiciárias: 1 - Carla de Lucena Bina Xavier, Luciana Rocha Damasceno Cavalcante e Daiane de Fátima Soares Fontan: Auxiliar a 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Teresina, bem como, atuar na Central de Inquéritos e nas audiências de Custódia da referida Comarca; 2 - Fernanda Marinho de Melo Magalhães: Auxiliar junto ao 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Teresina, bem como, atuar na Central de Inquéritos e nas audiências de Custódia da referida Comarca; 3 - Sávio Ramon Batista da Silva: auxiliar junto à 1ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba, além de realizar audiências de Custódia da referida Comarca; 4 - Antônio Fábio Fonseca de Oliveira: auxiliar junto à 2ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba, além de realizar as audiências de Custódia da referida Comarca; 5 - Jesse James Oliveira Sousa: responder pela 1ª Vara da Comarca de Floriano; 6 - Daniel Saulo Ramos Dutra: responder pela 3ª Vara da Comarca de Floriano; 7 - Samuel Roberto Carvalho Lima e Geovany Costa do Nascimento: Atuarem na Central de Inquéritos da Comarca de Picos;

136 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em conjunto com a Diretoria da OAB/PI, retomando o projeto "OAB nas Comarcas", **realizou no dia 26/09/2023 uma visita ao Fórum da Comarca de São Raimundo, onde conversou com a advocacia e os magistrados titulares da 2ª Vara Cível e Juizado Especial, Caio César e Uismeire Ferreira**, respectivamente.

No tocante a 2ª vara, o magistrado salientou que foi lotado há pouco mais de um mês, possuindo hoje um acervo de 4.378 processos, e que além da unidade também auxilia na Central de Inquéritos de Bom Jesus e Teresina, porém, ainda assim tem dado vazão aos feitos, mas que tem sofrido com a ausência de oficiais de justiça, posto que conta apenas com dois auxiliares, muito embora originalmente estejam lotados quatro, vez que dois destes estão cedidos para outros órgãos.

Nesta quadra, restou acordado que a OAB irá em conjunto com o juízo, diligenciar no âmbito do TJ/PI a nomeação urgente de novos oficiais para a Comarca, inclusive, requerendo à Corregedoria que envie um grupo de apoio de oficiais, para colaborar com o cumprimento de mandados, bem como com uma nova realização de gabinete e secretaria remotos.

Quanto ao Juizado Especial, foi constatada a existência de um conflito de competência entre o Juizado e a 2ª Vara, decorrente da declinação de competência de processos oriundos da Justiça do Trabalho, em que se discutem a contratação de precários pelo Município.

Cientes de que existem 233 processos aguardando o julgamento do conflito pelo TJ/PI, ficara acertado uma visita à Corte, a fim de acelerar o julgamento e possibilitar a retomada da marcha processual, mas recebemos a feliz notícia de que o julgamento ocorreu no mesmo dia.

Na espécie, foi informado pela advocacia da região e os juízes, que ambos os magistrados fornecem seu número institucional aos advogados, não havendo qualquer dificuldade no atendimento à classe.

Por fim, fizemos uma visita à Vara Federal do Trabalho, que tem como juiz titular o Dr. Gustavo Martins, o qual nos relatou a rotina de trabalho na unidade (selo Diamante do CNJ), destacando que tem empreendido um método de conciliação bem efetivo e que a relação com a classe advocatícia é de extremo respeito e cooperação;

137 - A Comissão de Relação com O Poder Judiciário, em conjunto com a Diretoria da OAB/PI, **visitou no dia 26/09/2023, as Comarcas de Simplício Mendes e Oeiras, na companhia da Diretoria da Subseção de Oeiras.**

Em Simplício Mendes, fomos recebidos pelo magistrado titular da Comarca, Rostonio Uchôa, o qual relatou a situação da unidade e o ritmo de trabalho empreendido nos últimos três meses e meio que assumiu o juízo.

Na espécie, foi destacado que dos três mil processos que existiam em gabinete, hoje conta-se apenas 700 e que o juízo tem estabelecido um bom diálogo com a advocacia, trabalhando com metas claras, a fim de que o fluxo processual seja observado, sem que o advogado precise comparecer à Comarca.

No entanto, existe um déficit de ao menos mais dois servidores em secretaria (previsão de nomeação em outubro), bem como de oficiais de justiça, sem olvidar um problema na distribuição dos processos entre juízo titular e auxiliar, o que acarreta em decisões declinando da competência, razão pela qual iremos buscar suporte da STIC.

Na visita à Comarca de Oeiras, conversamos com o juiz auxiliar da 2ª Vara, Marcos

Antônio, o qual destacou o bom trato existente entre a advocacia e magistrados, ressaltando que um dos grandes problemas da Comarca, diz respeito à falta de oficiais de justiça, vez que em que pese a lotação paradigma seja de 8, contam apenas com 2, os quais estão com 1300 mandados pendentes de cumprindo.

Finalizada as visitas, restou acordado um trabalho cooperativo entre OAB e juízes das unidades, a fim de que sejam nomeados mais servidores para as Secretarias das unidades, bem como a designação de novos oficiais de justiça, sem prejuízo da solicitação do grupo de apoio dos oficiais de justiça junto à Corregedoria;

138 - O Projeto "OAB nas Comarcas" **visitou no dia 10/10/2023, a Comarca de José de Freitas**, tendo na oportunidade conversado com os advogados atuantes na região, bem como com o juiz titular da unidade, Luiz Henrique Moreira Rêgo.

Durante o encontro tratamos sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo juízo, que atualmente tem um acervo médio de 7 mil processos na Vara Comum e mais 1 mil processos no Juizado Especial, estando hoje com 397 processos conclusos para julgamento na Vara Comum e 80 no Juizado.

Sobre atendimento o magistrado destacou que atende de forma presencial e virtual, não havendo qualquer dificuldade no trato com o juízo, até mesmo aos finais de semana nos casos de demandas urgentes.

Na espécie, também foi conversado sobre a existência de possíveis demandas temerárias na unidade, as quais segundo o magistrado são analisadas detidamente, de forma criteriosa, com vistas a preservar as ações legítimas, bem como o livre exercício da advocacia, em alinhamento as premissas de nosso Estatuto.

Ao final da reunião tivemos a satisfação de tomar conhecimento de que a inauguração do novo Fórum está prevista para ocorrer no dia 01 de novembro de 2023, dispondo o local de uma ampla sala destinada a advocacia, que facilitará sobremaneira o mister dos colegas da região.

A OAB/PI segue dialogando e contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional, vez que em cooperação com Judiciário, envidou esforços para a lotação de um novo oficial de justiça na Comarca, o que possibilitou uma redução significativa na redução dos mandados então pendentes de cumprimento, sem olvidar na interseção para envio do grupo de apoio dos oficiais de justiça da

corregedoria, bem como na realização de gabinetes e secretarias remotas.

Em tempo, visitamos a Academia Freitense de Letras, a convite do colega Antônio Carlos da Costa Silva, em companhia da nossa Delegada da Comarca de José de Freitas, Milena Craveiro;

139 - A CRPJ **se reuniu no dia 10/10/2023, com o juiz auxiliar do Supervisor dos Juizados Especiais no Piauí, Leonardo Triqueiro,** com o intento de discutir a situação deste microsistema.

Entre os temas discutidos, a CRPJ sugeriu ao magistrado:

1 - Que o atendimento nas Turmas fosse otimizado, no tocante ao agendamento de audiências com os juízes componentes; 2 - Necessidade de uniformização de entendimentos nos Juizados, em relação a temas já pacificados nos Tribunais, a exemplo das matérias envolvendo relações de consumo, dano moral, e consignados, visando segurança jurídica e desestímulo a práticas lesivas comuns nas demandas de massa; 3 - Esforço concentrado nas unidades judiciárias mais críticas, com o intento de antecipar julgamento e designação de audiências; 4 - Criar um repositório de jurisprudências das Turmas e Juizados, com o fito de se acessar com mais facilidade as decisões exaradas pelos juízes, para fins de uniformização de entendimentos; 5 - Instalação de fato da 4ª Turma Recursal, criada mediante a Lei Estadual nº 7.773/2022.

Atento aos pleitos, o magistrado destacou que irá conversar com os juízes membros das Turmas, sobre a necessidade de melhoria no acesso aos mesmos, especialmente por videoconferência; que de fato se faz imprescindível uma uniformização de entendimentos nos temas já enfrentados reiteradamente pelos Tribunais; que já existe um cronograma de ajuda aos JECCs, e que está aberto a sugestões de indicação de outras unidades pela OAB, ressaltando que recentemente um mutirão na 2ª Turma Recursal, possibilitou o julgamento de 822 processos e que já está deferido o suporte do Centro de Apoio aos Juizados Especiais - CAJES (minutas de sentença/despacho e secretaria remota), ao Juizado de Valença, por 30 dias, já havendo direcionamento deste mesmo trabalho do CAJES aos Juizados de Picos e Oeiras; que a criação de um repositório de decisões do juizado pode de fato ser muito positivo para a comunidade jurídica; que a 4ª Turma ainda não foi instalada, em razão do Tribunal estar avaliando se o faz no modelo atual (mandato do juiz por 02 anos) ou se na condição de juiz exclusivo da Turma, com base na experiência positiva dos Tribunais do Distrito Federal e Paraíba, destacando que os 04 assessores hoje lotados na 4ª Turma, estão distribuídos às outras 03;

140 - A Comissão de Relação com o Judiciário da OAB/PI, **participou no dia 16/10/2023, da abertura dos trabalhos de Correição de Ajuda realizada perante o Juizado Especial Zona Leste I e seus Anexos (Faculdade Uninovafapi e Anexo II)**, a qual foi conduzida pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Thiago Brandão, e o magistrado titular da unidade, Kelson Carvalho Lopes.

Iniciado os trabalhos se constatou que:

1 - Que as audiências cíveis estão sendo marcadas para abril de 2024; 2 - Audiências criminais estão com atraso de marcação, eis que o promotor e defensora que atuam no Juizado, só dispõem de um dia na semana para realização das audiências; 3 - Duas servidoras aposentadas há três anos, sem a reposição das vagas pelo TJ; 4 - Nomeação de mais um novo Conciliador, ante a saída do anterior; 5 - Retorno de uma servidora originalmente lotada no Juizado, no entanto à disposição de uma outra unidade.

Diante das análises prévias, o juiz corregedor e sua equipe sugeriram que fossem feitas mudanças nos procedimentos da unidade, visando otimizar os trabalhos, mas se considerando a realidade ora vivenciada (quadro de servidores e estrutura existente), como também se comprometeu em capacitar os servidores do Juizado, na utilização das funcionalidades dos sistemas de tarefas, a exemplo do MAAT (Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho), sem olvidar na interlocução das necessidades do juízo junto Corregedor e Tribunal, em cooperação com a OAB/PI.

A CRPJ sugeriu na oportunidade a realização de um esforço concentrado na antecipação de audiências (por meio de pauta dupla) e no julgamento de processos com maior tempo de conclusão para sentença;

141 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário e a Comissão Nacional de Acesso à Justiça, **participaram no dia 23/10/2023, de uma reunião entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Justiça Federal, que formalizou Acordo de Cooperação Técnica para participação no programa Justo Acesso.**

O acordo foi assinado pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí (SJ-PI), juiz federal Brunno Christiano Carvalho Cardoso.

O TJ-PI foi representado pelo magistrado Luiz de Moura Correia, juiz auxiliar da Presidência.

De iniciativa do Tribunal de Justiça, o projeto já conta com quatro unidades instaladas em cidades do interior do Piauí (Palmeiras, São Félix, Landri Sales e Eliseu Martins), promovendo acesso à Justiça, inclusão digital e cidadania por meio de Pontos de Acesso à Justiça nos municípios que não são sede de comarca.

O objetivo é congregar, num só lugar, os mais diferentes tribunais, órgãos governamentais; especialmente os que atuam prestando serviços de cidadania, contando com a emissão de RG, título de eleitor, atendimento inicial da Polícia Civil às mulheres vítimas de violência, e realização de atos processuais, como depoimento de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência ou balcão virtual, serviços já disponíveis nas unidades instaladas.

Segundo o Dr. Brunno Christiano, a ideia é que paulatinamente a Justiça Federal se instale nas pontos do Justo Acesso já implantados, face a parceria ora firmada com o TJ/PI, tendo sido agendada uma visita técnica ao Ponto do Justo Acesso da cidade de Palmeiras, neste mês de novembro de 2023, a fim de que seja conhecida a dinâmica dos trabalhos e que haja treinamento dos servidores federais que irão trabalhar nessa frente.

A OAB/PI é uma parceria de primeira hora desta iniciativa, e, tem reiteradamente fomentado o diálogo entre as instituições, visando a realidade deste processo, pois representa mais acesso ao Sistema de Justiça, proporcionando cidadania e inclusão social;

142 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI, **esteve no dia 24/10/2023 colaborando na Correição de Ajuda iniciada pela Corregedoria do Tribunal de Justiça na 5ª Vara Cível de Teresina.**

Esta é a continuação do trabalho conjunto iniciado com a Correição ocorrida um ano antes, colhendo os números e analisando a evolução do trabalho na unidade até aqui.

O resultado obtido é satisfatório, a evolução neste um ano é visível nos números, o acervo de processos correntes diminuiu de 9.000 para 7.000, com diminuição de cerca de 22%. Havia processos parados com mais de 300 dias (mais de 200) e outros estagnados havia mais de 200 dias (cerca de quase 500) e hoje os processos mais paralisados encontram-se na casa dos 100 dias (a nova meta é de não haver mais processos acima de 50 dias de paralização). A evolução destes números levou à

mudança de posição da unidade no ranking de eficiência do TJ, passando da 133ª para a 91ª.

Muito trabalho ainda será feito para a 5ª Vara atingir o padrão de qualidade que todos almejam, todavia o avanço no último ano é claro e deve-se continuar o trabalho neste sentido.

Além do resultado comparativo da Correição do ano passado para cá, o juiz auxiliar da Corregedoria, **Dr. Thiago Brandão**, ainda apresentou a notícia que o sistema de distribuição de processos para as dez Varas Cíveis de Teresina está corrigido, pois não haverá mais a distorção de algumas varas receberem muito mais processos que outras, havendo agora equidade nesta distribuição.

A Correição está prevista para término na quinta feira, dia 26.10.2023, quando os números atualizados e definitivos serão apresentados em relatório, momento em que a OAB ofertará novas sugestões, bem como se terá a redefinição de estratégias para o trabalho da Vara ter ainda mais efetividade;

143 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e a Comissão de Direito Previdenciário, **participaram no dia 25/10/2023, de uma reunião entre o TJ-PI e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para adesão da autarquia federal ao Programa Justo Acesso.**

O termo de parceria foi assinado pelo magistrado Luiz de Moura, juiz auxiliar da Presidência do TJ-PI, e pelo gerente-executivo do INSS no Piauí, William Machado.

O Justo Acesso promove o acesso à Justiça, a inclusão digital e a cidadania por meio de Pontos de Acesso à Justiça nos municípios que não são sede de comarcas.

Segundo o gerente-executivo do INSS, a princípio o órgão conectará os serviços de AtestMed na plataforma do Justo Acesso, o que possibilitará que o cidadão solicite o benefício por incapacidade temporária, com o mero requerimento por meio de análise documental em meio virtual, sem passar pela perícia médica, acessando ao benefício de forma mais célere, com a ajuda dos servidores do INSS designados ao Ponto do Justo Acesso.

Outro serviço será a avaliação social à distância, visando o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) - por meio de videoconferência, sem olvidar na

realização de Tele perícias que, aguardam autorização do Presidente Nacional do INSS para início da implantação do modelo, vez que os Pontos do Justo Acesso já contam com sala equipada com maca e câmera, para feitura do ato.

Na oportunidade, o gerente apresentou dados importantes sobre o órgão:

1 - 38% (trinta e oito por cento) dos benefícios são concedidos automaticamente na plataforma virtual; 2 - Que o Piauí conta hoje com cerca de 800 mil benefícios ativos, sendo 3 mil deles para pessoas dependentes de psicotrópicos; 3 - Existem 5 mil perícias pendentes na modalidade AtestMed e 20 mil na forma presencial, porém, salientou que deseja inverter estes números, contando com o auxílio de um grande mutirão ainda neste ano, para zerar todas as perícias;

144 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário esteve reunida no dia 31/10/2023, com os juízes auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, Luiz de Moura e Leonardo Brasileiro, para tratar sobre algumas demandas da advocacia.

Dentre elas:

1 - **Nomeação de mais conciliadores e juízes leigos para os juizados especiais, visando antecipar os julgamentos e pautas de audiências, o que irá ocorrer até a semana que vem, onde serão lotados mais 06 conciliadores (Batalha (1), Piracuruca (1), Teresina (3) e Valença (1)) e seis juízes leigos (Campo Maior (1) e Teresina (5)), conforme Edital 294/2023, publicado em 24 de novembro;** 2 - Nomeação de mais juízes substitutos, nos sendo informado que mais 08 juízes aprovados no último concurso foram devidamente nomeados, conforme Portaria nº 5.500/2023, os quais serão lotados tão logo o Presidente do TJ, Des. Hilo Almeida, retorne de viagem; 3 - **Migração do sistema PJE do TJ, hoje hospedado no CNJ, para um ambiente controlado pelo próprio TJ, o que possibilitará mais liberdade para atuar nas melhorias e correções de falhas no sistema, vez que hoje é necessária autorização do CNJ, para fazer qualquer adequação no sistema. Tal migração já está em curso e deve ser finalizada até meados de novembro;** 4 - Controle mais rigoroso das vagas destinadas a advocacia no estacionamento interno do TJ, o que será implementado nos próximos dias, mediante apresentação da carteira da OAB, se evitando que servidores e jurisdicionados as ocupem; 5 - A nomeação de um juiz substituto em razão da aposentadoria do juiz da 3ª Vara de Família de Picos, Geneci Benevides, sendo relatado que o juiz Samuel Lima está responsável pela unidade; 6 - Maior produtividade das Turmas Recursais, as quais hoje

têm um modelo de juízes por mandato, os quais acumulam tanto a unidade em que são titulares, quanto a Turma, o que está em análise na Corte Estadual, sem olvidar a necessidade de observância e criação de enunciados, a fim de haja maior segurança e celeridade nos julgamentos;

145 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **se reuniu no dia 07/11/2023 com o Corregedor Geral de Justiça, Des. Olímpio Galvão, para tratar sobre a Semana Estadual de Expedição de Alvarás Judiciais.**

A referida medida foi criada mediante uma provocação da OAB/PI (Requerimento 3531050 - tramitou no processo SEI nº 22.0.000082500-3), ainda no ano passado, tendo sido instituída por meio da Portaria Conjunta n. 01/2022, que estabeleceu a primeira semana de dezembro, para a realização da Semana de Expedição dos Alvarás, oportunidade em que todos as Varas priorizarão a confecção dos alvarás pendentes.

E levando em conta a proximidade da data, a CRPJ se reuniu com o Corregedor, a fim de que o mesmo expedisse Ofício Circular a todas as unidades judiciárias, para que houvesse um engajamento na ação, o que foi prontamente atendido pelo Corregedor.

Durante a reunião também tratamos sobre a necessidade de revisão do entendimento da Corregedoria, no tocante a cobrança de custas por ato, para acessar o banco de dados das partes processuais ou endereços nos sistemas SERASAJUD, INFOJUD, SISBAJUD, SIEL, RENAJUD, dentre outros.

Entendemos que tal situação vulnera o amplo acesso à justiça, sem olvidar na ausência de proporcionalidade e parâmetros específicos para tal cobrança (exemplo: Cobrança a partir de 05 buscas sem sucesso). O Corregedor ciente da sensibilidade do tema, se comprometeu em analisar o pleito com brevidade.

Na espécie, o Corregedor apresentou os números do Robô RIC, programa lançado em setembro que, possibilita o acesso as bases de dados de registro de óbitos para verificar se alguma das partes envolvidas no processo judicial faleceu, certificando a existência do registro, como também a prevenção, litispendência e prescrição nas tipificações penais.

Em apenas dois meses 32.436 certidões foram exaradas, possibilitando mais celeridade nos julgamentos dos processos;

146 - A OAB/PI dando seguimento ao “Projeto OAB Nas Comarcas”, **esteve no dia**

14/11/2023 na Vara Única de Uruçuí, oportunidade em que discutiu a rotina forense da unidade com os juízes titular e auxiliar, Markus Calado e Patrícia Cavalcante, respectivamente.

Durante a visita restou constatado que o acervo nos gabinetes dos magistrados é diminuto, (100 processos titular e 58 auxiliar), porém, a secretaria acumula um grande acervo (2077 processos no juízo titular e 897 auxiliar).

Outro grande entrave na unidade é a falta de oficiais de justiça em numero suficiente, eis que atualmente a unidade conta com apenas 02, o que tem ocasionado o represamento de cerca de quase 2 mil mandados.

Por tais razões a Comissão de Relação com o Poder Judiciário fez contato com a Corregedoria, tendo o juiz auxiliar Thiago Brandão garantindo a feitura de uma secretaria remota nos próximos dias na Comarca, bem como instrumentalizou a ida de um esforço concentrado do grupo de oficiais da Corregedoria, previsto para o dia 08 de janeiro, tão logo formalizado o pedido pela Diretora do Fórum, juíza Patrícia Cavalcante, o que implicará em uma redução do acervo existente

147 – No dia 28/11/2023, o Desembargador Federal Carlos Pires Brandão, coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, emitiu um despacho atestando a necessidade de criação da 2ª Turma Recursal da Justiça Federal no Piauí.

Reconhecendo as razões apresentadas pela OAB, o TRF1 dá um importante passo na recriação da turma recursal no Piauí, especialmente revelada pelo número de processos em tramitação e a necessidade de aumento no número de juízes para julgamento das ações, predominantemente em matéria previdenciária.

Para o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, a decisão em cinza pavimentada de forma concreta o retorno da 2ª Turma. “O diálogo cooperativo entre as entidades foi determinante para o avanço deste projeto que, agora segue ao Conselho da Justiça Federal e posteriormente ao Congresso. A união de desígnios entre a Seção Judiciária do Piauí, OAB/PI e Coordenadoria dos Juizados Federais, vem garantindo a retomada deste importante órgão”, frisou.

LUTA DA OAB-PI

Após a decisão do CNJ, a OAB-PI formulou um pedido de providências na tentativa de suspender a decisão de transferência da 2ª turma recursal do Piauí, o qual foi indeferido pelo CNJ por entender a existência de questionamento judicial ainda em curso no STF, haja vista a apresentação de recurso pela Seccional, muito embora tenha sido reconhecido pelo relator, a relevância da matéria e das razões apresentadas pela OAB.

Paralelamente, tendo em vista que o número de turmas recursais é fixado por Lei Federal e que a matéria encontra-se jungida à prerrogativa de auto-organização do TRF1, a OAB/PI somou esforços aos Magistrados Federais da Seção Judiciária do Piauí, apresentando pedido de encaminhamento de Projeto de Lei para a criação de uma nova turma recursal no Piauí pela transformação de cargos vagos.

ENTENDA

A 2 Turma Recursal do Piauí teve sua transferência para o Acre determinada em sede de Procedimento de Controle Administrativo perante o CNJ (processo nº 0008916-23.2018.2.00.0000), a pedido do Estado do Acre e da então Juíza Federal do Acre, Caroline Souza de Macedo, que alegaram ilegalidade na decisão do TRF-1, que transferiu a Turma Recursal do Estado do Acre para o Estado do Piauí.

Um outro problema constatado é o déficit de 03 servidores em secretaria, eis que os mesmos foram cedidos para outros órgãos, se comprometendo a OAB/PI em oficiar o Tribunal, no sentido de que a bem do serviço público, seja revogada a cessão, com o retorno destes servidores as suas funções, sem olvidar na criação/instalação de uma nova Vara na Comarca, face a importância econômica da região, o acervo processual e o interesse público

148 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, representada por seu Presidente, Thiago Brandim, **se reuniu no dia 30/11/2023 com o juiz da 6 Vara Federal de Teresina, Felipe Gonçalves Pinto, e o Diretor de Secretaria, Saulus Araújo, no sentido de requerer a priorização na expedição e migração de RPVs, bem como o envio dos ofícios liberatórios de valores as instituições bancárias.**

Tal medida já é naturalmente realizada na unidade, porém, tendo em vista a proximidade do recesso forense (20/12/23 a 06/01/24), a CRPJ sugeriu a feitura de um esforço concentrado na realização destas tarefas, medida acatada de plano pelo magistrado, o qual nos apresentou dados importantes sobre o trabalho na unidade:

1 - Cerca de 400 RPs já foram migradas no mês de novembro, e que já existe uma programação de mais 98 para serem migrados no dia 14 de dezembro, sem prejuízo das demais que forem expedidas neste interregno, as quais também serão migradas antes do recesso, vez que o juízo não quer deixar nenhuma RPV pendente de migração; 2 - Que na condição de juiz substituto da 7 Vara Federal (face às férias do Dr. Geraldo Magêla - Juiz Titular), se comprometeu em migrar todas as RPs até o dia 07 de dezembro, em alinhamento ao esforço conduzido pela Diretora de Secretaria da 7 Vara, Kelma Leal; 3 - Que hoje estava homologando cerca de 300 acordos com o INSS, visando acelerar o cumprimento de obrigações de fazer e consequente expedição e migração de RPs; 4 - Que todos os ofícios liberatórios de valores estavam sendo encaminhados às instituições financeiras; 5 - **Que a Vara já tem um mutirão deferido pelo TRF-1 a ocorrer no mês de março de 2024, com o intuito de reduzir o acervo processual;** 6 - E que estabeleceu como meta para 2024 julgar todos os processos do ano anterior, como objetivo de obter o selo diamante no CNJ, hoje ouro.

Em tempo, fizemos contato com o Dr. Adonias Ribeiro, juiz da 8 Vara Federal, tendo o mesmo garantido que fará todo o esforço na expedição e migração das RPs em sua unidade, e que como juiz substituto da 7 Vara Federal, em rodízio com o Dr. Felipe, já migrou 59 RPs entre os dias 20 e 30/11;

149 - A OAB/PI, através da Comissão de Relação com o Poder Judiciário (CRPJ) se reuniu com representantes do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), **no dia 05/12/2023, para encontrar uma solução para a instabilidade do sistema do PJe.**

Na reunião estiverem presentes o Juiz Auxiliar da Presidência do TJ-PI, Leonardo Brasileiro, e os coordenadores do Núcleo de Tecnologia e Informação das duas instituições para melhores esclarecimentos da situação.

O problema no sistema se deve ao fato de o Processo Judicial Eletrônico (PJe) ter migrado a aplicação do servidor em nuvem do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para um servidor em nuvem próprio, que está passando por alguns ajustes. O Presidente da Comissão, Advogado Thiago Brandim, relata esse processo de mudança visa trazer algumas melhorias significativas na redução no tempo de resposta de alguns comandos dentro do PJe e na funcionalidade.

“Entretanto, com o incidente que resultou em problemas técnicos, se impactou direta e negativamente na regular tramitação dos prazos e processos em geral e mais ainda dificultando sobremaneira o trabalho dos(as) Advogados(as) e dos próprios servidores do

Tribunal.

Deste modo, pugnamos que essas correções fossem realizadas com a máxima brevidade e que nas próximas mudanças no sistema, a advocacia fosse avisada com mais antecedência, se evitando alterações em um período próximo ao recesso, ainda mais na semana de expedição dos alvarás”, explica o Advogado.

O acesso ao PJe está inconsistente desde o dia 24 de novembro, quando começou a migração do sistema que visa a melhor otimização dos serviços. No dia 24 e 27 de novembro foram suspensos os prazos, e nos dias 04 e 05 de dezembro foi exarada certidão de indisponibilidade, para minimizar os prejuízos da Advocacia.

O Presidente da CRPJ afirma que foi requerido ao TJ-PI a prorrogação da semana de expedição de alvarás.

PJE NORMALIZADO

Às 11:40 min da manhã do dia 05/12/2023 o acesso ao site do PJe via computador foi estabilizado. Por isso, a OAB-PI indicou que se algum colega tivesse dificuldades, procurasse a TI da entidade, presencialmente ou virtualmente pelo WhatsApp (86)2107-5821;

150 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, em conjunto com as Subseções da OAB de Corrente e Bom Jesus, se reuniram no dia 19/12/2023 com o juiz federal, Jorge Peixoto, titular da Vara Federal de Corrente/PI, com o fito de discutir a extinção prematura de iniciais pelo juízo.

Na oportunidade, a CRPJ argumentou que o excesso de formalismo na recepção de novas ações previdenciárias, representam uma negativa de acesso do jurisdicionado ao judiciário, sem olvidar que em descompasso com as exigências dos requisitos da exordial dispostos no CPC, bem como em desalinho com os princípios da simplicidade e informalidade, ínlitos aos feitos em trâmite no Juizado Especial.

Nesta quadra, **foi pugnado uma revisão da compreensão adotada pelo juízo, destacando o magistrado que analisará durante o recesso forense, os possíveis excessos ou impropriedade de exigências no protocolo de ações, a exemplo do fornecimento de comprovantes de endereço em nome da parte e de laudos/atestados acompanhados de dos exames citados como referência nos**

indigitados documentos.

Na espécie, o juiz agradeceu a reunião e se colocou à disposição da OAB/PI, para em cooperação melhorar a rotina de trabalho na unidade, com o fim precípua de tornar mais acessível a prestação jurisdicional, restando consignado que a CRPJ encaminhará decisões nos autos de processo, onde se observou o excesso de formalismo do magistrado;

151 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **visitou no dia 17/01/2024 a recém-empossada Diretoria da Subseção de Altos**, com o intento de alinhar ações em benefício da advocacia da região.

Em princípio, parabenizamos a nova Diretoria e desejamos incontido sucesso na gestão ora iniciada, e posteriormente discutimos algumas pautas da advocacia, a exemplo:

1- Nomeação de um juiz auxiliar para a 2ª Vara de Altos; 2 - Fazer uma reunião com a juíza titular do Juizado Especial de Altos, Carmem Ferraz, para tratar sobre a extinção prematura de ações no âmbito da unidade; 3 - **Envidar esforços no Tribunal de Justiça, com o fito de se instalar unidades do “Justo Acesso” nos Municípios de Alto Longá (Instalado no dia 31/01/2024) e Beneditinos (instalado em 19/07/2024)**; 4 - Que o INSS passe a realizar perícias na sede do órgão no município de Altos; 5 - Que a seja disponibilizada uma sala para a advocacia na Delegacia situada na Comarca de Altos, momento em que a CRPJ se dirigiu à Delegacia e constatou que não existe uma sala própria da OAB, sendo cedido aos advogados um momento à sós com os clientes de forma improvisada em outras dependências do local, razão pela qual serão adotadas providências junto à Secretaria de Segurança, para que seja criado ou cedido um espaço adequado para as entrevistas.

O Presidente da Subseção de Altos, advogado Aluísio Martins, agradeceu a visita e ressaltou que deseja trabalhar em conjunto com a CRPJ nas ações em favor da classe, ao tempo em que o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, destacou que a comissão está à inteira disposição da Subseção e que trabalhará em cooperação com a Diretoria na busca por mais efetividade do Judiciário;

152 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário **esteve no dia 29/01/2024 no Plenário do TJ/PI, representada pelo Secretário Geral, Dr. Edson Araújo, na audiência pública para a escolha das Serventias Extrajudiciais de Notas e de Registro do Piauí.**

Depois de doze anos os concursados aprovados escolheram hoje as suas serventias de destino e o Poder Judiciário ganha em eficiência em todos os cartórios de notas e de registro com a efetivação de seus titulares.

A OAB esteve presente em todo este caminho, acompanhando, fiscalizando e contribuindo para finalizar enfim um trabalho que irá repercutir positivamente para toda a advocacia piauiense e sociedade;

153 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em conjunto com a Diretoria da OAB/PI por seu presidente, Celso Barros, dando continuidade ao Projeto “OAB nas Comarcas”, **visitou no dia 29/01/2024 a Comarca de União, oportunidade em que se apresentou pautas da advocacia local para a juíza substituta, Sara Almeida Cedraz.**

Entre as pautas discutidas tivemos:

1- Celeridade na expedição dos alvarás; 2 - Dificuldade na designação de médicos peritos; 3 - Demora na entrega de resultados dos exames de DNA, nas ações de investigação de paternidade; 4 - Maior celeridade no trâmite processual, especialmente no cumprimento dos atos ordinatórios em secretaria; 5 - Necessidade de mais servidores em secretaria e contratação de estagiários na unidade; 6 - Maior critério na triagem das ações de consignado, com observância efetiva dos documentos comprobatórios juntados, se evitando despachos padrão sem análise da documentação que acompanha as iniciais; 7 - Acesso à justiça gratuita pelas partes, quando presumida a hipossuficiência das mesmas; 8 - Pugnar pela permanência do juiz titular, com a permanência da Dra. Sara, quando do retorno da juíza titular, Mariana Cruz, previsto para maio deste ano.

A juíza após ouvir os pleitos destacou que desde que foi lotada na unidade (13/10/2023), encontrou um acervo médio de 9.000 mil processos, e que após estes dois meses já conseguiu reduzir o acervo para 7.350 processos, tendo garantido que está compromissada na efetividade dos julgamentos, e que dará encaminhamento a todas as pautas requeridas, já tendo oficiado o LACEN para informar as razões para demora no envio dos exames, como também encontrar uma solução alternativa para nomeação de médicos peritos.

Na espécie a CRPJ se comprometeu em acelerar o deferimento do pedido de secretaria remora (SEI nº24.0.000009807), como também solicitar providências ao TJ/PI, visando o retorno de 04 servidores da secretaria que foram cedidos;

154 - Na manhã do **dia 06/02/2024, a CRPJ em conjunto com o Presidente da OAB/PI, Celso Barros, visitaram a Comarca de Demerval Lobão em continuidade ao projeto “OAB nas Comarcas”.**

Assim, com o apoio da advocacia local, nos reunimos com a Juíza titular da Unidade, Dra Maria da Paz e Silva Miranda, oportunidade em que apresentamos algumas demandas da classe: a) melhoria dos canais de atendimento (WhatsApp, celular e balcão virtual); b) designação de audiências na forma híbrida; c) maior celeridade no julgamento dos feitos.

Após ouvir as demandas, a magistrada salientou que diariamente se encontra na Comarca e que todos os canais remotos funcionam, porém, tanto a energia quanto a internet do Fórum são precárias, o que acaba por ocasionar instabilidade nos referidos canais, razão pela qual o juízo já pediu providências ao TJ/PI.

Quanto as audiências, a juíza destacou que já faz em regra, de forma híbrida as mesmas, e que disponibiliza no próprio despacho o link para acesso ao ato processual.

Sobre a celeridade nos feitos, a juíza ressaltou que tanto ela quanto sua equipe estão empenhadas em cumprir todas as metas, porém, possuem um déficit de ao menos 02 servidores efetivos, visto que o acervo processual na unidade gira entorno de cinco mil processos, sem contar os dois mil novos processos oriundos da agregação do Termo Judiciário de Nazária para a Vara Única de Demerval.

Deste modo, em união de desígnios a OAB/PI envidará esforços no sentido de que sejam lotados ao menos mais dois servidores ao juízo, bem como que em caráter de urgência seja designado uma secretaria e gabinetes remotos, sem falar no envio de estagiários para a unidade e reforma do Fórum (licitação de construção do Fórum em curso, o qual está em situação precária;

155 - **CNJ suspende resolução que restringia sustentação oral no TJ-PI, após pedido da OAB-PI**

Após pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta quinta-feira (08/02), estendeu os efeitos da medida liminar concedida em favor da OAB Rondônia e Conselho Federal da OAB ao Tribunal de Justiça do Piauí, tendo determinado a suspensão dos artigos 203-D e 203-E do Regimento Interno do TJ/PI, garantindo que o Advogado possa fazer sua sustentação oral em tempo real, em sessão presencial ou tele presencial, como

corolário do legítimo exercício do direito de defesa.

A decisão é do Conselheiro Marcello Terto e Silva, o qual, após provocação da Seccional Piauiense, acolheu o ingresso da entidade como terceira interessada e cômico dos prejuízos irreversíveis nos casos em que a representação das partes julgar importante a realização de sustentação oral síncrona diante das opções previstas em lei, concedeu a liminar requerida (vigente até os dias atuais (21/12/2024)). “Face o prejuízo pela não realização de sustentação oral síncrona determino a imediata suspensão dos efeitos da Resolução 180/2020, que alterou a redação dos artigos 203-D e 203-E do TJ/PI”, diz trecho da decisão do Conselheiro.

TRATATIVAS

A OAB Piauí buscou o CNJ após infrutíferas tratativas no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí, que indeferiu requerimentos administrativos protocolados pela Ordem.

Em nosso sentir a decisão se mostra irretorquível, vez que na forma hoje disposta no Regimento Interno do TJ/PI, as sustentações orais síncronas estão completamente inviabilizadas devido à carga de subjetivismo no deferimento pelo relator da possibilidade ou não de sustentar.

Noutra quadra, a disposição como posta mitiga a ampla defesa, retirando a dialética entre as partes, representadas por seus causídicos e os julgadores, fomentando eventuais omissões e/ou contradições nos julgamentos, se fazendo mister que o CNJ enfrente com máxima brevidade o mérito deste processo, com o fito de regulamentar e uniformizar o procedimento de sustentação oral nos tribunais, o que esperamos que ocorra logo.

A OAB/PI segue empenhada na defesa da advocacia;

156 - A CRPJ em conjunto com a Conselheira Seccional Marenize Leite, **se reuniram no dia 26/02/2024 com os juízes auxiliares da Presidência, Leonardo Brasileiro e Luiz Moura**, com o intento de apresentar pautas da advocacia florianense, bem como outras pautas afetas a prestação jurisdicional do estado.

No tocante a Floriano, foi requerido a titularização de juízes na Comarca, vez que hoje se conta com ao menos 03 magistrados substitutos, tendo os juízes auxiliares destacado que até o fim de março deve ser homologado o resultado do Edital de Promoção, oportunidade

em que haverá a titularização de novos magistrados na unidade, sendo ressaltado que o juiz substituto lotado na 3ª Vara de Floriano, Danilo Pinheiro Sousa, já está à disposição da unidade desde hoje, tendo em vista que concluiu um curso de aperfeiçoamento em Brasília na semana passada.

Na espécie também se discutiu sobre a titularização do juiz em Itaueira, face a saída do magistrado Ronaldo Paiva, o qual permanece em substituição até a lotação definitiva quando do encerramento do Edital de Promoção.

Também se discutiu a necessidade de revisão dos procedimentos do CEJUSC, eis que o órgão tem sido provocado apenas pelo juízo e não diretamente pelas partes, o que é contraproducente, razão pela qual será feita uma reunião com o Coordenador Estadual do NUPMEC, juiz Virgílio Madeira.

Durante a reunião tratamos ainda sobre a necessidade de um mutirão na Vara de Amarante, tendo em vista que o magistrado substituto Ivanildo Ferreira, designado recentemente para Comarca, possui um grande acervo represado, de modo que o TJ-PI irá fazer um esforço concentrado na unidade, sem olvidar a Comarca de Pedro II, a qual foi autorizado a realização do Gabinete e Secretaria Remotas pela Presidência e Corregedoria, ante o acervo de quase 13 mil processos na unidade.

Na oportunidade a OAB-PI se comprometeu em discutir com o Governo do Estado a dotação de mais recursos ao TJ-PI, com o fito de possibilitar a nomeação de mais 25 (vinte e cinco) novos magistrados já aprovados no último concurso, o qual poderá a validade em abril próximo, sob pena de sério agravo a prestação jurisdicional do estado (750 mil ações em curso);

157 - Projeto OAB nas Comarcas visita Fórum Ministro Petrônio Portela em Miguel Alves

O Projeto OAB nas Comarcas visitou o Fórum Ministro Petrônio Portela em Miguel Alves no dia 12/03/2024. A iniciativa visa buscar soluções colaborativas para uma maior efetividade na prestação jurisdicional.

Na ocasião, a equipe do projeto se reuniu com servidores do Fórum, Advogados e Advogadas da região e com o Juiz Danilo Melo de Sousa. Durante a reunião, foram discutidas diversas pautas, entre elas: - Trâmite processual: A Comarca de Miguel Alves apresenta um bom desempenho no fluxo de seus processos, vez que não possui nenhum feito sem movimentação por mais de 100 dias, e o número de servidores está em

conformidade com a lotação paradigma, possuindo a unidade cerca de 3,2 mil processos em andamento; - Atendimento ao público: O atendimento presencial e virtual por balcão e WhatsApp está funcionando regularmente; - Melhorias nas instalações: A necessidade de melhorias nas instalações do Fórum foi identificada durante a visita, se comprometendo a OAB Piauí em trabalhar pela agilização do processo de licitação da obra para construção do novo Fórum, trazendo melhores condições de trabalho e atendimento as partes e advocacia.

O Projeto OAB nas Comarcas demonstra o compromisso da OAB Piauí com a busca de soluções para os problemas do aparelho judiciário no Estado. A iniciativa do Projeto OAB nas Comarcas, visa fortalecer a relação entre a OAB, os magistrados, os servidores e a advocacia, a fim de garantir um serviço de qualidade à população;

158 - A Comarca de Porto recebeu o projeto OAB nas Comarcas, no dia 12 de março de 2024. A iniciativa visa buscar soluções para os problemas do judiciário no estado. Na ocasião, a equipe do projeto se reuniu com o Juiz Leon Eduardo Rodrigues Sousa e constatou que:

A unidade está funcionando a contento, tendo a comarca figurado em 1º lugar entre as Varas Únicas piauienses em produtividade; - Que há uma deficiência em servidores na secretaria, ante o afastamento de um servidor por motivos de saúde desde janeiro de 2024 e outro se encontrar de férias atualmente. Por essa razão, a Corregedoria forneceu a secretaria remota por 60 dias, a qual iniciara seus trabalhos no dia 11/03/24; - Que o atendimento na unidade está funcionando normalmente, por balcão e presencialmente, se observando que ao magistrado foi deferido o regime de teletrabalho pelo TJ/PI.

Compromissos da OAB Piauí

A OAB Piauí se comprometeu a: - Tratar com o Procurador-Geral de Justiça sobre a designação de um Promotor para a Comarca de Porto, em substituição à titular que está à disposição do CAOMA; - Ajudar no reforço de contingente policial para a Delegacia de Polícia Civil do município e o grupamento militar; - Acompanhar a finalização do processo de doação de imóvel ao Tribunal de Justiça para a construção de um novo Fórum, devido à precariedade do atual;

159 – No dia 18/03/2024, o projeto “OAB nas Comarcas” visitou as cidades de Elesbão Veloso e Valença, no Piauí, consolidando seu compromisso de tornar mais efetiva a justiça.

Em Elesbão Veloso, durante as reuniões, foram identificadas algumas demandas cruciais para a melhoria do serviço na unidade:

- 1 - Número expressivo de processos na Comarca, cerca de 10 mil;
- 2 - Déficit de dois servidores em secretaria, vez que os mesmos estão à disposição do Tribunal;
- 3 - Ausência de um Promotor titular desde agosto de 2023, estando o titular de Barro Duro respondendo pela unidade;
- 4 - Necessidade de criação de um Juizado Especial, a fim de se agilizar as demandas de menor complexidade.

Na oportunidade, **fomos informados sobre a realização de mutirões nas áreas de direito do consumidor, nos meses de agosto, setembro e novembro, onde foi possível serem julgados aproximadamente 1.100 processos em sede de audiências de conciliação, como pontuou o juiz Juscelino Norberto, o qual asseverou que tem dedicado esforços extras para fazer novos mutirões muito em breve.**

Também se constatou a necessidade de realização de uma secretaria remota, medida que como as demais referidas, serão encampadas pela OAB.

Já em Valença, as observações revelaram uma situação similar de desafios e necessidades.

- 1 - 2 Vara com cerca de 8 mil processos concentrados, o que remonta uma sobrecarga na unidade;
- 2 - Cerca de 1,5 mil na 1ª Vara Criminal, além de 1,4 mil processos no juizado especial, agregado à 1 Vara;
- 3 - Necessidade de veículos 4x4 neste período chuvoso, para cumprimento de atos judiciais pelos oficiais de justiça, nas localidades com dificuldade de acesso;
- 4 - Déficit de 2 servidores na 1 Vara, os quais estão à disposição do TJ.

Sobre a situação na Comarca, os magistrados da 1 Vara, José Sodré e da 2 Vara, Felipe Bacelar, destacaram que apesar das dificuldades tem empreendido um bom ritmo de trabalho, conduzindo na diminuição de acervo, em relação aos anos passados, tendo o Dr. Felipe conclamado os advogados a utilizarem o CEJUSC como ferramenta autocompositivo.

Também nos foi informado que já foi deferido um gabinete remoto para a 2 Vara em abril;

160 - A CRPJ se **reuniu no dia 19/03/2024, com os juízes auxiliares da presidência do Tribunal de Justiça, Drs. Leonardo Brasileiro e Luiz de Moura**, com o escopo de discutir soluções para uma melhor prestação jurisdicional, dentre elas:

1 - **Orientar as unidades judiciárias a priorizarem a expedição de alvarás, ao invés de colocar este ato processual em ordem cronológica comum, tendo em vista que a confecção do alvará representa a finalização do feito, com o alcance do direito vindicado pelo jurisdicionado há anos, ao mesmo tempo em que traduz o acesso da advocacia em seus honorários - os quais são verbas de natureza alimentar-, sem olvidar ao fato de ser contraproducente a unidade manter ativo um feito que já pode ser arquivado e baixado, gerando consequente produtividade.** Nesta quadra, os juízes se comprometeram em estudar um normativo orientando as unidades em proceder com a referida medida. Em tempo, também fizemos contato com o Des. José Wilson, o qual asseverou que levará a ideia para o Opala Lab, ou viabilizará uma tarefa específica no sistema PJE, com a finalidade de otimizar a expedição destes atos; 2 - **Déficit de servidores - especialmente nas secretarias-, neste veio, para amenizar a dificuldade em foco, o TJ está lotando em todas as unidades ao menos um estagiário, de um número total de 600 (seiscentos), observando a proporcionalidade de estagiários, nos termos do Provimento nº 37/2023;** 3 - **Necessidade de nomeação de novos juízes leigos para o Juizado de Piracuruca,** oportunidade em que recebemos a confirmação de que cinco novos leigos estarão sendo lotados na unidade nos próximos dias, e que muito em breve serão convocados mais leigos para fazerem frente aos trabalhos nas outras unidades; 4 - Necessidade de criação de um Juizado Especial para a Comarca de Elesbão Veloso, medida que ficou de ser avaliada pelo Tribunal, em alinhamento com o Juiz da Vara; 5 - **Homologação do Resultado do Edital de Promoção dos Juízes, onde serão titularizados em caráter definitivo os magistrados, o que está previsto para ocorrer na sessão do pleno do TJ no dia 01/04/24.**

6 - Posse de mais um novo juiz na próxima quinta (21/04);

161 - A CRPJ **se reuniu no dia 04/04/2024, com o magistrado Ronaldo Paiva, o qual está respondendo pela Comarca de Água Branca** em virtude de remoção, a fim de tratar sobre o atendimento e audiências na unidade, vez que o magistrado foi recentemente promovido (01/04) para 3 Vara de Floriano.

Na oportunidade, **o juiz nos esclareceu que está fazendo todas as audiências designadas, e que algumas destas foram remarçadas em razão de circunstâncias alheias ao magistrado, a exemplo de falta de defensor público ou promotor.**

No que diz respeito ao atendimento dos advogados, foi assegurado pelo juiz, que todos são indistintamente atendidos, bastando entrar em contato com a unidade e

agendar com a assessoria o que envio do link para videoconferência, visto que o magistrado está acumulando atualmente as Comarcas de Água Branca, Itaueira e 3 Vara de Floriano.

Na espécie, **a CRPJ requereu ao juiz que fosse priorizado a expedição de alvarás, ao tempo em que o magistrado salientou que não existe hoje nenhum alvará pendente de sua assinatura, e que sempre prioriza tal ato.**

Durante a reunião restou consignado que o Dr. Ronaldo permanecerá respondendo pela unidade até que assuma efetivamente a titularidade da 3 Vara de Floriano, haja vista que a ata de homologação do concurso de promoção ocorrida na última segunda feira, sequer foi publicada, sem olvidar que os magistrados possuem um prazo de 30 dias para o início efetivo de sua funções.

Sobre o ponto o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, entrou em contato com o Secretário do TJ/PI, Marcos Venâncio, e este salientou que todos os magistrados recentemente promovidos, permanecerão, por ora, nas unidades judiciárias em que se encontram, com o intento de se evitar qualquer prejuízo a solução de continuidade dos serviços. E que existe a previsão de que na próxima semana já seja lançado edital de promoção para as unidades em que estes juízes foram promovidos, visando a titularidade dos magistrados nestas comarcas, regularizando por conseguinte os trabalhos nas respectivas Varas;

162 - A Justiça Federal promoveu o 1º Mutirão Interinstitucional PopRuaJud, no dia 19/04/2024, no Centro POP de Teresina, localizado na rua Clodoaldo Freitas, Centro/Norte.

A ação tem o objetivo de oferecer à população em situação de rua de Teresina, atendimento prioritário e sem burocracia, possibilitando o acesso à Justiça de modo célere, simplificado e eficaz, abrindo as portas da Justiça às pessoas mais vulneráveis, conforme instituído pelo CNJ n. 425/2021.

O projeto de iniciativa da Justiça Federal, conta com o apoio do TJ/PI, TRT/22, TRE/PI, SESC, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Teresina, OAB, e várias outras entidades.

Durante o Mutirão, a Justiça Federal e os demais parceiros, ofereceram os serviços de atenuação, perícia, informação processual, expedição de Registro Geral (RG), Carteira de Trabalho, de segunda via de Registro Civil, além de orientações jurídicas em diversas esferas.

O 1º Mutirão Interinstitucional PopRuaJud integra a Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades (PopRuaJud) e será coordenado pelo Comitê Seccional PopRuaJud da Seção Judiciária do Piauí (SJPI), pelo juiz federal Felipe Gonçalves Pinto e pelo Coordenador Regional dos Juizados Federais do TRF-1, Desembargador Carlos Brandão.

O evento contou com a presença dos presidentes do TJ/PI, Des. Hilo Almeida, TRT/22, Des. Marco Aurélio, TRE/PI, Des. Sebastião Martins, Secretária de Estado da Assistência Social, Regina Souza, o Procurador Chefe da Procuradoria Federal no Piauí, Caio Coelho, o Superintendente do INSS no Piauí, William Amaral, entre outras autoridades;

163 – No dia 19/04/2024, participamos da Inauguração do Posto Avançado da Justiça Federal na cidade de Piripiri.

Com tal Posto será possível aproximar ainda mais a justiça dos cidadãos, vez que será possível a realização de perícias do INSS, audiências e informações sobre andamentos processuais.

Ficamos felizes com a materialização de um trabalho de muitas mãos, inclusive de nossa Comissão de Relação com o Poder Judiciário, a qual desde o primeiro momento abraçou a ideia.

Tivemos ao menos três reuniões com a Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Piauí (nos dias 06 e 15 de março de 2023 e 23 de outubro de 2023), sem olvidar as Inúmeras tratativas com o Coordenador dos Juizados Especiais Federais do TRF da 1 Região-COJEF, Desembargador Carlos Augusto Brandão, grande entusiasta do projeto.

Se fizeram presentes, representando a Justiça Federal do Piauí, o Vice-diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí, Juiz Federal Rodrigo Pinheiro, e o Juiz Federal Marcio Maia, Juiz Auxiliar do CNJ;

164 – No dia 30/04/2024 a CRPJ se reuniu com a equipe de Tecnologia da Informação do Laboratório Opala Lab do Tribunal de Justiça, com o escopo de debater soluções práticas para otimizar a expedição de alvarás no âmbito das unidades de primeiro grau.

A reunião foi possível em razão da interseção do Supervisor Geral do Opala Lab, Desembargador José Wilson Ferreira, o qual após acionado pela CRPJ, sugeriu o

encontro com a equipe de técnicos do Laboratório, a fim de que fosse instrumentalizado soluções para a demanda.

Assim, restou acordado entre a Comissão e o Opala Lab, a criação de um tipo de petição específica no PJE para a confecção de alvará, a qual recebeu o nome de “Pedido de Expedição de Alvará” (Foto ilustrativa na postagem), onde após o protocolo no sistema PJE na aba JUNTAR DOCUMENTOS, vai ser destacada uma tarefa própria, possibilitando que o servidor saiba que existe um pedido de alvará pendente em determinado processo, sabendo exatamente o que fazer, ao invés de ser apenas mais uma tarefa dentre todas as outras na unidade.

A nova sistemática possibilita, inclusive, que as Varas tenham conhecimento em tempo real do número de alvarás a que não foram “dados fluxo” em cada unidade, o que fará com que os servidores cientes da pendência, agilizem a feitura deste importante ato processual, o qual não só muitas vezes enseja o fim do processo, o que representa em produtividade ao juízo, como também traduz-se na entrega efetiva da prestação jurisdicional e o acesso da advocacia aos seus honorários contratuais e sucumbenciais.

Nesta quadra, recebemos com muita satisfação a notícia repassada pelo Des. José Wilson, de que a medida acima já está disponível no sistema desde o dia 02/05/2024, e que pretende otimizá-la em duas fases posteriores: a segunda mediante a leitura das petições por I.A., independente da seleção do tipo de petição juntada pelo advogado, e a terceira pela leitura automática das decisões judiciais;

165 - Participamos no dia 06 de maio de 2024, da inauguração do Posto Avançado da Justiça Federal na cidade de Piracuruca. Um anseio antigo da advocacia, o qual enfim se tornou realidade, graças ao empenho da OAB/PI, da Subseção da OAB de Piracuruca, CRPJ, e Prefeitura de Piracuruca, em cooperação com a Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Piauí e o Coordenador dos Juizados Especiais Federais do TRF-1, Des. Carlos Brandão, idealizador do projeto.

No Posto Avançado será possível a realização de audiências de conciliação e instrução, perícias, fornecimento de informações processuais, atermção de pedidos no Juizado Especial Federal, além da emissão de certidões, o que facilita ainda mais o acesso das partes à justiça, como também o exercício de nosso mister advocatício.

Durante a inauguração também tivemos a feliz notícia de que muito em breve um mutirão será realizado na Unidade, a fim de reduzir o acervo processual referente a

feitos oriundos de Piracuruca e região, o que já denota a importância deste Posto:

166 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário em conjunto com a Comissão de Relações Institucionais da OAB/PI, **realizaram no dia 07/05/2024, uma reunião com a Secretária Geral do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, Promotora Everângela Araújo Barros Parente, com o intento de discutir a lotação de promotores perante as Comarcas do Piauí, especialmente no sul do estado.**

Durante a reunião a Secretária destacou que na próxima sexta feira (10/05), ocorrerá a sessão de homologação do concurso de remoção e promoção no âmbito do Ministério Público, razão pela qual boa parte das promotorias passarão a contar com titulares em seus quadros, a exemplo de Castelo do Piauí.

No entanto, cidades como Paulistana e Parnaíba não registraram inscritos, razão pela qual será convocado um novo edital nos próximos 60 (sessenta) dias após a finalização deste último.

Nos foi informado ainda que atualmente o Ministério Público Estadual possui um déficit de ao menos 20 (vinte) promotores, e que o Procurador Geral tem a intenção de nomear novos promotores aprovados no último concurso, o qual vence no fim deste ano, porém, esbarra com a dificuldade orçamentária.

Diante deste quadro, a OAB/PI se colocou à disposição do órgão para em cooperação, discutir com o Poder Executivo um maior dotação orçamentária ao MP/PI, visando a nomeação de mais promotores e a realização de um novo concurso de servidores, previsto para ser lançado ainda neste ano.

Porém, **mesmo diante de todas as dificuldades, a Secretária Geral nos garantiu que todas as Promotorias contam com um promotor responsável, e que diante de qualquer problema, está à disposição da Ordem para contorna-lo;**

167 - O Presidente da OAB Piauí, Celso Barros Coelho Neto, e o Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário da Seccional, Thiago Brandim, **reuniram-se no dia 08/05/2024, com a Juíza da Comarca de Cocal, Ana Carolina Gomes Vilar Pimentel,** o Presidente da Subseção de Parnaíba, Rômulo Santos, e a advocacia local.

Este encontro representa mais um passo significativo no âmbito do projeto OAB nas Comarcas, cujo propósito é promover um diálogo mais estreito entre a Ordem, os(as)

Advogados(as) e os(as) Magistrados(as) em todo o Estado do Piauí, visando a identificação e implementação de soluções conjuntas para aprimorar a prática jurídica no interior.

Durante a reunião, foram identificadas as seguintes constatações:

- A Comarca possui aproximadamente 4 mil processos em tramitação; - Média mensal de 100 novos processos; - A magistrada em semanas alternadas se desloca à Teresina para um curso de formação, mas apesar da limitação atende normalmente os advogados por balcão virtual; - Na semana em que está presencialmente na unidade, atende de forma diária partes e advocacia; - Pauta de audiências fechada até julho de 2024; - Esforço concentrado na unidade para que todos os processos sofram movimentação em até 100 dias;

168 – **A Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB Piauí, e a Diretoria da OAB, reuniram-se, no dia 09 de maio de 2024, com o Juiz Willmann Izac Ramos Santos, na companhia do Presidente da Subseção de Parnaíba, Rômulo Santos, e a advocacia da região.**

Durante a reunião, identificou-se que:

- A Comarca possui cerca de 6 mil processos em andamento; - Existe a necessidade de 2 Oficiais de Justiça devido à aposentadoria iminente de um e sobrecarga do outro; - Média de 150 novos processos mensais, com julgamento de cerca de 200 ao mês; - Possibilidade de ter um juiz auxiliar para apoiar no julgamento em ações fundiárias na Comarca de Luís Correia; - **Restara consignado que a Subseção encaminhará uma lista de processos com mais de 100 dias sem movimentação, a fim de haja um esforço da unidade no andamento destes feitos; - Proposta de que o CEJUSC de Parnaíba faça as audiências de rito do Juizado Especial em trâmite na Vara de Luís Correia, visando tornar mais célere o trâmite processual, medida que será tratada no âmbito do Tribunal de Justiça;**

169 - A Comissão de Relação com o Poder **Judiciário recebeu no dia 13/05/2024, membros da Comissão de Candidatos Aprovados no último concurso para vagas do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Justiça do Piauí, ocorrido em 2022.**

O encontro teve o intento de discutir medidas visando a convocação destes classificados, levando em conta que segundo os mesmos foram declaradas a vacância e exoneração de

ao menos 11 cargos de analista judicial de outubro de 2023 para os dias atuais, sem olvidar que o Tribunal deixou de convocar 30 (trinta) outros analistas judiciais decorrentes da necessidade de reestruturação das unidades criminais da Justiça Estadual, recém-criadas e implantadas (Processo SEI nº 23.0.000067646-2), cumulado à necessidade incontestada das Varas do interior, as quais muitas vezes não dispõem de sua lotação paradigmática correta ou quando a possuem, contam em seu quadro com servidores cedidos pelos Municípios, e não com servidores de carreira com a expertise própria do cargo.

Assim, a Comissão firmou o compromisso de enviar esforços junto ao Tribunal de Justiça, para que os candidatos sejam o quanto antes convocados, vez que é de conhecimento público a necessidade de mais servidores no Judiciário Estadual;

170 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, por seu Presidente, Thiago Brandim, **se reuniu no dia 16/05/2024 com o Juiz Cleber Roberto Soares, o qual está respondendo pela Comarca de Manoel Emídio, face as férias do magistrado titular da unidade, Georges Cobiniano.**

A reunião ocorreu a pedido do vice-presidente da Subseção de Uruçuí, Fagner Pires, visando solicitar ao magistrado substituto, que priorize a assinatura dos alvarás já expedidos.

No diálogo com o magistrado, esse se mostrou sensível ao pleito, destacando que tem dado prioridade a assinatura dos alvarás, muito embora esteja acumulando a Vara de Manoel Emídio e Ribeiro Gonçalves, a qual é titular, no entanto, por se tratar de um ato que põe fim aos processos e ser também verba alimentar (honorários advocatícios) dará a devida atenção.

Tendo ressaltado que a relativa demora acontece com vistas a evitar erros, e também corrigir os mesmos antes da assinatura, com escopo de evitar prejuízos às partes.

Dito isto, restou assegurado pelo juiz que será dada prioridade a assinatura dos alvarás.

Na oportunidade, foi entregue uma lista de processos com alvarás expedidos e pendentes de assinatura;

171 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário **participou no dia 21/05/2024, da Correição de Ajuda junto à 6ª Vara Cível de Teresina,** procedimento que tem por

objetivo fazer um diagnóstico dos serviços prestados na unidade, com o fito de empreender ações para melhorar o fluxo de procedimentos e consequentemente os números de produtividade na Vara.

Os trabalhos foram conduzidos pela juíza auxiliar da Corregedoria, Lucicleide Pereira Belo, e equipe técnica da Corregedoria, bem como pelo juiz titular da unidade, magistrado Édson Rogério.

Em princípio fora esclarecido o objetivo da Correição e **posteriormente concedida a palavra para a Comissão, fizemos algumas ponderações sobre o funcionamento na unidade e as demandas de melhorias:**

1 - Número elevado de processos no gabinete (745), muitos deles com mais de 100 (cem) dias sem movimentação, o que reclama correção; 2 - Funcionamento precário do telefone fixo na unidade, pois muitas vezes a ligação sequer completa; 3 - Inexistência de Balcão Virtual na unidade, em descompasso com o que determina o Provimento Conjunto 35/2021 e Portaria 714/2021. Oportunidade em que apresentamos à juíza auxiliar da Corregedoria o Ofício Circular nº 309/2023 da Corregedoria, o qual teve sua provocação frente a pedido da CRPJ (Processo SEI nº 23.0.000063497-2); 4 - Ausência de respostas aos e-mails encaminhados à unidade.

Na espécie, o juízo ressaltou que em janeiro de 2024 teve um fluxo anormal de novos processos (cerca de 400), decorrentes da retomada das ações do PASEP, ante o julgamento do IRDR (1150-STJ).

Diante das informações prestadas, tanto o juízo se comprometeu em estudar formas de melhoras do atendimento e produtividade, como a Corregedoria tomou nota, com vistas a proceder com um relatório e submeter ao Corregedor, o qual definirá possíveis determinações à unidade;

172 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Previdenciário da OAB/PI, **participaram no dia 10/06/2024 da abertura dos trabalhos da Inspeção Geral Ordinária da 7 Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí**, conduzida pelo magistrado titular Geraldo Magela.

Na oportunidade, o juízo apresentou os seguintes informes:

1 - A unidade possui hoje em trâmite 40.174 processos, tendo chegado o acervo em uma

média de 45 mil processos no início do ano; 2 - Que de 27 de janeiro a 27 de abril houve um esforço concentrado na Unidade (aos sábados) com a expedição de 4.508 RPVs, fruto de um suporte do NUCOD (Núcleo de Apoio à Coordenação dos Juizados) e Corregedoria do TRF-1; 3 - Que atualmente a unidade possui a lotação paradigma de 14 servidores, face a cessão de um servidor da 8 Vara Federal e um outro da Prefeitura de Teresina; 4 - Que o Dr. Geraldo está respondendo atualmente pelo juízo titular e substituto na unidade, face a cessão da juíza Franciele Thives para o TRF-6; 5 - Atendimento presencial de 09 às 18 horas, e por balcão virtual de 09 às 15 horas; sendo o atendimento do juiz titular todas as quartas feiras por balcão, ou presencial pela tarde, caso o magistrado não esteja em audiência.

Diante das informações as comissões pugnaram:

1 -Por uma maior celeridade na expedição e migração de RPVs, momento em que nos foi informado que entre 24 e 28 de junho haverá um novo mutirão para expedição de RPVs; 2 - Que o esforço concentrado no julgamento dos feitos e expedição de RPVs fosse contínuo. Tendo garantido o magistrado que um novo fluxo de ações está sendo montado pela unidade, visando acelerar e aperfeiçoar o trâmite dos processos, e que até o encerramento da inspeção (14 de junho) apresentará para a advocacia e Corregedoria. Destacando que o TRF-1 já concedeu autorização orçamentária para a retomada do esforço.;

173 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **se reuniu no dia 10/06/2024 com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, magistrado Leonardo Brasileiro**, para apresentar pautas visando melhorias à prestação jurisdicional.

Entre as pautas, pugnamos por:

1 - Nomeação de juízes titulares para a 1ª e 2ª Varas de Piripiri; Juízos Auxiliares nº 1 e 2 e 2ª e 4ª Varas de Picos; Juízo Auxiliar de Oeiras e Juízo Auxiliar de Floriano. Circunstância que depende da homologação do Concurso de Remoção e Promoção, a qual tem previsão de ocorrer na próxima sexta (14/06), sem prejuízo de que haja nomeação em caráter extraordinário de juízes substitutos para suprir a acumulação das unidades em questão, as quais estão hoje sob a batuta dos juízes que foram recentemente promovidos, enquanto a homologação e lotação definitiva não ocorre; 2 - **Melhoria no canal de comunicação entre os juízes componentes das Turmas Recursais do Juizado Especial e a advocacia, restando consignado que será realizada uma reunião entre a Comissão, o Supervisor dos Juizados Especiais, Desembargador**

Aderson Nogueira, e os juízes auxiliares da presidência, visando criar e otimizar esta interlocução; 3 - Nomeação de mais servidores classificados no último concurso ocorrido no TJ em 2022, especialmente nas Comarcas do interior do estado, momento em que o juiz auxiliar asseverou que existe o compromisso da gestão do Presidente Hilo Almeida em preencher todas as vacâncias existentes, na medida do orçamento disponível. Tendo a Comissão se comprometido em acompanhar tais convocações, pois acaso não ocorram, conduzirão à ineficiência dos serviços judiciais; 4 - **Criação de um link único constando todos os contatos atualizados das unidades judiciais do TJ-PI, congregando as diversas formas de comunicação existentes com os juízes e secretarias (e-mail, WhatsApp, telefone fixo, e link do Balcão Virtual).** Medida a ser implementada pela Presidência e Corregedoria do TJ;

174 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Previdenciário, em conjunto com a Diretoria da OAB/PI, **participaram no dia 12/06/2024 do ato de assinatura da PORTARIA CONJUNTA N 01/2024, fruto de uma parceria interinstitucional entre a 8ª Vara Federal, Procuradoria Federal do Piauí e OAB/PI, a qual instituiu no âmbito do Juizado Federal Cível da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, em plano piloto, fluxo processual concentrado, de caráter facultativo e preferencial, exclusivamente para processos previdenciários em que haja controvérsia sobre a qualidade de segurado especial.**

Tal procedimento concentrado de atos, tem o intento de possibilitar a celebração de propostas de acordo entre INSS e as partes de forma mais célere e eficaz, mediante a adesão ao referido procedimento, bastando apenas que o advogado ressalte tal interesse em sede de preliminar na ação, juntando na exordial as provas materiais de que dispõe, em alinhamento ao art. 2º da Portaria e ao rol exemplificativo disposto no Anexo I da mesma, a exemplo de fotografias, gravação de vídeo com depoimento pessoal da parte e suas testemunhas, entre outras, o que ensejará a rápida consensualidade nos fólios, reduzindo sobremaneira o tempo de duração do processo.

Durante a reunião foi apresentado um caso paradigma, onde da data de distribuição do feito até a homologação do acordo se obteve a marca de apenas 07 dias de trâmite, com o consequente arquivamento do processo em cinco meses de seu ingresso, o que demonstra o inequívoco ganho ao jurisdicionado e advocacia.

Vale ressaltar, que a princípio o fluxo concentrado será implantado na 8ª VF e nos

feitos atribuídos ao juízo substituto da 6ª VF, de titularidade do magistrado Felipe Gonçalves, estando em debate a ampliação para as outras unidades, especialmente a 7ª Vara Federal;

175 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **acompanhou no dia 17/06/2024, o julgamento do IRDR dos Empréstimos Consignados, Processo 0759842-91.2020.8.18.0000 de relatoria do Des. Haroldo Oliveira Rehem, tendo a Corte por maioria (9x4), acompanhado as teses defendidas pela OAB/PI nos autos e reforçadas oralmente pelo distinto colega Einstein Sepúlveda, Presidente da Comissão de Valorização dos Honorários Advocatícios.**

Eis o resultado proclamado:

1 - O termo inicial do prazo prescricional para ingresso de ações sobre empréstimo consignados deve ser de 05 anos a contar do último desconto da parcela do empréstimo em alinhamento ao disposto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, ao invés de 03 anos da data do suposto negócio ou da data do primeiro desconto, como defendido pelos Bancos; 2 - Desnecessidade de prévio requerimento administrativo para o ingresso de ação judicial, em atenção aos princípios constitucionais de amplo acesso à justiça e do princípio da inafastabilidade da jurisdição, sem olvidar na própria inversão do ônus da prova, face as relações em foco serem naturalmente consumeristas, em contraponto ao alegado pelos Bancos, os quais asseveraram que a “justiça multiportas” tem privilegiado a resolução dos conflitos em âmbito administrativo, ante o aumento exponencial da judicialização das demandas de massa.

Vale destacar que no tocante aos itens: 1) a eventual necessidade de procuração pública para a contratação por analfabeto; e 2) necessidade de prova da má-fé para a repetição do indébito; tais temas não foram acolhidos no IRDR, sendo excluídos de apreciação, levando em conta que os mesmos estão sendo discutidos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, mediante o Tema 1198 de relatoria do Ministro Moura Ribeiro.

A OAB/PI com muito denodo e firmeza tem acompanhado de forma atenta as discussões quanto a estes e tão outros assuntos de interesse da advocacia e sociedade, se empenhando pela boa aplicação das leis e respeito ao estado democrático de direito, ora prevalecidos na espécie. Foram inúmeras visitas e reuniões em gabinetes;

176 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **participou no dia 28/06/2024 da**

inauguração das novas instalações do Juízo de Garantias na Comarca de Teresina. O local, situado na Avenida João XXIII, nº 4651D, bairro Uruguai, conta com as Centrais de Inquérito e Audiência de Custódia I e II, além da Vara de Delitos de Organização Criminosa.

A Central Regional de Inquéritos 2 terá atuação no polo regional de Teresina Interior, com abrangência com jurisdição sobre as comarcas de Água Branca, Altos, Amarante, Barras, Barro Duro, Batalha, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Demerval Lobão, Esperantina, José de Freitas, Miquel Alves, Monsenhor Gil, Regeneração, São Miquel do Tapuio, São Pedro do Piauí e União.

O trabalho desenvolvido nas Centrais de Inquéritos agiliza a tramitação das ações criminais em fase pré-processual, contribuindo para a produtividade das Varas Criminais e estabelecendo a figura do juiz de garantias, que trabalha em atos pré-processuais criminais, como autorização de interceptações telefônicas, mandados de busca e apreensão e prisões preventivas. Assim, os inquéritos policiais passam a contar com maior agilidade e segurança.

Já a Vara de Delitos e Organização Criminosa tem competência estadual e atuação exclusiva para processar e julgar crimes praticados por organizações criminosas.

Nas novas instalações da Central de Inquéritos de Teresina, serão oferecidos vários serviços, entre eles: I – Instituto Médico Legal – IML, para a realização o exame de corpo de delito da pessoa presa; II – Atendimento psicossocial prévio e posterior à audiência de custódia; III – Sistema de Identificação e Custódia – SIC; IV – Núcleos de Justiça Restaurativa;

177 - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, **através da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, enviou um ofício ao Desembargador Olímpio José Passos Galvão, Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ/PI), solicitando providências imediatas diante da preocupante morosidade na Contadoria Judicial de 1º Grau.**

O documento destaca a necessidade urgente de medidas para agilizar a elaboração dos cálculos judiciais, tendo em vista que conforme apurado no setor, os cálculos estão demorando uma média de 8 a 10 meses para serem concluídos, estando hoje a Contadoria apreciando os cláusulas de processos que deram entrada na unidade em 2023. A situação tem gerado impactos significativos na movimentação processual, comprometendo a

celeridade e eficiência da prestação jurisdicional no estado.

A reunião entre representantes da OAB Piauí e autoridades do TJ/PI, ocorrida em 02 de julho de 2024, evidenciou a gravidade do problema e a unanimidade quanto à urgência de soluções.

Deste modo, o Corregedor sensível ao pleito, deferiu de plano o pedido da Ordem, e determinou que fosse feito com máxima prioridade, uma esforço concentrado na Contadoria, com vistas a reduzir o acerto existente.

Presente na reunião, o Juiz titular da 2 Vara de Valença, destacou na oportunidade que o pleito formulado pela Comissão e Diretoria da OAB, ainda quando em visita à unidade em 18 de março de 2024, foi devidamente atendido, posto que atualmente não existe nenhum processo em secretaria com mais de 100 dias sem movimentação;

178 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **se reuniu no dia 17-07-2024, com o Supervisor dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Piauí, Desembargador Aderson Nogueira, com vistas a requerer melhorias no atendimento perante as Turmas Recursais.**

Durante a reunião foi destacado pela CRPJ que os colegas advogados têm encontrado muita dificuldade em despachar com os juízes relatores dos processos, vez que por estes acumularem a condição de membros da Turma Recursal, e juízes titulares de suas unidades, e, em muitos casos os advogados não conseguem tratar com os relatores seja na Turma Recursal, pois os contatos são adstritos às suas assessorias, seja por vezes na unidade judiciária onde os relatores são titulares.

Ciente da situação, o Desembargador Aderson determinou de forma imediata que os juízes componentes das Turmas Recursais fossem oficiados, a fim de que os mesmos informassem a dinâmica de atendimento as partes e advogados de cada um, com vistas a facilitar e otimizar o atendimento à classe advocacia.

Na oportunidade, **também foi debatido soluções alternativas para uma maior celeridade dos julgamentos nas Turmas, a exemplo da criação do cargo de juiz exclusivo das Turmas**, ao invés do quadro atual, mediante mandato de dois anos, onde os magistrados acumulam suas unidades judiciárias e Turma Recursal, **bem como a possibilidade de criação de um Fórum Central dos Juizados, onde funcionava o**

antigo prédio do TJ, o qual abrigaria todos os Juizados Especiais de capital.

A OAB-PI se comprometeu em participar das discussões no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça, apresentando manifestação formal quanto aos projetos sugeridos pela Supervisão dos Juizados Especiais;

179 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário **se reuniu no dia 01/08/2024, com o juiz titular da Vara de Execução Penais, Dr. Raimundo Macau,** com o fito de tratarmos sobre o atendimento na unidade.

Durante a reunião **o magistrado destacou que atende diariamente os advogados e partes, sempre priorizando as decisões referentes a alvarás e progressões de regime.**

No tocante a secretaria, o juízo determinou a disponibilização de um computador e mesa específica para atendimento dos advogados, visando a otimização do trâmite processual.

Seguimos o diálogo eficaz em benefício da advocacia;

180 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário **realizou no dia 29/08/2024, uma reunião com o juiz titular da 2 Vara dos Feitos da Fazenda Pública, Dr. Litelton Vieira,** com o escopo de discutir soluções para melhoria na prestação jurisdicional.

Durante o diálogo apuramos as seguintes estatísticas:

1 - A unidade possui um acervo de quase 7 mil processos, tendo hoje cerca de 2.800 feitos conclusos, sendo quase 2 mil aptos para sentença; 2 - A Vara tem como lotação paradigma na secretaria 10 servidores, porém, conta hoje com apenas 05, dos quais 02 não possuem conhecimento de ferramentas tecnológicas, estando próximos de se aposentar; 3 - O único servidor responsável pela feitura dos precatórios encontra-se em licença por prazo indeterminado (Sr. Joaquim), vez que precisará fazer um implante de córnea (E por ação da Comissão junto a Presidência do TJ, foi cedido o servidor Urbano para a 2ª Vara, a fim de ficar substituindo o Sr. servidor Joaquim); 4 - O juízo conta com 04 assessores no gabinete, tendo um déficit de ao menos mais 02; 5 - Necessidade de migração de 500 processos físicos para o PJE; 6 - Atendimento presencial do magistrado às terça e quintas feiras, sem prejuízo de audiência em qualquer dia nos casos de urgência.

Diante do quadro em questão, a CRPJ diligenciou junto a Presidência do TJ/PI, o envio urgente de um novo servidor para substituir o Sr. Joaquim, para fins de retomada da feitura dos precatórios na unidade, momento em que o juiz auxiliar Leonardo Brasileiro, garantiu que um servidor do setor de precatórios do TJ/PI, será designado para tais funções, o que ocorrerá uma semana após (Servidor Urbano, cedido do setor de precatórios, pelo Juiz Rodrigo Tolentino).

No tocante ao déficit de servidores, restou consignado que solicitaremos ao TJ/PI, que observe com máxima brevidade a lotação paradigmática na unidade.

Na espécie, em alinhamento com o magistrado, faremos uma solicitação de um gabinete e secretaria remota no juízo, mediante apoio da Corregedoria Geral de Justiça;

181 – No dia 02/09/2024, presenciamos um importante marco da advocacia Piauiense. A sanção da Lei Complementar 304/2024, que disciplina a advocacia dativa no estado do Piauí.

Agradecemos ao Governador Rafael Fonteles por sua sensibilidade, e a todos os colegas da OAB que encamparam este projeto, o que faço aqui na pessoa do Presidente Celso Barros e do Presidente da Comissão de Valorização dos Honorários, Einstein Sepulveda.

Agora o colega advogado, especialmente o jovem, poderá receber seus honorários ainda na via administrativa, por um fundo gerido pela Procuradoria Geral do Estado, sem a necessidade de ter de executar tais valores na justiça.

Essa medida traz segurança jurídica e proteção efetiva aos hipossuficientes, que no mais das vezes não possuem um Defensor na Comarca ou Município em que residem, e ao advogado que saberá que ao término de seu mister, será remunerado sem ter de enfrentar a espera por um precatório ou requisição de pequeno valor.

O diálogo eficiente entre OAB, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Governo do Estado, foram determinantes para este propósito;

182 – No dia 05/09/2024, recebemos a informação da Corregedoria Geral de Justiça, que em atenção aos pleitos apresentados, especialmente no dia 02 de julho de 2024, o mencionado órgão em alinhamento com a Presidência do Tribunal de Justiça, criaram a Seção de Contadoria Judicial na Comarca de Parnaíba, cujas atribuições

compreendem, especialmente, a elaboração de cálculos judiciais determinados pelo juízo de processos que tramitem na Comarca de Parnaíba, em andamento ou em fase de liquidação de sentença, bem como a apuração do cálculo das custas judiciais.

E nos termos da Resolução 428/2024, publicada em 05 de setembro de 2024, serão redistribuídos para a Seção de Contadoria Judicial de Parnaíba todos os processos daquela Comarca que estejam tramitando na Contadoria Judicial de Teresina.

Nesta quadra, teremos uma significativa redução na demora da feitura dos cálculos judiciais, problema tormentoso em nosso exército profissional.

Na espécie, também nos foi informado que a Corregedoria segue em um esforço concentrado na redução do acervo de processos aguardando os cálculos, os quais tem demorado em média 10 meses.

Valendo ressaltar que existem atualmente 246 processos pendentes de cálculos, referentes ao ano de 2023, os quais em sua grande maioria são decorrentes de ações coletivas com muitos beneficiados, e 229 processos do ano de 2024;

183 - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí (OAB-PI), **realizou no dia 11/09/2024, uma visita institucional ao Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí, Desembargador Olímpio José Passos Galvão, o juiz auxiliar Ulysses Gonçalves e o Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, Maurício Machado.**

A reunião teve como **pauta principal a solicitação de revisão da Portaria nº 4125, que regulamenta a ordem cronológica de atos judiciais nas Centrais de Processos Eletrônicos Cíveis (CPS), tendo sido protocolado um ofício na mesma data, pugnando a revogação da Portaria.**

Segundo o Presidente da OAB-PI, Celso Barros Coelho Neto, a normativa tem gerado dificuldades para os profissionais da advocacia, pois, embora o Código de Processo Civil preveja a ordem cronológica como preferencial, ela não é obrigatória. “Vimos solicitar a revisão dessa portaria, uma vez que ela tem penalizado os Advogados mais diligentes, ao impedir o andamento célere de seus processos”, destacou o Presidente.

O encontro também abordou questões relacionadas ao atendimento nas Comarcas do

interior do Estado, especialmente sobre a **provimento de titularidade de juízes nas cidades de Picos, Piripiri, e Parnaíba, onde os Advogados têm enfrentado dificuldades.**

Além disso, **demandas específicas da 2ª Vara da Comarca de Oeiras foram apresentadas, enfatizando a necessidade de melhorias nos serviços de secretaria da unidade;**

184 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário **se reuniu no dia 18/09/2024, com o Coordenador da Central de Processo Eletrônico Cível 1, juiz Franscisco João Damasceno,** para discutir a fluência dos trabalhos no órgão.

Durante o diálogo o magistrado nos repassou um prognóstico da Central 1 após 53 dias da modificação do fluxo de trabalho instituído nas Centrais 1 e 2 que unificou as secretarias das Varas Cíveis da Comarca de Teresina, mediante a Portaria nº 4125 da Corregedoria, senão vejamos:

1 - Média de 30 movimentos por dia no MAAT (Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho) em cada uma das 05 ilhas de trabalho, com metas de progressão para 40 e posteriormente 50 movimentos até o fim do ano; 2 - Prioridade na feitura de alvarás, não existindo hoje nenhuma tarefa relativa à matéria na unidade; 3 - Para otimizar o controle do juízo sobre os processos com mais de 100 dias sem movimentação, fora criada uma aba específica no DATACOR declinando os processos mais antigos com esta tarefa pendente; 4 - Que a STIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação) do TJ/PI, já está realizando a redistribuição dos embargos de declaração, embargos à execução, cumprimento de sentenças e ações conexas aos juízos originários, ante a redistribuição equivocada ocorrida em atenção à Resolução 419/2024, a qual criou os Gabinetes nº 11, 12 e 13 em substituição aos juízes auxiliares outrora existentes; 5 - Que visando melhorar o fluxo nas CPE 2, sugeriu à Corregedoria que os comandos de secretaria oriundos do 11 Gabinete Cível, fosse redistribuído para a CPE 1, a fim de desafogar a CPE 2, a qual contará doravante com 40 mil processos em seu acervo, ficando a CPE 1 com 36 mil.

Na espécie, restara consignado uma reunião com o juiz Coordenador da CPE 2, Dr. Édson Rogério, tão logo o mesmo retorne de férias, bem como que o Dr. Francisco Damasceno apresente as informações pertinentes no processo SEI nº 24.0.000109228-2, sobre o pleito da OAB-PI de revisão da Portaria 4125, que estipulou ordem cronológica de cumprimento de atos nas CPEs, com o intento de se afastar essa ordem, especialmente

em casos de descumprimento liminar, posto que diante de uma recalcitrância da parte;

185 - A Comissão de Relação com Poder Judiciário **participou no dia 23/09/2024, da solenidade de abertura dos trabalhos de inspeção ordinária do Conselho Nacional de Justiça, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**, com o escopo de verificar o funcionamento dos setores administrativos e judiciais da Corte Estadual.

Na espécie, se fez presente o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques.

A OAB/PI segue primando por uma melhor acesso à justiça, com a indispensável celeridade e qualidade dos serviços judiciários;

186 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **se reuniu no dia 26/09/2024, com o juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Dr. Ulysses Gonçalves, para tratar sobre a situação da Comarca de Amarante, ante o diálogo travado entre o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, e o magistrado titular da referida Comarca, Ivanildo Ferreira.**

Na oportunidade, a CRPJ apresentou os dados colhidos com o magistrado titular da unidade, Dr. Ivanildo Ferreira, o qual salientara que possui hoje um acervo de quase 11 mil processos - número bastante elevado em relação à média das outras comarcas -, tendo em vista que a Vara permaneceu um bom tempo sem juiz titular, sendo que este número já é fruto de um esforço concentrado realizado na Vara, vez que quando recebeu a unidade, esta contava com mais de 13 mil processos, sem olvidar que a Vara possui em seu quadro de servidores funcionários mais antigos, os quais possuem dificuldades com o uso de ferramentas digitais, razão pela qual se faz necessário um suporte da Corregedoria via gabinete e secretaria remotas, bem como que o Núcleo de Oficiais de Justiça da Corregedoria seja designado à Comarca, posto que existem cerca de 750 mandados pendentes de cumprimento.

Atento ao relato dos fatos, o Dr. Ulysses Gonçalves se comprometeu em acelerar o trâmite dos pedidos de secretaria e gabinete remoto para a Comarca (medida deferida naquele mesmo dia, após contato do juiz com o Corregedor, Des. Olímpio Galvão), bem como o envio da equipe do núcleo de apoio de oficiais de justiça da Corregedoria, com vistas a otimizar os trabalhos na unidade, com a necessária redução do tempo médio de pendência do trâmite processual, o que já é uma realidade na Comarca desde que o Dr. Ivanildo foi lotado na unidade, vez que este

reduziu 53 dias do tempo médio pendente de movimentação dos processos:

187 - As Comissões de Relação com o Poder Judiciário e Direito Previdenciário, **se reuniram no dia 27 de setembro de 2024, com o juiz federal Cristiano Miranda, responsável pela condução dos trabalhos de Mutirão na 7ª Vara Federal do Piauí, com o intento de obter informações sobre a produtividade e sugerir medidas para otimizar o plano operativo.**

Durante a reunião o magistrado salientou os seguintes números:

1 - Nesta semana de trabalho, a qual está responsável **foram sentenciados cerca de 3 mil processos, seja com exame de mérito, seja decisões de cunho homologatório, sendo procedidas 700 requisições de pagamento ao INSS;**

2 - A equipe 2, responsável pela semana anterior de trabalho, a qual foi dirigida pelo juiz federal Fábio Stief, **procedeu com a feitura de cerca de 1000 requisições;**

3 - No que tange a Equipe 1, conduzida pela Dra. Cláudia Tourinho, responsável pelos trabalhos da semana compreendida do dia 09/09 a 14/09, esta ficou prejudicada pela indisponibilidade do sistema PJE, razão pela qual continuará o Mutirão de forma remota durante a semana que vem.

O magistrado ressaltou que **o critério primordial para inclusão de processos no mutirão foi a antiguidade da distribuição, cumulado com a menor complexidade da matéria discutida nos fólios, tudo com o intento de garantir que um maior número possível de processos fosse julgado.**

Na espécie, também nos foi informado que **o Mutirão também congrega a realização de atos ordinatórios, despachos, triagem inicial, encaminhamento de perícia e cálculos, entre outros.** De forma que **a unidade terá um considerável incremento de produtividade ao final dos trabalhos, os quais poderão ser prorrogados à critério do Corregedor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Ney Bello.**

Durante a reunião o Presidente da CRPJ, Thiago Brandim, contatou a pedido do juiz federal Cristiano Miranda, o Procurador Chefe da Procuradoria Federal do Piauí, Dr. Caio Coelho, a fim de que houvesse a tratativa institucional entre ambos, a fim de que a Procuradoria Federal analisasse com máxima brevidade as requisições enviadas, possibilitando ao juízo a migração das requisições de forma imediata ao

TRF-1, o que se mostrou exitoso, vez que o Dr. Caio se comprometeu em acelerar análise das referidas requisições.

Tendo o Diretor de Secretaria da 7ª Vara, Maurício Barros, relatado que a unidade sofreu uma reestruturação contando agora com 02 servidores expedindo RPVs e 3 servidores fazendo minutas de despacho e sentenças, com uma meta interna de que até o fim do ano não exista mais nenhum processo com mais de 100 dias sem tramitação, sem olvidar que o Centro de Conciliação fará 600 audiências atrasadas até fevereiro de 2025, sem prejuízo das ordinárias que forem sendo designadas.

Outro ponto tratado foi sobre a possibilidade de criação de uma Câmara de Conciliação entre OAB/DPE - UNIÃO e Procuradoria Federal, para acelerar os métodos de autocomposição entre as partes, e, que até no próximo mês existe o indicativo de ser designado um juiz auxiliar para a unidade, com a previsão de que no fim do ano um juiz substituto seja lotado definitivamente na vara, face a finalização do concurso:

188 - A Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu no dia 02/10/2024, com o juiz auxiliar da Corregedoria, Ulysses Gonçalves, com o escopo de discutir a feitura de uma recomendação aos magistrados dos Juizados Especiais, quanto a necessidade de redistribuição dos processos, ao invés da extinção dos mesmos quando declarada a incompetência do Juizado Especial, em alinhamento a solicitação do Conselheiro Federal da OAB/PI Antônio Augusto, mediante o processo SEI nº 24.0.000114258-1.

Haja vista que embora a Lei nº 9.099/95 preveja a extinção do processo na hipótese de reconhecimento de incompetência (Art. 51, III da Lei nº 9.099/95), a jurisprudência vem consolidando o entendimento da possibilidade de o magistrado determinar a redistribuição ao juízo Competente, em atendimento aos princípios da Efetividade, da Eficiência e da Economia Processual, em atenção a primazia da decisão meritória.

Ademais, tal circunstância não ocorre nas Varas Únicas, as quais possuem Juizado Especial agregado, bem como em vários Tribunais onde os juizados funcionam de forma centralizada, a exemplo de São Paulo e Recife. Logo, se extinguir uma ação por mera incompetência territorial, sem a necessária redistribuição do feito ao juizado competente, representa um grande prejuízo ao acesso à justiça, sem olvidar o retrabalho aos advogados e ao próprio Tribunal, vez que este terá de recepcionar uma outra ação com o

mesmo objeto e partes, como também o feito poderá ser alvo de Mandado de Segurança, aumentando ainda mais a litigiosidade e dificuldade na entrega da prestação jurisdicional.

Sensível ao pleito o Dr. Ulysses Gonçalves se comprometeu em analisar a possibilidade de submeter uma minuta de Recomendação ao Corregedor Geral de Justiça, Des. Olímpio Galvão, com vistas a orientar aos magistrados dos juizados especiais, que ao se declararem incompetentes para julgar o feito, determinem a redistribuição dos processos, e não sua extinção, sem prejuízo do debate junto ao Pleno do TJ/PI via Resolução;

189 - A CRPJ **se reuniu no dia 08/10/2024, com os juízes Raimundo Macau e Marcus Klinger, titular e auxiliar, respectivamente, da Vara de Execuções Penais**, com o intento de discutir a rotina de trabalho na unidade.

Durante a reunião os magistrados explicaram que desde o fim do ano de 2023, para fins de organização dos trabalhos, as conclusões dos processos têm sido feitas de forma programada no Sistema Eletrônico de Execução Unificado, nos dias 01, 11 e 21 de cada mês, porém, **nos foi ressaltado que todos os pedidos de advogados feitos em secretaria ou em gabinete são colocados como urgentes e conclusos imediatamente, independente da programação.**

Desta forma, se visa não ter processos conclusos em gabinete com mais de 10 dias, ressaltando **o Dr. Macau que desde que assumiu a Vara em junho de 2024, tem feito a expedição dos alvarás de soltura na própria audiência.**

No tocante ao cumprimento das decisões, a Secretária da Vara, Eliseana Carvalho, destacou que alguns processos têm demorado um pouco mais o cumprimento em razão de sua complexidade e muitas vezes em razão de equívocos no cadastro das guias de execução penal no SEEU, realizado pela Central Estadual de Distribuição de Guias de Execução (CEDGE), motivo pela qual a CRPJ se comprometeu em oficialar junto à Presidência do TJ/PI, a oferta de cursos de formação aos servidores deste órgão, com o fito de possibilitar a correta feitura deste cadastro, em alinhamento ao que determina a Resolução 110/2013 do CNJ e Resolução 421/2024 do TJ/PI, sem olvidar na necessária diligência dos advogados em colacionar aos autos as documentações que porventura não estejam presentes na guia.

Sobre a produtividade, **os juízes salientaram que cada um despacha uma média de 750 processos por mês, e que nenhum benefício deixa de ser apreciado antes de cumprido os requisitos objetivos, a fim de se evitar qualquer prejuízo ao apenado**

na progressão de regime de prisão, por exemplo.

Na espécie, foi também registrado que a vara possui cerca de 9.300 processos, o que ensejaria a lotação paradigma máxima de 12 servidores(11 hoje), e que mais estagiários fossem designados (02 atualmente), pleito que a CRPJ se comprometeu em dar suporte junto ao TJ/PI;

190 - A Diretoria da OAB/PI e a Comissão de Relação com o Poder Judiciário, **realizaram no dia 11 de outubro de 2024, mais um “OAB nas Comarcas”, desta vez na cidade de Inhuma, onde se reuniram com o juiz titular da unidade, Dr. Elvio Ibsen Barreto.**

Durante a reunião o magistrado informou que possui um acervo médio de 4.500 processos, com 440 feitos conclusos em seu gabinete, tendo julgado 270 processos em julho, data que assumiu a Comarca, 423 em agosto e 510 em setembro, tendo como meta reduzir substancialmente o acervo, a fim de tentar zerar o número de processos com mais de 100 dias sem movimentação.

Na espécie, também foi ressaltado que desde sua chegada na Comarca, foi adotado o procedimento de se proceder com o despacho inicial em até 48 horas após o ingresso da demanda, visando dar celeridade ao trâmite processual.

Um outro tema abordado foi a extinção prematura de processos por suposta situação de demanda temerária, em que a Ordem argumentou que o juízo deveria analisar detidamente cada caso antes de adotar tal entendimento, vez que não se mostra crível a extinção de processos tão somente em face do número de demandas protocoladas, posto que este número é uma tradução da conduta temerária e desrespeitosa dos bancos, no mais das vezes em desfavor dos hipossuficientes, os quais devem ter especial atenção do estado, perpassando, por óbvio, pelo amplo e facilitado acesso à justiça.

Diante dos argumentos, o juízo se comprometeu em rever os casos e avaliar de forma mais detalhada os feitos.

Na visita também foi reinaugurada a sala da Advocacia, situada no Fórum Des. Antônio Gonçalves;

191 - **O Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário, Thiago Brandim, em conjunto com o Presidente da Comissão Nacional de Defesa do Consumidor,**

Walter Moura, o qual representou o Conselho Federal da OAB, se reuniram no dia 23/10/2024, com a Conselheira do CNJ Daiane Nogueira de Lira, relatora do pedido de Providências n. 0005413-81.2024.2.00.0000, formulado pela OAB/PI, contra a Nota Técnica 06/2023 do TJ/PI.

Na oportunidade, fora destacado a necessidade de revisão da Nota, vez que a mesma impede o amplo acesso à justiça, traz consigo uma presunção negativa da conduta do advogado, generaliza as demandas de massa como sendo abusivas, sem olvidar que fulmina com os métodos de solução consensual de conflitos, ao tempo em que fomenta a extinção precoce dos processos, sem a possibilidade de audiências preliminares.

Tais fatos contrapõem o próprio ato normativo aprovado no dia anterior (22/10/2024) na Sessão Plenária do CNJ sobre combate a litigância predatória no Judiciário, o qual em seu Anexo C Item 7, propõe a adoção de práticas de cooperação entre os Tribunais e a OAB, o que se tivesse sido observado, neste particular, em âmbito nacional e estadual, poderia ter evitado a insegurança jurídica ora vivenciada no país, com a proliferação de decisões de todo o talante sobre a matéria.

Nesta quadra, a Conselheira se comprometeu em analisar tais premissas fáticas, enfrentando o mérito do pedido apresentado pela OAB/PI, tendo o Conselho Federal como amicus curiae.

Valendo frisar que **a OAB Nacional apresentou um pedido de suspensão dos efeitos dos atos administrativos aprovados na referida sessão, vez que os quais foram votados sem a composição plena do Colegiado, já que as duas cadeiras destinadas à OAB no CNJ ainda estão vagas no momento, posto que os Conselheiros Indicados só foram aprovados na sabanita no Senado Federal no dia 12 de dezembro de 2024, o que impediu os indispensáveis debates;**

192 – No dia 21/10/2024, o Pleno do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) aprovou a promoção e remoção de 21 Magistrados e Magistradas, durante Sessão Extraordinária do TJ-PI. A escolha atendeu aos critérios de antiguidade e merecimento.

Os juízes promovidos e removidos foram lotados em unidades judiciárias de Teresina, Piripiri, Picos, Floriano, Oeiras, Campo Maior, Canto do Buriti, Parnaíba, Ribeiro Gonçalves, Altos, Batalha, Luís Correia, Esperantina, Cocal e Simplício Mendes.

Confira a lista no post da Comissão:

https://www.instagram.com/p/DBhhjkVPDZ1/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

E diante da mudança promovida pelo Tribunal de Justiça, a Comissão de Relação com o Poder Judiciário se reuniu na terça-feira (22/10), com o juiz auxiliar da Presidência Leonardo Brasileiro e o Diretor Geral do TJ/PI, juiz de direito Ítalo Gurgel, com o intuito de obter informações quanto à lotação das unidades alvo de promoção e remoção.

Ao tempo em que foi informado que, todos os juízes promovidos e removidos ficarão respondendo pelas comarcas anteriores até o dia 1/12/2024, com exceção da 2ª Vara de Barras e da 2ª Vara de Altos, as quais foram designadas as juízas substitutas Luciana Damasceno e Ana Carolina, respectivamente, para responder já a partir desta última terça-feira (22/10).

Também foi informado que em breve será lançado um novo edital de promoção e remoção para as unidades que se encontram abertas atualmente (Lançado no dia 25 de novembro – ainda em curso), e que se tal edital não for concluído até o dia 01/12/2024, novas designações serão realizadas pelo Tribunal (o que ocorreria, estando os magistrados acumulando as unidades que foram promovidos e as que eram titulares por tempo indenizado, até a conclusão do novo edital, ou mediante a nomeação de novos juízes substitutos), a fim de garantir a prestação jurisdicional.

193 – No dia 06/11/2024, a CRPJ se reuniu com o juiz Coordenador da Central de Inquéritos e do Núcleo de Audiências de Custódia, Valdemir Ferreira, com o intuito de discutir a rotina de atendimento na unidade judiciária.

Na oportunidade, **a Comissão apresentou algumas pautas, a exemplo do acesso dos advogados às audiências de custódia, ainda que não habilitados, o tempo para entrevista privada com os flagrantados antes das audiências, o atendimento dispensado pelos assessores aos advogados e o acesso da advocacia aos processos que tramitam em sigilo.**

Ao tempo em que o magistrado informou que **o acesso dos advogados às audiências deve ser livre, salvo se decorrente de uma situação excepcional de sigilo do procedimento ou em razão de segurança, portanto, em regra não existe limitação ao acesso dos colegas no acompanhamento das audiências, ainda que não estejam**

representando quaisquer das partes.

Sobre a entrevista privada, o juízo ressaltou que não existe qualquer limitação de tempo para os advogados conversarem com seus clientes antes das audiências, pugnando apenas que seja utilizado bom senso dos colegas, quando a pauta for muito extensa, a fim de não haja atraso nos procedimentos, tendo o magistrado se comprometido em orientar os policiais quanto a observância deste instituto.

No que tange ao atendimento pelas assessorias das Centrais, conforme relato do Coordenador este se dá inicialmente pela recepção, a qual ao tomar nota do número do processo, informa aos assessores da Central Comum ou dos feitos em sigilo que o advogado deseja despachar o feito, tempo em que o assessor se dirige até o advogado e conversa com o mesmo. Nos tendo sido explicado que tal procedimento foi adotado, com o intento de otimizar o atendimento, ante a existência de centrais diversas, sem olvidar da cumulação da Vara de Organizações Criminosas, a qual também funciona no mesmo prédio. Porém, acaso o colega não queira identificar o número do processo, não existe qualquer impedimento ao contato direto com as assessorias, as quais podem direcionar o advogado para a assessoria competente.

Quanto a habilitação dos advogados aos processos em sigilo, o magistrado salientou que decide tal requerimento em até 24 horas, por vezes de forma imediata, dependendo da urgência e natureza do procedimento, apenas resguardando as diligências já deferidas pela autoridade e ainda não concluídas, em alinhamento à Súmula 14 do STF e artigo 7º, §§ 10 e 11 da Lei 8.906/94.

No que diz respeito à pauta, a Comissão foi informada que em regra a mesma se dá pela ordem de envio do procedimento pela Central de Flagrantes, podendo esta ser mudada pelo magistrado em circunstâncias excepcionais de prioridade, como quando envolver menores, idosos, grávidas, ou até mesmo diante de processos de prisão civil oportunizando mais tempo ao conduzido, para quitação do débito alimentício que autorizou sua prisão.

Teresina, 21 de dezembro de 2024.

THIAGO RAMON SOARES BRANDIM

Presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/PI

***Notas: 1 – Ao todo foram visitadas 84 unidades judiciárias, compreendendo as da Justiça Estadual, Federal, Trabalho e Eleitoral. 2 – Foram acompanhadas 12 Correições Judiciais; 3 – Além das reuniões formais em epígrafe, centenas de reuniões informais foram feitas, visando a melhoria e otimização dos trabalhos no Judiciário Piauiense; 4 – E durante todo o mandato, ofertamos incontáveis suportes aos colegas advogados, agindo como interlocutores da classe, seja na cobrança de andamentos processuais, na expedição de alvarás, no respeito a uma prerrogativa violada, na busca por designação de audiências e outras vezes na antecipação da mesma, na facilitação no trato com juízes e desembargadores, intermediando a mudança de entendimento de juízes, quando contrários a norma posta, sem olvidar no diálogo cooperativo e construtivo com os demais órgãos afetos ao relacionamento com o Poder Judiciário, a exemplo do executivo e legislativo.**